Conexões Asas e Raízes:

Ancestralidade, Representatividade e Resistência.

Copyright © Bianca de Moura Wild, Arlene da Fonseca Figueira, Hélio Rosa de Araújo e Rosilaine Souza de Araújo da Silva (Organizadores)

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados sem a autorização prévia e expressa do autor.

Editores: Aline Barcellos da Cruz, Bianca de Moura Wild

Capa: Flavia Dart

Contracapa: Ricardo Rodrigues

Ilustrações e imagens: Bela D'oxossi, Daniel Barreiros, Glauco Vital, Otávia Vital e Tonn Alves.

Revisores: Arlene da Fonseca Figueira, Bianca de Moura Wild, Dany Thomaz Gonçalves, Fabio Ferreira Coutinho, José Ricardo Dordron de Pinho, Rogério Costa de Oliveira, Tatiana Reis Fontes Monteiro e Victor Gil Mazzoleni Reis

Ebook não comercializável

Arlene da Fonseca Figueira, Bianca de Moura Wild, Hélio Rosa de Araújo e
Rosilaine Souza de Araújo da Silva
Organizadores

Conexões Asas e Raízes:
Ancestralidade,
Representatividade e
Resistência

Ecomuseu
de Sepetiba

CASA
FLUMINENSE

FEUC 60 *anos*
Educação Continuada

Sumário

Apresentação.....	6
<i>Bianca Wild</i>	
Prefácio.....	12
Tecendo fios nas redes estruturais do lugar.....	17
<i>Rita Pedreira</i>	
Pesquisa etnográfica com as marisqueiras de Sepetiba.....	30
<i>Sinvaldo do Nascimento Souza</i>	
Histórias de Pescadores – Relatos em Dois Tempos Sobre uma Baía Poluída.....	56
<i>Clementino Júnior</i>	
Baía de Sepetiba ou Baía dos Orixás?.....	69
<i>Rodrigo Carneiro</i>	
Asas e raízes em Sepetiba: Uma questão de respeito e sobrevivência.....	89
<i>Jorge Luiz Alves</i>	
O Ecomuseu de Sepetiba como agente concretizador dos deveres coletivos de defesa e preservação do meio ambiente, dispostos no art. 225, <i>caput</i>, da Constituição da República Federativa do Brasil.....	101
<i>Joice Vargas</i>	
Racismo ambiental e os impactos na saúde de uma comunidade tradicional do Rio de Janeiro.....	119
<i>Andressa Oliveira</i>	
Da raiz à resistência: a busca pelos caminhos de uma educação antirracista.....	130
<i>Maria Carolina Almeida de Azevedo</i>	
Palco (in)visível: os corpos negros no Theatro Municipal.....	142
<i>Paulo Melgaço da Silva Junior e Matheus Melgaço</i>	
O Impacto das imagens na construção do sujeito. Arte – etnicidade	163
<i>Renata M.Maia da Silva</i>	
O Eurocentrismo, como construtor da visão do Racismo religioso. Apontamentos na perspectiva Pan Africana.....	193
<i>Jorge Márcio do Nascimento</i>	

A Roupas das ruas - Crônicas de Izabela de Jesus	215
<i>Izabela de Jesus</i>	
Meu espelho é o texto.....	224
<i>Anderson Assis</i>	
As passagens, as coragens São sementes espalhadas nesse chão...Uma homenagem à Odalice Priosti.....	231
<i>Bianca Wild</i>	
Pelas trilhas do tempo: Sepetiba hoje e sempre.....	233
<i>Jorge Luiz Alves</i>	
Construtores – Biografias e informações.....	238

Apresentação

Asas e Raízes: Conexões entre Ancestralidade, resistência e representatividade na Zona Oeste Segregada do Rio de Janeiro

Bianca Wild

Talvez iniciar a apresentação de uma publicação com uma citação não seja muito usual ou recomendável, mas é o que iremos fazer aqui para demonstrar e justificar em certa medida a nossa jornada,

cada homem vale pelo lugar que está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente. Para melhor ou para pior, em função das diferenças e acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição, pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até mesmo o mesmo salário tem valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território em que está. Enquanto um lugar vem a ser condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico, facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que de fato lhes faltam. (...) (1987, P.81)

O discurso que prioriza o desenvolvimento social já é lugar comum em nossa sociedade, e, sabendo disso, devemos compreender que desenvolvimento / crescimento não são análogos, e em nosso caso uma série de fatores dentre eles a urbanização desenfreada, o deslocamento de populações inteiras de bairros nobres para nossa região sem estrutura para tal, a consequente segregação socioespacial, racismo ambiental dentre outros problemas e mazelas sociais contribuíram e muito para atual situação da nossa região, a extrema zona Oeste, Zona Oeste Segregada, preterida e esquecida, mas que busca força em seu cerne, através de ações dos seus moradores para vencer as adversidades, para enfrentar seus desafios.

Alberto Pizango, proferiu a seguinte frase “o território é a semente de nossa própria existência, sem ele não podemos existir”, sabedoria ancestral, Pizango, presidente da AIDASEP, a principal organização de direitos indígenas no Peru é parte do povo Shawi, que tem resistido ativamente ao governo da

venda de concessões petrolíferas do Peru a empresas estrangeiras em terras legalmente tituladas aos povos indígenas, Pizango, foi preso, exilado, declarado como inimigo público, por simplesmente lutar pela preservação do seu território, e em nossa concepção é um exemplo de luta e resistência.

Aqui compreendemos o território, a paisagem, memória, identidades e ancestralidade como elementos basilares de nossa existência. Escolhemos compreender que o território pode ser interpretado como um espaço que alguém/grupo possui, e é a posse que lhe dá identidade, é a partir da divisão dos territórios e de suas especificidades que se dão as segregações socioespaciais, e daí surgem as resistências.

Apresentamos a vocês a nossa baía, a baía da Zona Oeste, a baía de Sepetiba, distante apenas 70 quilômetros do “centro” da cidade do Rio de Janeiro, baía de encantos e recantos aprazíveis, de águas um dia cristalinas, onde se pegava camarão com as mãos! De tão poderosa de milagrosa era chamada, dela até lama se vendia! Em meio ao descaso legada ao descuidado, segregada e preterida esta baía resiste! Por suas propriedades curativas, rica em monazita, um mineral raro que produz gases com o efeito de aliviar dores, principalmente em casos de reumatismo, artrites, nevralgias, mialgias e enfermidades musculares, entre outras foi chamada um dia de ‘baía dos milagres’.

Com aproximadamente 305 quilômetros quadrados de área é a quinta maior baía do Brasil, nossa baía já foi o lar da maior população de botos-cinza da América latina, quiçá do mundo! Merece respeito, cuidado, valorização. A baía de Sepetiba pode ser caracterizada como uma Zona de Sacrifício, vítima do racismo ambiental, sofreu e sofre com a ocupação desordenada do território, bem como com o crescimento populacional sem estrutura local, padece com as consequências dos interesses econômicos que se refletem em seu território de forma negativa, ocasionando impactos sociais, ambientais e resiste bravamente ao processo de degradação ambiental há mais de 35 anos.

O Ecomuseu de Sepetiba surgiu como uma alternativa de resistência, um museu local, comunitário, de cunho promotor, e, entre seus muitos objetivos

viabilizar e fortalecer as conexões que garantam ao morador local a percepção do conjunto, da unidade, de pertencimento, a compreensão de que é um cidadão da cidade do Rio de Janeiro e tem direito à ela. Inspirados pelos precursores do movimento S.O.S. baía de Sepetiba, entre eles Seu Jorge Salviano, Seu Erasmo, dentre outros, os membros deste Ecomuseu de território e comunitário caracterizado por hora enquanto coletivo além de realizarem mensalmente o chamado “Passeio de REconhecimento” cujo escopo principal é reconhecer e redescobrir o que nos dá identidade enquanto moradores desta Zona Oeste e margeados por esta baía fascinante por sua diversidade e beleza, também fazem um trabalho importante de educação patrimonial através de oficinas e ações locais, bem como nas escolas do bairro e região.

Há cinco anos o Ecomuseu de Sepetiba vem realizando colóquios neste bairro onde a prática deste tipo de evento não é comum, um bairro distante, que sofre com a precariedade no sistema público de transporte, ausência dos mais variados serviços básicos, de políticas públicas e com a maioria da população de mulheres e jovens, infelizmente desempregados ou subempregados. O primeiro colóquio foi realizado no ano de 2014 “Ecomuseu de Sepetiba: Agindo, pensando e transformando: Um museu em ação.”, a partir da realização deste foi dado o pontapé encorajador para a realização de outros, e aqui iremos nos ater aos colóquios que vem sendo realizados sobre uma temática específica “batizados” “Asas e raízes”, tiveram início no ano de 2016, “Conexões: asas e raízes: a museologia social”, em seguida “Conexões: Asas e raízes: ancestralidade” e finalmente “Asas e raízes: representatividade e resistência”.

Acreditamos que a memória tem um papel fundamental na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva; memória e identidade não devem ser compreendidas como manifestações de alguma essência do indivíduo ou do grupo, mas sim fenômenos que se constroem socialmente e que, portanto, não estão isentos de mudanças desenvolvidas em virtude das “preocupações pessoais e políticas do momento”, portanto, cabe aos grupos historicamente excluídos e preteridos disseminarem e reafirmarem suas histórias e memórias, e Sepetiba, felizmente, é lugar de memória viva. (POLLAK, 1992, p. 201).

Deste modo é mister que a memória sirva para libertar e não para escravizar, deste modo rompendo com a concepção de que a memória limita-se a um processo limitado e parcial de lembrar fatos do passado, e sim compreendida como construção social, como movimento da história, como voz dos que foram silenciados e esquecidos, traremos à baila essas lembranças! Precisamos nos “defender” cada um com sua singularidade, com as suas subjetividades, porque a lembrança e o esquecimento, manifestações da memória nos indivíduos, só adquirem significado mais amplo se analisados na especificidade do contexto histórico de sua construção passada e de sua narração presente.

A partir dos diálogos, das reflexões e análises construídas nestes colóquios, onde foi possível compartilharmos saberes e fazeres, externamos nossas aflições e anseios, os participantes das mesas de debate, os coordenadores do Ecomuseu de Sepetiba e alguns ouvintes e palestrantes lançaram a proposta de todos e todas que fizeram parte desta construção, que participaram disso e que desejassem contribuir para a construção do legado do Ecomuseu de Sepetiba em seu décimo aniversário, escrevessem suas experiências, suas dúvidas, medos, ponderações e análises acerca dos temas debatidos nestas três ocasiões, e claro compartilhar, ou como disseram “jogar no mundo”, desafio lançado e estamos aqui, um ano depois.

Esta publicação consiste num primeiro momento em um E-book, com lançamento oficial no mês de Novembro do ano de 2019, além de compor o legado desta ação museológica autônoma e endógena, segue coroando a sua primeira década de existência e resistência!

O compartilhamento será totalmente gratuito nas mais variadas redes. O formato E-book, embora seja democrático por um lado, por outro excluí, pois infelizmente ainda existem pessoas que não possuem acesso à computadores e à rede, deste modo pretende-se através de parcerias imprimir uma pequena quantidade para ser distribuída em eventos realizados nos locais onde seja importante o incentivo da escrita, da leitura e a elevação da autoestima, através

da realização de rodas de conversa acerca da publicação e do estímulo para realização das próximas.

Acreditamos que esta publicação é a primeira de muitas que buscarão romper com a lógica estabelecida de dominação e constituirá uma nova forma de compartilhar conhecimento, ações, pensamentos, memórias e momentos de populações e grupos excluídos e preteridos, silenciados todos e todas que contribuíram com seus relatos e artigos para esta obra são resistência, representam grupos historicamente oprimidos. Com os colóquios e a publicação pretendemos incentivar outros moradores e moradoras da Zona Oeste a compartilhar através da escrita suas memórias, suas histórias, suas experiências.

Compreender, perceber, enxergar o que está bem diante de nós requer um esforço que nem todos estão dispostos a fazer ou preparados e quando o “despertar” vem a partir daqueles que estão lado a lado, que são como nós, somos mais receptivos, porque geralmente estamos tão imersos em concepções e “paisagens” já arranjadas que acabamos por nos privar de redescobrir o que há de melhor nos lugares que circulamos, habitamos, vivemos... precisamos nos permitir, viver, experienciar esse (RE)Conhecimento, porque ninguém poderá nós privar do júbilo do primeiro momento da descoberta! Da libertação! Da ruptura das correntes!

“Bendito aquele que consegue dar aos seus filhos asas e raízes”, a inspiração do título dos colóquios e deste projeto é este provérbio chinês. Asas para que possamos alçar altos voos e raízes para que tenhamos a calma e a segurança do pertencimento quando voltarmos, as maravilhosas conversas nestas ocasiões de “conexões” trouxeram à tona reflexões e questionamentos, grande parte dos indivíduos ignora sua própria história, abdica e mesmo renega de suas raízes, por questões ligadas ao poder, dominação, e não sentem-se parte de grupo algum, enclausurados em seus silêncios, esperas, vestígios, não reagem e terminam por perpetuar um modelo de sociedade e uma “história” excludentes. Precisamos de asas e raízes, precisamos voar, conhecer, aprender, REconhecer e REdescobrir, saber quem somos para podermos voltar,

afinal são as raízes que nos sustentam durante as tempestades. SEguiremos!
 Sepetiba existe e Resiste!

REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV/Edições Vértice, vol 3, 1989. _____ Memória e Identidade Social. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. Vol. 05, nº 10, 1992. SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p. WILD, Bianca de Moura. Os Ecomuseus e museus comunitários e os desafios da acessibilidade e da inclusão. Revista Museologia e Interdisciplinaridade, v.6, n.12, p.180191, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/19398/19204>; acesso em: 10 jan. 2018. _____ . Acessibilidade, inclusão e Museologia social. Rede de Redes [recurso eletrônico] – diálogos e perspectivas das redes de educadores de museus no Brasil / Joselaine Mendes Tojo, Lilian Amaral (organizadoras). - São Paulo, 2018. Modo de acesso: World Wide Web: <https://www.sisemsp.org.br/redederedes> . Asas e raízes. Rotas da Memória, Entre Pontos Cariocas/ Lilian Amaral e Cláudio Barriá Mancilla (Org.). Rio de Janeiro, Instituto de Arte Tear, 2018. Suporte eletrônico, formata Ebook, disponível em: http://institutotear.org.br/e-book_rotas_da_memoria/.

Prefácio

É inegável o poder da memória, esse poder atravessa gerações, as memórias são construídas com os fragmentos das relações de poder e dominação, reproduzindo um modelo excludente, que sem informação e conhecimento somos incapazes de vencê-lo, livros, filmes, museus, nos despertam o interesse por temas variados, aguçam a nossa curiosidade e provocam a reflexão e debate, é preciso que todos tenham acesso a estes instrumentos, a estas ferramentas, certo dia ouvi alguém dizer que um certo museu seria um dispositivo pedagógico de educação patrimonial e ambiental ou uma ferramenta, não dei muita atenção até que chego neste momento, em que é preciso apresentar esta coletânea de textos resultado de uma ação tão importante, significativa e necessária, onde a memória liberta!

O que é um livro? Uma produção intelectual, uma obra que constitui-se de expressões individuais ou coletivas, com o “surgimento” e o estabelecimento da indústria cultural suas estruturas e processos o livro tornou-se também um produto de consumo, infelizmente existem obras que não interessam a esta indústria, talvez esta seja uma, mas também não é o objetivo de seus organizadores e autores lucrar, nunca foi, o escopo principal dos envolvidos na essência deste projeto que vai muito além deste livro é compartilhar conhecimento, revelar, difundir e desatar nós através da memória e da história.

Este livro está além destes objetivos comerciais, é fruto de relações de afeto e amizade, parcerias e gratidão, é como um refrigerio em meio à exclusão, um orgulho, uma realização. Um livro que é resultado, consequência das discussões, reflexões, debates empreendidos em ocasião dos colóquios realizados pelo Ecomuseu de Sepetiba, este Ecomuseu que é uma resposta social da população local, que tomou as rédeas de sua própria história redescobrimdo o seu passado, descobrimdo e experienciando o presente e pensando o futuro de forma esperançosa.

Mas o que é um colóquio? A grosso modo um colóquio é uma conversação, mas pode indicar um evento acadêmico, onde se produzem

debates e se apresentam trabalhos científicos, este tipo evento promove um espaço de conversação entre várias pessoas para se debater um assunto específico, selecionado e delimitado, foi o que ocorreu em Sepetiba, que desde o ano de 2014 vem sendo um bairro privilegiado com a realização deste tipo de evento fora do âmbito acadêmico, democratizando o acesso ao conhecimento.

Os membros do Ecomuseu de Sepetiba, em um primeiro momento, na ânsia de apresentar o conceito Ecomuseu, mostrar a todos que poderiam fazer parte desta ação museológica, bem como elucidar o significado deste termo ainda pouco conhecido, lançaram a temática da museologia social/ comunitária "Ecomuseu de Sepetiba: Agindo, pensando e transformando! Um Museu de ação!" em seguida iniciaram os colóquios intitulados Conexões Asas e Raízes, o primeiro deles com a temática "a museologia comunitária", o seguinte realizado em ocasião da semana da Consciência negra com o tema "ancestralidade" e em 2018 a temática não poderia ser mais condizente com o momento "Representatividade e resistência", também realizado na semana da consciência negra.

Acredito que ao aceitarem participar destes colóquios alguns dos partícipes não faziam ideia deste desdobramento, uma publicação, um livro, e muito provavelmente nem os membros deste Ecomuseu também não pensaram nesta possibilidade ao iniciar esta sequência de eventos.

Grata surpresa e uma satisfação, pois trata-se de uma resposta ao epistemicídio, a segregação, a exclusão, um livro, feito por membros de um museu comunitário, que não recebe nenhum tipo de incentivo financeiro nem do poder público nem da iniciativa privada, nem através de editais, constituído enquanto coletivo, composto exclusivamente por voluntários, escrito por pessoas que toparam participar gratuitamente destes eventos compartilhando suas "sabanças e fazanças", e, ressaltar, os colóquios também foram realizados da mesma maneira, como dizem os coordenadores desta iniciativa "no amor", deste modo, os envolvidos neste processo museológico, nesta ação, mostram que é possível fazer muito sem dinheiro, basta ter boa vontade, dedicação, esmero, perseverança, solidariedade e amizade!

Esse livro é, em minha opinião, uma coroação para o Ecomuseu de Sepetiba no ano em que comemora 10 anos de existência, um legado, que expressa perfeitamente a natureza deste processo social, desta experiência comunitária, que desvenda os caminhos para compreensão de como se formou o sujeito coletivo na extrema Zona Oeste da cidade do Rio Janeiro, é um prolongamento natural de todas as atividades realizadas ao longo destes 10 anos de percurso, de trabalho, incentivando e impulsionando a participação comunitária na construção e “gestão” da memória, memória libertadora, que rompe com a hegemonia, instrumento de inclusão, empoderamento e resistência! Bem-vindos! Espelho onde se revê e se descobre a própria imagem!

FOTO: DANIEL BARREIROS – A BENÇÃO DOS ANCESTRAIS

TECENDO FIOS NAS REDES ESTRUTURAIS DO LUGAR

Sepetiba – Rio de Janeiro – Brasil

Rita Pedreira¹

Este, breve, texto é dedicado:
Às Biancas, Franciscos,
Anas Patrícias, Glaucos,
Brunos, Marias, Raimundas
e outros tantos, Seres Humanos
que compõem
à história de Sepetiba!

Cultura e meio ambiente são atmosferas que se completam, intrinsecamente, por alinharem a existência social mediante a relação humanos/natureza, tecendo, sempre, fios sócio-ambientais entre os âmbitos que perpassam o cotidiano de um lugar. Deste modo, o patrimônio cultural-ambiental, binômio detentor da relação entre espaço físico e identitário – partindo do princípio da preservação e consciência local – é imprescindível na busca de “sociedade habitável” no globo terrestre.

Os tecidos sociais, formados a partir de fios estruturais, realizados através da dinâmica cultural na relação cotidiana com o meio ambiente, são desenvolvidos através da junção entre identidade cultural e sensibilização ambiental. Destarte, o EcoMuseu de Sepetiba, versa sobre a realização de um coloquial voltado para a criação de um conjunto cultural/ambiental/ético dos bens patrimoniais de um bairro do Rio de Janeiro, Brasil, a partir do interesse de atores e personagens em divulgar e resguardar as manifestações culturais do lugar e o seu contexto ambiental. As perspectivas e trabalhos desenvolvidos margeiam o pensamento em ampliar o empoderamento de atitudes culturais e ambientais desta territorialidade.

Pensando, territorialidade, este patrimônio que se encontra reunindo em um espaço delimitado urbanística e socialmente, pois, há nele constância existencial, sabe-se que ele está ali, tem uma história que o legitima, enquanto

¹ Museóloga; Educadora Ambiental; Idealizadora da BioMuseologia; Gestora da ARCABOUÇO – Ensino de Cultura, Artes e Sustentabilidade.

fator de reconhecimento, sendo, característico tanto por ser imediato ou moroso, quanto latente ou visível. As manifestações culturais em Sepetiba, observadas, refletem as transformações e adaptações históricas no decorrer do tempo e do espaço, e apresentam traços do povo que vive de resistência, de promoção da emancipação, onde muitas tradições remetem a tempos do surgimento deste lugar, antes mesmo de conter em si o espaço que hoje tem como forma.

A cultura como objeto do conhecimento empírico, se distancia da noção de “diferentes culturas”, que foca na significação das diferenças *de* cultura ou *sobre* a cultura, ou seja, a riqueza cultural não está em descobrir, procurar ou mesmo diferenciar as culturas existentes, mas em compreender que a cultura enquanto objeto de conhecimento é sempre única, híbrida, acolhedora de diferenças e do “[...] ‘passado-presente’ tornando-os parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (BHABHA, 2007, p. 27).

Sendo assim, existem as demandas em resguardar contextos de localidades tradicionais, envolvendo vários mecanismos de ação local, no que diz respeito, aos patrimônios culturais, humanos, históricos e naturais, com inúmeras exterioridades, no que tange ao alcance destes bens, no dia a dia, do lugar. E, nestes aspectos o Ecomuseu de Sepetiba é oásis no árido olhar que se tem, contemporaneamente, de territórios e sua compreensão sobre os mesmos. E, aqui, ele se dá com mola propulsora que epistemologicamente, não se lida, contudo, empiricamente é o que nos move: o Amor!

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: A primeira carta universal de Amor!

A primeira carta de amor, universal, escrita por humanos de todas as regiões do nosso planeta foi a Declaração dos Direitos Humanos (DDH), apregoada pela Assembléia Geral das Nações Unidas no dia 10 de dezembro de 1948, em Paris, via [Resolução 217 A \(III\)](#), uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Constituindo, assim, a proteção universal dos direitos humanos. A partir, daí um pacto Humano de anseios é o guia para os Seres de Boa Vontade...

E, nesta premissa, segue o nascimento de entidades que disseminam os sentimentos mais gloriosos de pessoas-humanas, em busca da melhoria de vidas e, concomitantemente, de seus territórios de pertencimento. E é, neste local privilegiado que encontramos o EcoMuseu de Sepetiba: Espaço de Amor, Culturas; conhecimentos; legados e lazer... Localidade de bem estar!

Segundo o artigo 1º, inciso III da CF/88 que traz como fundamento a Dignidade da Pessoa Humana, entender o traçar do Ecomuseu de Sepetiba (EMS), alicerça o pensamento e a demanda dos sentimentos, supracitados. Pois, em tempos de supremacia capitalista, disseminar a cultura da dignidade dos Seres Humanos é de suma preponderância para territórios “esquecidos” pelo Estado. Reforçando, em cada cidadão do lugar o acolhimento da sua memória, concernente às afetividades. Para Le Goff (1982, p. 455), “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Referindo-se, a hodiernidade e seu estado de sítio as sensações e emoções, inerentes das pessoas que circundam o desejo de compartilhar o viver em comunidades, e, portanto, partilhar os prazeres da dignidade humana em conjunto.

Nestas primas, encontramos o laboral sustentáculo do Museu, em voga, que é perceber o processo do lugar e sua gente visando à participação, dos mesmos, num sentido de respeitabilidade ao próximo. Neste lugar é que esta instituição, se supera, idealizando e compondo numa esfera de desumanidades a legalidade que a carta dos direitos humanos promulga em sua estrutura, tecer a rede da decência da pessoa humana.

Estas ações possibilitam a qualificação de atores sociais para a preservação de testemunhos culturais e naturais, de uma determinada territorialidade, aqui, um bairro do Rio de Janeiro. Estes horizontes traçam uma discussão sobre, a perspectiva de novas, inserções afetivas para a sustentabilidade no cotidiano da comunidade Sepetibana, congregando a sua “Memória Viva” que associa identidade como um sinônimo de relação afetiva.

ECOMUSEU: FERRAMENTA PARA UMA LOCALIDADE APRAZ.

O EcoMuseu de Sepetiba objetiva demonstrar através da dinâmica criada, mediante a união entre identidade cultural e natureza, estes que formam o fio condutor que geram uma relação harmoniosa, entre as partes, ora demonstrada pelas atividades exercidas pela sua gestão, ora em pela espontaneidade popular.

O objetivo é explorar possibilidades criativas para a valorização do patrimônio local, fomentando processos de inclusão social, por meio da arquitetura de uma rede de atores sociais comprometidos com a questão sócio-ambiental, elencando seus recursos naturais e culturais. E, desta forma, estar com o quadro, sempre, “riscado” de giz, ou seja, permear um Centro da Memória e Responsabilidade Social, espaço catalisador de inteligências na busca de soluções para localidades e adjacências, voltadas as demandas e mazelas antrópicas e sociais, vigentes na nossa sociedade.

Na atualidade, vivemos, no cotidiano uma mostra, a força deste modelo sócio-econômico excludente e a necessidade de contextualização de experiências participativas de fortalecimento e enfrentamento dos problemas colocados pelo neoliberalismo, pois eles produzem impactos sobre as realidades, gerando inúmeras demandas aos seus agentes locais. As temáticas são crescentes e viabilizam a consolidação de agendas viáveis e pesquisas voltadas a implementação de medidas estratégicas na diminuição dos impactos que os seres humanos vêm causando aos seus e aos outros seres terrestres.

Assim sendo, traçar uma discussão sobre a perspectiva de novas inserções Ecomuseológicas no habitual das comunidades intui uma necessidade de apropriar-se de novos saberes para uma contrapartida a resolução de questões histórico-educacionais, sócio-econômico-organizacionais, locais, regionais e nacionais torna-se, preponderante, para tal obter-se estudos, práticas e consequentes resultados positivos que reflitam na consolidação de várias posturas científicas e empíricas que priorizem projetos – como o valioso exemplo da ferramenta que é o Ecomuseu de Sepetiba – que propiciam

investigação e solidificação da memória da cultura de um local, como também, pauta soluções inventivas as questões ambientais.

Para o professor Edgar Morin (2010, p. 28),

[...]os princípios do conhecimento desenvolvidos pela ciência até final da primeira metade do nosso século. Era um princípio de separação homem-natureza. A ideia era a de que, para o conhecimento do homem, deveríamos rechaçar, eliminar tudo que fosse natural, como se nós, o nosso corpo e organismos fossem artificiais, ou seja, a separação total. A separação do sujeito e objeto, significando que nós temos o conhecimento objetivo porque eliminamos a subjetividade. Sem pensar que no conhecimento objetivo, há também, a projeção de estruturas mentais dos sujeitos humanos e, ainda, sob condições históricas, sociológicas, culturais precisas.

Nestas perspectivas, é importante reconhecer o EcoMuseu como ferramenta e elemento multiplicador; e integrante da inovação no seu gerenciamento, em prol da compreensão que seres humanos e natureza são o: Meio Ambiente. E, neste sentido mantê-lo e/ou transformá-lo em local apraz às futuras gerações é obrigação da atualidade, em aspectos físicos e culturais.

REPRESENTATIVIDADE, PORTANTO, REDES DE EMPODERAMENTO

No tempo coevo, fundamentar em localidades a representatividade que emana do lugar, se faz presente com os acontecimentos organizados pelo EcoMuseu de Sepetiba, colóquios que emergem como bálsamos para o empoderamento desta comunidade, no mundo neoliberal-globalizado, ratificando o pensamento da narrativa no constatar do olhar do local.

Nesta ótica, a Doutora em linguística, Marinalva Carlos Barbosa (2007, p. 103), assegura que,

Com isso, o presente passa a ser possuído de um sentido supra-histórico, produzindo a sensação de que existiria uma espécie de circulação geral dessa percepção histórica do próprio presente e, mais do que isso, de maneira permanente.

Neste sentido, e atentando para a questão do local globalizado, num bairro de uma cidade como o Rio de Janeiro, numa instância que submersa no cotidiano presencia a lógica da mais valia do capital, influenciando e causando prejuízos irreversíveis, tanto ao ambiente, quanto às populações, principalmente, para as periferias, onde, estão os negro(a)s, mestiço(a)s, suburbano(a)s, comunidades tradicionais e, sobretudo o(a)s mais jovens, que excluídos lutam

por assegurar direitos “constitucionalmente garantidos”, mas, na verdade, defrontam-se, inevitavelmente, com as dificuldades socioeconômicas e, assim, à sua construção identitária, visto que, de um lado têm-se o sonho e o reencantamento de um mundo que lhe poderá pertencer... E do outro, moedas de sedução transplantadas em imagens, painéis eletrônicos, placas luminosas, outdoors, e etc., que frente às limitações materiais de “merecimento”, e assim, a inaceitação social; decorre em dificuldades para ressignificar suas experiências humanas, frente à impessoalidade e a desumanização que vivem, sob ameaça constante de elementos tipificadores da vida urbana, hoje.

Contudo, e aqui, o valoroso mérito explicitado pela Dra. Barbosa, este território de efetivação das relações capitalistas, ainda assim, dá aos que o habitam a consciência de sua participação ativa neste sistema, cotidiano de pertencimento, materializando o sentido de territorialidade, uma confraternização subjetiva de pertença que confere a esta porção do território condição de palco dos acontecimentos (SANTOS, 1985; 2007), estreitando o habitar e a percepção que se tem do mundo.

Desta forma, o espaço do convívio e suas dimensões como a rua e o bairro, compõem o quadro da vida cotidiana, e na definição de Ana Fani Carlos, é através do uso do corpo em ato e movimento, nas atividades mais banais da vida que os habitantes se relacionam com o outro, se identificam, conferindo a esta vida e aos lugares um conteúdo particular e coletivo (CARLOS, 2007). Contexto no qual cabe à memória, além, de afirmar a diversidade e o conflito como dimensões constitutivas deste mesmo espaço. Obtêm-se, como produto desta dialética entres espaços à possibilidade de descortinar a homogeneidade impressa ao território, pela evolução dos meios e das técnicas, já que a história que estes podem contar é ao mesmo tempo múltipla e singular (VARGAS, 1997).

Encontramos este local de permanência que é evocada a representatividade, cá, no fazer do lugar, em que os membros da instituição, citada (EMS), e seus apoiadores difundem em eventos corriqueiros, sejam eles acadêmicos ou populares; locais onde semear, o empoderamento de grupos e indivíduos, se tronou trivial em Sepetiba.

BIOMUSEOLOGIA & ECOMUSEU DE SEPETIBA – I Colóquio

Segundo Pedro Demo (2000), aumenta a cada dia a convicção de que o processo de busca por um movimento de teorização aliado a intervenção, guie a proposição de alternativas singulares, num “*de vir*” pelo manejo e a produção do conhecimento inovador.

Estas esferas de influências são gêneses para a Biomuseologia, um olhar em construção, perene, voltado à intervenção de recorte territorial aliado a interfaces de preservação e conservação do patrimônio que se encontra no lugar e seu entorno imediato, articulando ações que englobem diferentes escalas políticas, culturais, econômicas e ambientais, na dimensão do local com vistas à sustentabilidade.

Esta postura, global que envolve diferentes escalas, remete a contribuição de Gramsci, quando trata da necessidade de intelectuais orgânicos elaborarem uma nova concepção ético-político:

Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-político, que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (GRAMSCI, apud SEMERARO, 2006, 377-378).

Neste panorama, informar e disseminar afazeres, diários, que compõem uma territorialidade é primordial para alavancar as potencialidades de um lugar. Tanto quanto, utilizar como o pertencimento este norteador das ações em busca do envolvimento dos conhecimentos-aprendizados de uma localidade é fio condutor da BIOMUSEOLOGIA, isto é: congregar, instrumentalizar e dinamizar, as perspectivas do território em seu viés identitário, informando e comunicando sua cultura, catalisando auto-estima, como também, fomentando políticas públicas e finanças ao local. Cultura, dessa forma, é uma ação transformadora consciente na qual a intelectualidade é exercida politicamente, a favor da formação de “sujeitos críticos do processo histórico, conscientes do momento histórico em que vivem” assim é, portanto, ideológica e libertadora (MARCHESI, 2012, p.52).

Neste dado espaço local, além de elementos básicos como população, território e organizações – há – o tecer de uma trama produtiva e cultural entre esses agentes institucionais e individuais, onde circulam informações (preponderantemente) e mercadorias (palpáveis e não palpáveis). Nesta relação direta, colocar em pauta a análise e interpretação de diferentes fontes com natureza diversa, reconhecendo o papel das diferenças no processo histórico, enquanto categorias de análise é, certamente, um caminho à descoberta de novas relações entre continuidade-permanência e ruptura – transformação, reconhecendo o papel do indivíduo como sujeito e produto de construção social.

A questão ambiental-cultural emerge como uma das principais prioridades da sociedade, contemporânea, exigindo a adoção de posturas individuais e coletivas de preservação e conservação sócio-ambiental, efetivas. Os movimentos sociais, apoiado pela ciência, tem sido pioneiro no alerta sobre riscos e incertezas futuras, quanto aos ambientes. Esta preocupação com o bem patrimonial coletivo, seja como signo de memória, seja como ferramenta de desenvolvimento local, levou a reflexão e desenvolvimento de desejos e tecnologias para o exercício em questões multirrefenciais, Biomuseologia e Ecomuseologia.

Nestas vertentes, o termo patrimônio local, conecta diretamente com a relação de apropriação histórica, tanto de legados tangíveis quanto intangíveis, presentes em um dado espaço temporal. O alvo é materializar desenhos flexíveis de ação em novas logísticas para a preservação e/ou conservação da memória local e do patrimônio local, tendo por base o cotidiano, condição e lugar da reprodução das relações sociais, nas quais se delineia uma nova analogia espaço-tempo. O espaço vivido é símbolo cultural e assume um papel importante na construção do imaginário coletivo. O tempo tem na memória, ancoragem, como uma das suas finalidades em afirmar a diversidade e o conflito como dimensões constitutivas deste mesmo espaço. Resignificar a importância e a ação deste componente no “local” é trazer à baila novas agendas de ação, fomentando novos perfis de participação, em oposição à conhecida

fragmentação da identidade global, que generaliza o território e seus partícipes em suas diversas dimensões e escalas.

O intento é valorizar o patrimônio comunitário, servido em ações pedagógicas, saídas para as necessidades locais, abordadas em diferentes níveis e programas de educação formal e informal. O conceito de patrimônio abrange não só o natural e cultural, mas também o material e o imaterial em continua transformação, portanto, em constante construção-desconstrução-construção. Neste contexto a educação patrimonial é, simultaneamente, processo e produto de partilha cotidiana. O patrimônio é resultado de valorização de um “bem” pelo homem que o idealiza como tal. E, a educação é o processo pelo qual ele compartilha com o outro o bem valorizado. Uma relação de interação e complementaridade que, potencialmente, pode desencadear a apropriação e a responsabilização pelo mesmo.

A experiência dos ecomuseus e museus comunitários reforçam a sensibilidade dos atores sociais à questão da partilha do patrimônio integral, viabilizando uma maior participação comunitária recurso essencial para a cidadania, para o diálogo, a negociação e o desenvolvimento local (PRIOSTI, 2004).

Fica-nos como lição, as reflexões da Professora Odalice Priosti, na notória busca por uma inversão de algumas prioridades relacionadas à lógica tradicional, para que se possam empreender parcerias efetivas entre a sociedade civil e o poder público, reconhecendo e estimulando o real potencial dos grupos implicados.

O estímulo, aqui, é à participação no espaço comunitário de modo a mitigar impactos negativos da exclusão, visando desenvolver e aprimorar o conceito de patrimônio total, focando a cidadania enquanto condição concreta do indivíduo, cujos direitos elementares têm que ser respeitados, engajando este mesmo na luta pela ampliação desses direitos, numa dimensão coletiva, fomentando atitudes de uma intelectualidade orgânica, que segundo Gramsci (apud NOSELLA, 2017) é catalisadora de mudanças, oposta à pura e simples aplicação de receitas, que não são meramente positivas ou negativas, mas sim de afirmações e bom alvitre para as diversas comunidades num local.

Evocando Freire (2001) que sempre defendeu a idéia que nós seres humanos somos inacabados e que, portanto, percorremos o tempo e o espaço através de um movimento cíclico em que as idéias e os ideais podem ser desconstruídos e reinventados a todo instante - outro mundo possível. Mundo que reivindica, hoje como nunca, a opção de uma educação libertadora e talvez resida aí o maior desafio da educação: o desafio da esperança, da crença em nossa possibilidade de “recriar” o mundo.

Ratificando que, o Ecomuseu de Sepetiba, alicerçados pelos atores educativos, deste tempo-espaço, estão exercendo funções culturais, educativas e organizativas, contribuindo assim, para o empoderamento desta comunidade local e sendo referência para mais ações deste porte. E, nestes pontos se dão a convergência, entre a BioMuseologia e o ECOMuseu de Sepetiba: a busca pela dignidade humana e a sustentabilidade sócio-ambiental, calcadas numa ética multidimensional, em que o *Ambiente Total* seja visto como complexo e indivisível em cernes diversificados, que englobam suas várias redes e relações, sejam elas ecossistêmicas, educacionais, étnicas, geográficas, sociais, culturais, econômicas, políticas, administrativas etc. Pois, pegar um elemento deste universo e isolá-lo dos outros é generalizar e falsificar seu valor patrimonial como um todo.

OBSERVAÇÕES FINAIS

O termo Patrimônio remonta a uma trajetória tanto individual, quanto coletiva, simbólica e material representado no tempo, no espaço e nos imaginários – Algo que foi herdado e para tanto se preservado será, também, herança de outras gerações. A valorização de uma localidade por seu povo é, portanto, a compreensão sobre a preservação da memória e da cultura e os seus legados, seja pelo relato de memórias, seja pela reunião de itens com potencial representativo, uma vez que os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma coerência funcional e econômica, eles estão carregados de sentidos e sentimentos de pertencimento para os que habitam ou visitam-no no âmago das suas identidades.

Incluindo neste bojo e a partir do saber institucionalizado nas escolas (formal e não formal), associado ao saber que emana do cotidiano das relações que estabelecemos no social – *aí reside o papel fundamental do ecomuseu de Sepetiba e da Biomuseologia*, há possibilidade de novas formas de pensar para a construção de uma nova sociedade. Os saberes institucionalizados podem formar cidadãos cada vez mais interessados pelo novo, pelo desconhecido, sempre querendo mais buscar pela inovação que acontece *no espaço territorial* todos os dias (PEREIRA, BRESSAN, TEIXEIRA, 2018 p. 101).

Afinal a utilidade pública, observada nos espaços, enunciados, é fruto de uma construção sociológica que evidencia a necessidade de fomento a agendas patrimoniais semelhantes as que nos proporciona o EcoMuseu, que estes espaços contribuam para às consciências individuais e coletivas, novíssimas experiências e vivência ligadas ao surgimento de dinâmicas coletivas no seio destas comunidades que englobam Sepetiba.

Na atualidade, vários aspectos fazem-nos ver o sinalizar, não só a produção ativa de saberes, mas, principalmente o estímulo a atitudes, habilidades e experiências no campo da constituição desta instituição Ecomuseológica. No encontro, conjunto, de Direitos Humanos para Biancas; empoderamento para Glaucos; visibilidade para a sustentabilidade de Marias e turismo local; representatividade para Anas Patrícias; bem estar para Brunos; saúde para Raimundas; e Educação, lazer e muito (muito) amor para Franciscos.

Pois, Cultura Viva, mesmo (!), se tem e faz, é com Gente Feliz!

Àvé, EcoMuseu de Sepetiba!!

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M.C. Percurso do olhar: Comunicação, Narrativa e Memória. UFF. Rio de Janeiro, R.J., 2007.
- BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução: Myriam Ávila; Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- CARLOS, A.F.A. Metamorfoses Urbanas. Revista Geotextos v. 03 n. 01, 2007.
- DEMO, P. Desafios Modernos da Educação. 9ed Vozes Petrópolis, 2000.
- FREIRE, Paulo. Política e Educação. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LE GOFF, J. História e Memória, UNICAMP, São Paulo, S.P., 1982
- MARCHESI, R.S. A produção do conhecimento em educação física: considerações sobre as concepções de “cultura” e “corpo” presentes nas monografias das universidades públicas da Bahia. 2012. Tese – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia.
- MORIN, E. Saberes Globais e Saberes Locais, Garamond Universitária, Rio Cumprido, R.J., 2010.
- NOSELLA, P. A Escola de Gramsc, Cortez Editora, São Paulo, S.P. 2017.
- PEREIRA. E; BRESSAN, L. L.; TEIXEIRA, M. R. F. Saberes acadêmicos X saberes populares ou apenas saberes? Refletindo sobre a educação no século XXI. In: **Educação, espaço construído e tecnologias: reflexões, desafios e perspectivas** - Vol IV - Curitiba: CRV, 2018.
- PRIOSTI, O. Relatório III Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários. Jornal O Quarteirão Cultural do Matadouro. Rio de Janeiro, Dez. 2004.
- SANTOS, M. O Espaço do Cidadão. (Coleção espaço) Studio Nobel 6 ed S. Paulo, 2006.
- _____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo Razão e Emoção. 2ª ed. _____ Hucitec São Paulo, 1997.
- _____. Por Uma Geografia Nova. USP S.Paulo 2008.
- SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “Orgânicos” em tempos pós-modernidade. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 22 mai 2011.
- VARGAS, E. O Turismo e a Evolução do Lugar. Congresso e Exposição Mundial de Ecoturismo. Rio de Janeiro, 1997.

FOTOGRAFIA DA OBRA DE OTAVIA VITAL – O PESCADOR

Pesquisa etnográfica com as marisqueiras de Sepetiba

Sinvaldo do Nascimento Souza²

Introdução

Quando recebi o honroso convite da professora Bianca de Moura Wild, do Ecomuseu de Sepetiba, para apresentar um texto a ser avaliado com possibilidade de fazer parte do livro e-book, pensei de imediato em revisitar a minha pesquisa sobre as marisqueiras da Praia de Sepetiba.

Em março de 1999, há mais de duas décadas, portanto, realizei uma pesquisa que resultou na Monografia intitulada “Estratégia de Sobrevivência das Marisqueiras da Praia de Sepetiba”, que foi apresentada na conclusão do Curso de Pós-graduação em Docência do Ensino Superior” da Universidade Candido Mendes, tendo como orientador o Professor Dr. Bernardo Melgaço da Silva e como meu especial colaborador e coorientador para pesquisas de campo, o jornalista, professor e mestre em Ciências Políticas Antonio Souza, meu irmão.

Em maio de 2000, no II Encontro Internacional de Ecomuseus, realizado no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, que teve como tema principal: “Museologia e Desenvolvimento Sustentável na América Latina e no Caribe”, foi me oferecida a possibilidade de apresentar um “Documento de Base”, que recebeu o título de “As Marisqueiras de Sepetiba: Uma abordagem sistêmica à uma base sustentável?”³

Em ambos os textos, tanto o da Monografia, como também o que foi apresentado no II Encontro Internacional de Ecomuseus, procurei dar ênfase à estratégia de sobrevivência das Marisqueiras, ainda que, no caso da conclusão do trabalho entregue à Pró Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Candido Mendes, o texto, por questões óbvias, demandou mais

² Pesquisador, historiador, museólogo, professor, membro fundador do NOPH (Núcleo de orientação e pesquisa histórica de Santa Cruz) e do Ecomuseu de Santa Cruz.

³ II Encontro Internacional de Ecomuseus /ICOFOM LAM. SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. As marisqueiras de Sepetiba: Uma abordagem sistêmica a uma base sustentável? Rio. 2000-2001, pág. 209-2013.

consistente elaboração, contendo capítulos com resumo histórico, informações sobre localização geográfica e aspectos ambientais, textos específicos abordando o trabalho desenvolvido pela marisqueiras e a estratégia de sobrevivência, dados científicos sobre os mariscos, além, é claro, da Introdução, Conclusão, Anexos, com várias tabelas e recortes de reportagens sobre Sepetiba e Bibliografia completa.

Neste texto de 2019, que foi elaborado para atender especificamente ao tema “Asas e Raízes: conexões entre Ancestralidade, resistência e representatividade na Zona Oeste Segregada do Rio de Janeiro”, retomo o meu estudo de 1999 sobre as Marisqueiras de Sepetiba, buscando estabelecer vínculos e inter-relações das circunstâncias que acompanham a população moradora na orla marítima da nossa região, como se fosse uma espécie de marola, com a ondulação na água do mar com suas ondas pequenas, mas, também, por vezes, com um certo sentido de agitação e alvoroço, em movimentos que se opõem ao descaso dos governos e das políticas públicas, notadamente no que se refere ao meio ambiente, falta de saneamento básico, abastecimento d’água potável insuficiente, inexistência de equipamentos para a prática de atividades esportivas, culturais e de lazer, segurança pública insatisfatória, escassez de unidades de saúde da população e até mesmo a evidente carência de vagas para as escolas de educação infantil, do ensino fundamental e de colégios do ensino médio, sem deixar de mencionar o ensino superior.

Optei por revisitar os textos nos quais trato da pesquisa etnográfica, já que procurei fazer um estudo descritivo das marisqueiras da praia de Sepetiba, levando em consideração especial a metodologia da observação ou pesquisa participante, exatamente porque, na compreensão de Faermam ela “não se faz de modo isolado do sujeito, mas em presença e implica num compromisso efetivo com suas vivências e necessidades cotidianas.”⁴

⁴ FAERMAM, Lindamar Alves. “A Pesquisa Participante: Suas Contribuições no âmbito das Ciências Sociais.” In Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UINTAU) – Brasil, vol. 7. N. 1, 2014, p.44.

Durante a pesquisa de campo, em minhas visitas ao sítio das marisqueiras em Sepetiba, procurei, sempre que foi possível, observar e participar do processo da coleta de mariscos, para entender melhor a dinâmica desenvolvida pelas mulheres naquelas atividades comuns a todos os seus dias de trabalho, cuja atuação tem como objetivo primordial suprir suas necessidades básicas como estratégia de sobrevivência.

Ambiente e legado dos primitivos habitantes

No Resumo Histórico anteriormente citado, que aparece na Monografia da Pós-graduação, menciono o sítio frequentado pelas marisqueiras para o desenvolvimento do seu trabalho de coleta, destacando algumas das suas características geomorfológicas.

Trata-se de uma costa baixa e orlada de mangues, com exceção das pequenas extensões ocupadas pelas praias de Sepetiba, Pedra de Guaratiba e outras praias menores, que marcam a presença de seres humanos bem antes da chegada dos europeus ao Brasil.

A praia de Sepetiba mede cerca de dois quilômetros, num estirão quase retilíneo, no rumo noroeste-sudeste até uma espécie de cabo formado de rochas em frente à ilha do Tatu.

É uma praia bastante povoada, que ainda recebe, temporariamente, veranistas de condições modestas, embora suas águas estejam poluídas e o banho de mar seja desaconselhável pelos órgãos de controle ambiental.

As águas de Sepetiba são tranquilas, porque as ondas oceânicas se quebram na face externa da restinga da Marambaia. Somente os ventos fortes, principalmente os que sopram de Sudoeste, ocasionalmente, originam ondas que se vão esbater na orla arenosa. A areia é grossa e suja devido à contaminação do lodo que se acumula na baía de Sepetiba. O lodo é formado de argila, silte e areia fina, contendo muita matéria orgânica, bem como compostos de enxofre, principalmente sulfeto de ferro.

Bem antes da implantação dos distritos industriais na Zona Oeste, até, pelo menos, o final da década de 1960, muitos populares buscavam o banho de mar em Sepetiba, com fins terapêuticos, inclusive atendendo prescrição médica.

Segundo Sylvio Fróes de Abreu. “na praia da Pedra [eram] atribuídas virtudes medicinais à lama, e muitos doentes de reumatismo e doenças cutâneas, para lá se dirigem para fazer uso dela. Os efeitos terapêuticos [então] frequentemente verificados são devidos à radioatividade das areias dessa praia, que em certos pontos contém apreciáveis quantidades de monazita.”⁵

A ocupação do mesmo sítio atualmente frequentado pelas marisqueiras de Sepetiba ocorre há pelo menos 2 mil anos, conforme estudos realizados por especialistas.⁶

Os moluscos ocuparam papel importante na dieta alimentar do homem pré-histórico que viveu no litoral de Sepetiba, servindo de cálcio e proteínas, fator que foi preponderante para determinar os padrões dentários dos primitivos habitantes, conforme Salles Cunha: “Como consequência deste padrão de subsistência verificamos a ocorrência de um baixo índice de cárie associado a um elevado grau de desgaste dentário.”⁷

Da relação dos sítios arqueológicos localizados no Estado do Rio de Janeiro, elaborada pela equipe coordenada pela professora Maria da Conceição Beltrão, da UFRJ – Museu Nacional, na década de 1970, 38 (trinta e oito) encontravam-se no litoral da Zona Oeste, entre Sepetiba e Guaratiba, confirmando a presença do ser humano na região, dois milênios antes da chegada dos colonizadores portugueses.

⁵ ABREU, Sylvio Fróes, “O Distrito Federal e seus Recursos Naturais!”. IBGE, Rio, 1957, p.73.

⁶ Sobre o assunto: KNEIP, Lina Maria, coord. – “Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba Rio de Janeiro”. Rio, UFRJ, Niterói, UFF, 1985; BELTRÃO, Maria da Conceição – “Pré-História do Estado do Rio de Janeiro”, Rio, Forense-Universitária: Instituto Estadual do Livro, 1978.

⁷ SALLES CUNHA, E. – “Sambaquis do Estado da Guanabara”, In. “Sambaquis e Ostras Jazidas Arqueológicas. Paleopatologia Dentária e Outros Assuntos. Ed, Científica, RJ, 1963.

Tomando por base o estudo antropológico das populações pré-históricas do Sambaqui Zé Espinho, de Guaratiba, vizinha ao sítio onde hoje trabalham as marisqueiras de Sepetiba, podemos inferir que em todo o litoral Sepetibano, já havia grupos de pescadores e coletores que dominavam uma cultura de cerâmica Tupi-guarani; utilizavam utensílios rudimentares feitos com valvas de moluscos, como furadores, raspadores e lâminas pontiagudas polidas; além de praticarem rituais funerários de sepultamento.⁸

A respeito da origem dos sambaquis, os concheiros artificiais, onde foram encontradas as evidências materiais que possibilitaram aos especialistas descreverem a morfologia e o padrão de subsistência das populações pré-históricas de Sepetiba, vale citar o historiador e frei Gaspar da Madre de Deus:

“Povos inteiros, em certos meses vinham mariscar na costa: escolhiam entre os mangais algum lugar enxuto onde se arranchavam, e dali saíam como enxames de abelhas a extrair do lodo os testáceos marinhos. É indizível a imensidade que colhiam de ostras, berbilhões, ameijoas, sururus de várias castas e pescaria, o resto secavam, e, assim beneficiado, conduziam para as suas aldeias, onde lhes servia de alimento por algum tempo”. “As conchas lançavam a uma parte do lugar onde estavam congregados e com elas formaram montões tão grandes que parecem outeiros a quem agora os vê soterrados”. Na maior parte deles ainda se conservam inteiras as conchas, e em alguns acham-se machados – os dos índios eram de seixos muito rijos – pedaços de panelas quebradas e ossos de defuntos; pois que se algum índio morria ao tempo da pescaria, servia de cemitério a ostreira na qual depositavam o cadáver e depois o cobriam de conchas.”⁹

Devido à sua vizinhança com o Rio de Janeiro, Sepetiba, desde os primeiros momentos da colonização da Baía de Guanabara, também passou a ser visitada pelos europeus. “Foi mesmo através de Sepetiba que os índios trazidos por Anchieta (Padre jesuíta José de Anchieta) para o assalto, apartando-se dos navios se vieram para dentro de uma ilha chamada Marambaia, por entre aldeias de tamoios, a caminho do Rio de Janeiro.”¹⁰

⁸ Cf. KNEIP, 1985, op.cit. p.167.

⁹ DEUS, frei Gaspar da Madre de. “História da Capitania de S. Vicente”, 3ª ed. S. Paulo, 1922, pp. 120-121.

¹⁰ LAMEGO, Alberto Ribeiro. “O Homem e a Guanabara”, IBGE, Rio de Janeiro, 1949, p.169.

Embora fosse visitada desde o início da colonização, e, ainda que suas terras constituíssem áreas vastas e planas para as plantações, parece não ter sido a região procurada pelos futuros sesmeiros antes da segunda metade do século XVI.

Alberto Lamego cita o historiador Matoso Maia Forte, que menciona o nome de Bartolomeu Antunes, como o primeiro sesmeiro, no Guandu, de toda a região que hoje compreende a Zona Oeste. Segundo Capistrano de Abreu, também citado por Lamego, os jesuítas só entraram em Santa Cruz, região onde se localiza Sepetiba, em 1596. “Explica-se o menosprezo por essas terras pelos sesmeiros quinhentistas devido ao fácil transporte de mercadorias para o mercado da cidade.”¹¹

Antes dos padres jesuítas, em 1567, o primeiro Ouvidor-Mor. do Rio de Janeiro, Cristóvão Monteiro, vai requerer à Coroa Portuguesa a doação das terras que constituirão a Sesmaria, mais adiante denominada de Fazenda Real de Santa Cruz. Com a morte de Monteiro, as terras passam a pertencer à dona Marquesa Ferreira e filhos, que fazem a doação para a Companhia de Jesus, conforme testamento deixado pelo Ouvidor.

Sepetiba integrava a parte litorânea da Fazenda de Santa Cruz que, sob o domínio dos padres jesuítas (Companhia de Jesus), do final do século XVI até 1759, constituiu um enorme latifúndio de “10 léguas de terra, que ia desde a marinha à Serra de Matacões em Vassouras”.¹²

Expulsos os jesuítas do Brasil em 1760, por ordem do Marquês de Pombal, todas as suas propriedades, incluindo Sepetiba e a Fazenda de Santa Cruz, são confiscadas pela Coroa Portuguesa. Quando a Família Real chega ao Brasil, em 1808, a antiga residência-capela dos padres loyolistas é reformada e adaptada para servir como uma residência opcional de veraneio do Príncipe Regente e dos seus familiares.

¹¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. “O Homem e a Guanabara”, IBGE, Rio de Janeiro, 1949, p.169.

¹² LEITE, Pe. Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil, T. VI, pp 54-66.

No ano de 1813, ainda como Príncipe Regente, substituindo interinamente a sua mãe, dona Maria I, que estava impedida de reinar por problemas mentais, Dom João vai atender ao pedido dos pescadores, determinando a enfiteuse¹³, conforme Decreto Régio de 16 de julho: “Manda reduzir a perpétuos os aforamentos atuais da Fazenda de Santa Cruz e designa terreno para a povoação de Sepetiba” (...) “Hei, outrossim, por bem que no Sítio de Sepetiba se demarque o terreno conveniente para se fundar em sua povoação para comodidade dos pescadores, e pessoas que ali habitam: designando-se o terreno que for mais a propósito, e proporcionando à mesma povoação, o qual se repartirá livre, sem mais foro do que um módico reconhecimento por cada morador, que agora ou para o futuro ali edificar, para o senhorio do terreno, ou ele seja somente na Fazenda de Santa Cruz ...”¹⁴

A povoação de Sepetiba começa a se desenvolver, a partir do final do século XIX, devido à implantação da Companhia de Navegação Rio-São Paulo, que incluía uma linha de bondes de ferro, da Companhia Ferro Carril e Navegação Santa Cruz e os barcos movidos a vapor, com trajeto de Sepetiba até Paraty, com escalas em Itacuruçá, Mangaratiba e Angra dos Reis. “Faziam dez viagens redondas por mês, de acordo com o estipulado no parágrafo 194, da Lei Provincial nº 2.803, de 19 de novembro de 1885, concedendo, ainda, a subvenção anual de 14:400 \$000”.¹⁵

Com o encerramento das atividades da Companhia de Navegação, o povoado de Sepetiba volta ao seu estágio de inércia característico de um arraial litorâneo, essencialmente voltado para a pescaria, até o início da década de 1930, já sob o governo provisório de Getúlio Vargas, que vai empreender um grandioso projeto de saneamento da Baixada de Sepetiba, com abertura de valas, alargamento de canais, retificação de rios, construção de pontes e outras obras de engenharia hidráulica.¹⁶ No ano de 1934, instala-se o Hangar para

¹³ “Direito real alienável e transmissível aos herdeiros, e que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar foro anual, em numerário ou em frutos”, cf. Ferreira, Aurélio de Holanda, *Dicionário Eletrônico*, Rio, 1996.

¹⁴ Decreto Real de 26 de julho de 1813, citado por FREITAS, Benedito. “Santa Cruz. Fazenda Jesuítica, Real, Imperial, volume III. Vice-Reis e Reinado, 1760-1821. Rio de Janeiro, 1987, pp.292-3.

¹⁵ FREITAS, Benedito, op. Cit. P. 336.

¹⁶ GÓES, Hildebrando de Araújo. “Baixada de Sepetiba”. DNOCS; Rio de Janeiro, 1942.

dirigíveis, montado pela empresa alemã “Luftschiffbau Zeppelin”, que estabeleceu uma linha aérea regular entre o Brasil e a Europa. Ao ser inaugurado, dois anos mais tarde, o aeroporto foi denominado de Aeroporto Bartolomeu de Gusmão.”¹⁷ A expansão das atividades aéreas, embora de curta duração, proporcionou um novo desenvolvimento de Sepetiba.

A partir do final da década de 1960, inicia-se a construção do Distrito Industrial de Santa Cruz, com a instalação da Companhia Termelétrica de Furnas, da Cosigua, Casa da Moeda, White Martins Glasurit, Latasa, etc, acelerando o processo de poluição da Baía de Sepetiba com a decadência da antiga vila de pescadores. Além da gravidade do problema da poluição ambiental, causada, tanto pelas indústrias, que lançam dejetos químicos na Baía, como pela inexistência de estações de tratamento de esgoto na região, o assoreamento das antigas praias, decorrente das obras do Porto de Sepetiba, também tem contribuído para dificultar ainda mais a vida dos derradeiros pescadores artesanais e catadores de marisco que sobrevivem com extrema dificuldade, tendo, inclusive, que percorrer uma distância considerável no meio da lama para ter acesso às suas embarcações. Há um projeto para a construção de um ancoradouro junto à Colônia Z-15, de Sepetiba, datado de 1996, solicitado pelos pescadores locais, e encaminhado à Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro que, por falta de recursos ou vontade política, acabou sendo arquivado.

Com todos os impactos econômicos, sociais, ambientais e até mesmo no que se refere à viabilidade dos empreendimentos realizados em torno da Baía de Sepetiba, principalmente em relação à expansão do porto, localizado em Itaguaí, convém formular a seguinte pergunta: Qual será o futuro das marisqueiras e dos pescadores artesanais da praia de Sepetiba? Qual será o futuro da Baía de Sepetiba?

¹⁷ BASC, 54 Anos. Revista especial dedicada aos 54 anos de fundação da Base Aérea de Santa Cruz, s.ed.

Se entendermos Ancestralidade como legado dos antepassados, que herança receberam as marisqueiras de Sepetiba dos primitivos habitantes e o que vamos deixar para os que vierem depois de nós?

Pesquisa Etnográfica

As pesquisas de campo, desenvolvidas no sítio onde trabalham as marisqueiras, em um recanto da praia de Sepetiba, controlado pela atual Ala 12 da Força Aérea Brasileira (Base Aérea de Santa Cruz), foram realizadas em um período de cerca de três meses, sempre às sextas-feiras, entre 8 e 17 horas, quando acompanhamos de perto todas as etapas da coleta e beneficiamento dos mariscos.

Em alguns dias, no mês de setembro de 1998, também acompanhamos a trajetória de algumas das mulheres marisqueiras que moram em Santa Cruz, na Rua Nestor, de onde se deslocavam com seus apetrechos de trabalho até a Rua Engenheiro Gastão Rangel, de onde pegavam o ônibus em direção a Sepetiba, já por volta das cinco horas da madrugada.

A proposta inicial da monografia deveria consistir no estudo da pesca artesanal na Baía de Sepetiba e, em particular, o trabalho de coleta de mariscos em suas praias.

Sempre tive grande interesse pelo trabalho de coleta de mariscos, que nos parecia agradável, e feito em uma região litorânea muito bonita e acolhedora, além disso, tinha também a proximidade familiar e afetiva com o objeto de pesquisa, já que desde a infância, integrando o 79º Grupo de Escoteiros do Mar Gaspar Bertoni, situado em Santa Cruz, estive próximo e em contato quase permanente com a área de pesquisa.

Com o desenrolar da pesquisa, fui percebendo que havia uma diferença entre o encantamento com a paisagem, com aquelas mulheres no centro, catando mariscos, e a realidade objetiva de um trabalho científico.

De fato, a primeira situação, - do encantamento – é claramente subjetiva, em que emitimos opiniões baseadas no que vemos e sentimos; quanto à segunda situação, a que caracterizou o texto final da monografia, ao contrário, teve que cumprir o rigor científico, sendo objetiva, criteriosa e sistemática.

Nesse sentido, primeiramente no trabalho de campo, fui reduzindo o objeto de estudo. De pescadores artesanais na Baía de Sepetiba, em geral, passei gradativamente, a limitar o estudo aos catadores de mariscos da praia de Sepetiba. Trata-se do processo comum em um trabalho etnográfico, quando o pesquisador se vê forçado a modificar as ideias até certo ponto preconceituosas e apriorísticas: é a dinâmica do objeto e da área pesquisada que indicam o sentido das teses ou ideias a serem expostas.

Foi o que ocorreu na sequência do estudo. Saindo do geral para o particular, acabei por chegar às marisqueiras de Sepetiba. No processo de investigação do objeto de estudo, acabei por reduzir, também, a área de pesquisa. Em vez de um trabalho sobre a coleta de mariscos em todas as praias da Baía de Sepetiba, cheguei à conclusão que seria muito mais válido realizar a pesquisa numa única praia, a que dá nome à Baía, Sepetiba.

De fato, para demonstrar as ideias básicas do texto da monografia, a descrição exaustiva e essencial da coleta de mariscos feita por mulheres na praia de Sepetiba, podem ser guardadas algumas singularidades, extensivas às outras praias da Baía e à própria Baía de Sepetiba como um todo. Ou seja, estudando sistematicamente um grupo menor de indivíduos, nesse caso, as marisqueiras de Sepetiba, não há nenhum impedimento metodológico de se estender o estudo para o trabalho de coleta de mariscos em geral, ressaltando apenas o que pode se caracterizar como singularidades, de cultura e área geográfica.

A pesquisa de campo, fundamental para o levantamento de dados descritivos sobre as marisqueiras da praia de Sepetiba, serviu para levantar

dados sobre as características antropológicas e sociais daquele grupo de mulheres, bem como para obter informações sobre a cultura material delas.

Foram levados em conta, os depoimentos das marisqueiras em vídeos e entrevistas, reunidos num todo coerente com as ideias básicas da monografia; a observação participante no local do trabalho, finalizando com a confrontação dos dados empíricos com o material pesquisado.

Na pesquisa etnográfica realizada em campo, um primeiro dado revelador sobre a coleta de mariscos na praia de Sepetiba é a predominância de mulheres. Numa proporção segura, a relação era, na média, de 70% de mulheres para 30% de homens.

Os dados foram coletados na Colônia Z-15 e apresentados em tabelas no corpo do texto da monografia, embora algumas das mulheres que foram localizadas no sítio da coleta, não se encontravam cadastradas naquela colônia. Segundo depoimentos coletados no local, a presença maciça de mulheres se deve ao fato delas apresentarem maior produtividade, além de uma melhor qualidade e beneficiamento da produção. Ainda na parte descritiva, que bem caracteriza a pesquisa etnológica, foi destacado um capítulo para tratar especificamente do trabalho da coleta de mariscos pelas mulheres de Sepetiba.

No acompanhamento feito durante os meses de setembro, outubro e novembro de 1998, pude verificar que a coleta de mariscos é uma tarefa árdua, que depende das marés – lunar, portanto – e que implica uma longa jornada de trabalho. Em geral, o processo de coleta, limpeza e “soltura” do marisco a partir da fervura, alcança uma média de 10 horas, chegando mesmo, em alguns casos, a atingir até 14 horas, conforme depoimentos obtidos das marisqueiras. Algumas mulheres chegam às quatro horas da madrugada, com a maré baixa e trabalham até à tarde, enquanto a água do mar permite altura para a retirada do que elas chamam de “ramas de mariscos”.

O trabalho de catar mariscos não exige grandes investimentos. Cada marisqueira leva consigo uma faca pequena, usada para soltar o exoesqueleto

ou casa do marisco depois de fervido; uma faca grande, uma chave de fenda, um pedaço de ferro (vergalhão) ou até mesmo uma pequena enxada com cabo curto para desprender os mariscos das pedras e do lodo; uma lata grande, em geral de 50 litros para aferventar o marisco e, quando não é possível beneficiá-lo na própria praia, um saco de estopa ou de plástico para transportá-lo até o local de residência.

A mecânica do trabalho é simples, ainda que exija certa habilidade. A marisqueira “localiza” os cardumes e inicia a soltura dos mariscos utilizando uma faca, enxada ou pedaço de ferro. É preciso ter cuidado para evitar os cortes nas mãos e nos pés, pois os mariscos são muito cortantes. Soltam-se assim grandes “nacos” cheios de mariscos misturados à lama e ao lodo, que são deixados à parte para serem limpos e aferventados mais à frente, quando a maré já não permite mais a coleta.

A seguir, com a maré trazendo novamente água até a praia, as marisqueiras preparam-se para levar e soltar os mariscos dos nacos de lama e lodo em que eles se encontram. Esse é um processo que exige bastante tempo – de 3 a 4 horas para encher o latão de 50 litros com os mariscos limpos e prontos para fervura. Também nessa parte do trabalho as marisqueiras devem ter muito cuidado para não se ferirem ao solar os mariscos.

A terceira parte do processo de catar mariscos é o da fervura do mesmo. Ai é preciso cortar lenha suficiente – no caso da Baía de Sepetiba e da praia em particular, a lenha é abundante, pois a orla é rica em manguezais, fornecendo assim a madeira necessária para aferventar os mariscos. Quando começa o processo de ebulição, com a própria água contida no interior dos mariscos, as marisqueiras resfriam-no com água salgada do mar dando início a última etapa do trabalho.

É nessa etapa do trabalho que se podem ver as mulheres sorrindo e fazendo troças. É o momento de prazer maior. Cada marisco é descascado e posto numa vasilha de plástico limpa. As marisqueiras admiram o tamanho, a cor e a beleza de cada marisco, fazendo entre elas comentários sobre os mesmos,

isso, quando o trabalho se processa em grupo, o que é mais comum nessa etapa final, conforme depoimentos que foram obtidos no local.

Nesta pesquisa etnológica, não foram deixados de lado aspectos como, a preservação do meio ambiente; a possibilidade de contaminação dos moluscos por metais pesados e o trabalho sem orientação, sistematização e qualificação das marisqueiras que, embora atuando em pequenos grupos no processo de coleta dos mariscos, não possuem uma cooperativa nem associação organizada, que poderia contribuir para o melhor aproveitamento do produto, beneficiamento de forma higiênica, distribuição, comercialização e até mesmo para cuidar de direitos das mulheres quanto às garantias de acesso à saúde pública, assistência trabalhista, previdenciária e social.

Conclusão

Quando dei início, em meados de 1998, as primeiras pesquisas para a determinação do objeto de estudo, com a preparação inicial e consulta à literatura especializada sobre o tema que havia escolhido preliminarmente, ainda guardava lembranças da bucólica Sepetiba dos tempos de infância.

Com a definição do problema e identificação de pesquisa, a partir das aulas de Metodologia e de leituras, constatamos que seria preciso reformular a ideia original, até que foi definido o tema com o título “Estratégia de Sobrevivência das Marisqueiras da Praia de Sepetiba”, levando em consideração, obviamente, que se trata de um segmento da população da Zona Oeste do Rio de Janeiro, de baixo poder aquisitivo, cuja renda familiar, na maioria das vezes, não chega sequer a atingir a um salário mínimo.

Antes mesmo de dar início à pesquisa de campo, fiz um levantamento da bibliografia e documentação pertinente ao tema proposto, tendo como base os acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e a Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia, além de consultas feitas, pela Internet, aos estudos mais recentes e publicações científicas produzidas no meio acadêmico.

Contei sempre com o apoio da Colônia de Pesca Z-15, de Sepetiba, como também obtive apoio das instituições públicas com as quais mantive contato, como a Base Aérea de Santa Cruz, o IBAMA e em especial com a Universidade Santa Úrsula (usa), por intermédio do professor Philip Conrad Scott, que se encontrava à época concluindo o seu doutorado em Stirling, na Escócia, com quem mantive contatos pela Internet, quando chegamos até mesmo a enviar, por intermédio do biólogo Ricardo Polley, responsável pela análise química da água do mar, do Instituto de Ciências Biológicas e Ambientais (ICBA) da USU, alguns quilos de mariscos, do tipo conhecido popularmente como “sururu” e recolhidos na praia de Sepetiba, para a análise de metais pesados, pelo Institute of Aquaculture da University of Stirling, na Escócia.

Se a fase da coleta de dados para a formulação da hipótese e definição de conceitos, foi profícua e plenamente satisfatória, não obstante, o trabalho exaustivo e algumas vezes até mesmo fastidioso, o trabalho no campo pode ser classificado como extremamente prazeroso.

Quando, de fato, dei início à pesquisa etnográfica já no sítio onde trabalhavam as marisqueiras, encontrei, no primeiro dia da visita, um grupo formado por cinco mulheres, todas sentadas à beira da praia, fazendo a separação dos mariscos das “ramas marinhas”. Foi naquele momento que identifiquei de forma real a definição do meu objeto de estudo.

A opção pela categoria de marisqueiras aconteceu em decorrência da própria realidade observada no trabalho de campo. Como escolhi a linha etnográfica, considerando os depoimentos das marisqueiras, procurei dar embasamento teórico na história oral, que vem despertando enorme interesse entre os cientistas sociais. Procurei privilegiar, não apenas a questão da memória, mas também a chamada história do tempo presente e as trajetórias de vida das marisqueiras com as quais mantive contato nos três meses que permaneci no campo, ainda que em períodos intercalados.

Os primeiros encontros foram registrados em vídeo, quando obtive imagens do local de trabalho e fiz o acompanhamento de perto de algumas

etapas da coleta de mariscos. Sem a câmara na mão, a espontaneidade das marisqueiras foi bem maior. Elas falaram do trabalho, da família, das relações sociais e até mesmo de política. Um tema que permaneceu quase sempre como “tabu”, durante as entrevistas foi o da questão da poluição ambiental da Baía de Sepetiba, pois todas as vezes que ele aparece na mídia, as marisqueiras “sofrem o problema na própria carne”, como declarou uma delas. A venda dos moluscos é diretamente afetada, sempre que a Feema apresenta seus relatórios sobre as condições da qualidade da água das praias da Zona Oeste.

Uma das marisqueiras me declarou que saiam para vender o produto coletado em Niterói, nos restaurantes e peixarias daquele município, preocupada com a rejeição por estar vendendo um alimento contaminado por metais pesados.

Chego a conclusão que aquela Sepetiba acolhedora e bucólica dos meus tempos de infância já não existe mais e que os pescadores artesanais e marisqueiras têm sido os principais prejudicados com a degradação do meio ambiente da Baía.

Sepetiba, como já foi dito em reportagem publicada numa revista, editada pela Feema, “é a outra baía de problemas”. Se a própria Baía de Guanabara, com todo o fascínio que, indiscutivelmente, exerce em todo o mundo, está com o seu Programa de Despoluição Ambiental seriamente comprometido por falta de empenho e seriedade dos órgãos governamentais, o que podemos esperar em relação à Sepetiba?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de A. – “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: Iplan Rio, Jorge Zahar Editor, 1987.
- ABREU, Sylvio Fróes – “O Distrito Federal e seus Recursos Naturais”, Série A Publicação nº 14, Biblioteca Geográfica Brasileira, Rio de Janeiro; IGE/CNG, 1957.
- ACSELRAD, Henri, org. – “Ecologia, direito do cidadão”, coletânea de textos, Rio de Janeiro: Gráfica Jornal do Brasil, 1993.
- BANCO MUNDIAL, “Brasil: Gestão da Poluição Ambiental no Estado do Rio de Janeiro” – Baía de Sepetiba, Relatório de Política, volume I, Rio de Janeiro, 1996.
- BASTOS, Mário – “120 Anos de Música e Pesca: pequena história da tradição musical em Guaratiba”, Rio de Janeiro: Ed. Faculdades Moacyr S. Bastos, 1993.
- BELTRÃO, Maria da Conceição – “Pré-História do Estado do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: Forense Universitária/SEEC, 1978.
- DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DA ATIVIDADE DE PESCA NA BAÍA DE SEPETIBA/RJ, Rio de Janeiro, Superintendência da Pesca, 1992.
- DURKHEIM, Émile – “As regras do método sociológico”, 6ª ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1974.
- FEITOZA, Ubiraci – “Dados preliminares das comunidades pesqueiras da Ilha da Madeira e Ilha do Martins – Baía de Sepetiba”, Rio de Janeiro, IBAMA, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína, coordenadora – “Usos & Abusos da História Oral”, Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- FREITAS, Benedito – “Santa Cruz, Fazenda Jesuítica, Real, Imperial – volume II – Vice-Reis e Reinado – 1760-1821”, Rio de Janeiro, ed. Do autor, 1987.
- FUNDIPESCA – Fundação para o desenvolvimento de comunidades pesqueiras artesanais, Salvador: Fundipesca, 1997.
- GARCIA, Othon M. – “Comunicação em prosa moderna”, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1969.
- GUIA DE TURISMO MICHELIN – Rio de Janeiro, Cidade e Estado, Rio de Janeiro: Michelin, 1990.
- JORNAL ‘O DIA’ – 20/12/98 – “Baía vira depósito de Lixo”, Caderno Zona Oeste, Rio de Janeiro, 1998.

JORNAL “O GLOBO” – 13/3/96 – “FEEMA condena frutos do mar da Baía de Sepetiba” – Órgão confirma a contaminação de crustáceos e moluscos”, Rio de Janeiro, 1997.

JORNAL “O GLOBO” – 21/12/98 – “Uma baía de águas quase limpas”, artigo de Paulo Roberto Araújo, Rio de Janeiro, 1998.

JORNAL “O GLOBO” – 17/01/1999 – “Mergulho saudável: Sepetiba deve ser evitada, porque recebe lixo químico e dejetos domésticos”, Jornais de Bairro, O Globo Zona Oeste”, Rio de Janeiro, 1999.

KNEIP, Lina Maria, coord – “Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba – Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro: UFRJ; Niterói: UFF, 1985.

LAMEGO, Alberto Ribeiro – “O Homem e a Guanabara”, publicação nº 5 da Série A “Livros”, Biblioteca Geográfica Brasileira, Rio de Janeiro, IBGE/CNG, 1948.

21 - _____ - “O Homem e o Brejo”, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lido, 1974;

_____ - “O Homem e a Restinga”, 2ª ed. Rio de Janeiro: Lido, 1974.

LEITE, Serafim Pe. – “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Tomo VI, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

LÉVI-SRAUSS, C. – “Tristes Trópicos”, Portugal (Lisboa): Editora Livraria Martins Fontes, s/d.

MADRE DE DEUS, Gaspar, frei – “História da Capitania de São Vicente”, 3ª edição, São Paulo, s.ed. 1922.

MARX, Karl – “Para a crítica da economia política”, in “Os Pensadores”, São Paulo: Abril, 1974.

MERTON, Roberto K. – “Sociologia: Teoria e Estrutura”, São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MOURA, Maria Lúcia Seidi de e outras – “Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa”, Rio de Janeiro; EdUERJ, 1998.

MUJERES PESCA COSTERA ARTESANAL, Convocatório 97 de propuestas relativa a proyectos piloto en favor de las mujeres de pescadores de la pesca costera artesanal, “Diário Oficial de las Comunidades Europeas”, s.loc., s.ed. 17/7/97.

POPER, Karl – “A lógica das ciências sociais”, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

- _____ - “A lógica da pesquisa científica”. São Paulo, Cultrix, 1974.
- REVISTA BASC – “BASC 54 Anos – Base Aérea de Santa Cruz”, Rio de Janeiro, s/ed., s/d.
- REVISTA FEEMA – “Sepetiba, a outra baía de problemas”, nº 9, Ano II, março/abril 1993, Rio de Janeiro; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Projetos Especiais, 1993.
- ROSA, Alcebíades Francisco – “História de Sepetiba”, Rio de Janeiro, ed. Do autor, 1995.
- SALOMON, Décio Vieira – “Como fazer uma monografia”, 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SKIDOMORE, w. – “Pensamento teórico em sociologia”, Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- SOUZA, Antônio N. – “Sobre a interpretação engelgiana da Filosofia de Marx: uma polêmica na ortodoxia do marxismo”, Rio de Janeiro: UFRJ-IFCS, 1984.
- SOUZA, Dilma Conceição e FERREIRA, Márcia das Graças – ‘Levantamento da Ictiofauna da Baía de Sepetiba’, publicação nº 5, Rio de Janeiro: IBAMA, 1990.
- _____ e ARAÚJO, Francisco Gerson – “Distribuição e Abundância do Peixe-Rei” na Baía de Sepetiba”, publicação nº 7, Rio de Janeiro: IBAMA, s/d.
- TERRA, João Evangelista Martins, Dom S. J. – “O Negro e a Igreja”, 2ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- THOMPSON, Paul – ‘A Voz do passado – História Oral’, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VIDIGAL, Luís – “Os testemunhos orais na Escola – História Oral e Projetos Pedagógicos”, 1ª ed. Coleção Perspectivas Actuais, Educação, Edições Asa, Porto, Portugal, 1996.
- WEBER, Max – “A Metodologia das Ciências Sociais”, São Paulo

ANEXOS

FOTOGRAFIAS QUE FORAM TIRADAS NA PESQUISA DE CAMPO DURANTE A COLETA DE DEPOIMENTOS

Marisqueira fazendo a seleção dos mariscos das “ramas marinhas” que serão levados ao processo de fervura, como uma das etapas preliminares ao beneficiamento. Foto do autor.

FOTO 2

Três das mulheres marisqueiras, em pose para o autor em rápida parada do árduo trabalho de coleta dos mariscos.

FOTO 3

Grupo de marisqueiros sentados, um dos quais (o da esquerda, de costas) já está almoçando. A presença feminina é predominante entre os profissionais que fazem a coleta de mariscos. Cerca de 79% são mulheres.

Foto do autor.

FOTO 4 – HORA DO ALMOÇO

Hora do Almoço. Como chegam para a coleta de madrugada (entre 4 e 5 horas da manhã) as marisqueiras costumam levar o seu próprio almoço, interrompendo temporariamente o trabalho entre 11 e 12 horas para um pequeno descanso, quando, em grupo, fazem juntas a principal refeição do dia, enquanto ouvem as notícias e se alegram com as músicas do rádio portátil.

Foto do autor.

FOTO 5 – HORA DE RETORNAR À CASA

Uma das marisqueiras retornando para sua casa, em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, carregando a grande bolsa com os utensílios usados na coleta dos mariscos e um saco contendo ramas de mariscos que não puderam ser beneficiados na praia, o que será feito em suas casas.

Foto do autor.

FOTO 6 – GRUPO DE MARISQUEIROS SENTADOS

Quatro mulheres marisqueiras e três homens, em pose rápida para foto. Aqui, o primeiro sentado à esquerda, já está fazendo a sua refeição, enquanto os demais ainda trabalham no processo de retirada dos mariscos das ramas marinhas para em seguida levarem à fervura.

Foto do autor.

FOTO 7 – LAVAGEM DOS MARISCOS

Marisqueiro fazendo a lavagem dos mariscos que serão levados à praia para separação das ramas marinhas e em seguida ao processo de fervura.

Foto do autor.

FOTO 8 – MARISQUEIROS FAZENDO A SEPARAÇÃO DOS MARISCOS

Marisqueiras sentadas no processo da separação dos moluscos das ramas marinhas.

Foto do autor.

FOTO 9 – MARISQUEIRA EM TRABALHO

Marisqueira mostrando um amontoado de mariscos em rama marinha coberta pelo lodo para iniciar ao processo de separação dos moluscos que serão levados à fervura.

Foto do autor

FOTO 10 – PROCESSO DA FERVURA DOS MARISCOS

À esquerda o fogão a lenha improvisado com uma lata de 50 litros cheia de mariscos, Casal de marisqueiros separando outra quantidade para a fervura.

Foto do autor.

FOTO 11 – CASAL DE MARISQUEIROS NO TRABALHO DE SEPARAÇÃO

FOTO 12 – MARISQUEIRO ACENDENDO O FOGO PARA FERVURA DOS
MOLUSCOS

FOTO 13 – ALMOÇO

Enquanto os moluscos vão à fervura os marisqueiros aproveitam para esquentar o almoço e fazer a sua principal refeição do dia.

FOTO 14

Marisqueiro acendendo a fogueira para esquentar a marmitta com o almoço e iniciar o processo de fervura dos moluscos.

FOTO: DANIEL BARREIROS – ÉPOCA DE PIPA

Histórias de Pescadores – Relatos em Dois Tempos Sobre uma Baía Poluída.

Clementino Junior (GEASur – UNIRIO e Cineclube Atlântico Negro)
clementino.jr1@gmail.com

Este artigo é o cruzamento de algumas perspectivas sobre a situação das praias de Sepetiba, e como as transformações ambientais da região afetaram a pesca. A partir das entrevistas feitas no ano de 2005 para o documentário *Histórias de Pescador*, com Seu Erasmo, e as recentes realizadas com Seu Durval, em parceria com o Ecomuseu de Sepetiba, guiado principalmente pela oralidade destes moradores com suas vidas ligadas à Baía de Sepetiba e como estes se sentem impactados pela mudança na paisagem, fruto da reindustrialização na região. O texto entende a questão do assoreamento e do ressurgimento do Manguezal e de inúmeras espécies resultante de uma ecodinâmica de paisagem, e como a Baía se tornou com o passar do tempo uma Zona de Sacrifício.

Palavras-chave: Justiça Ambiental; Ecomuseu; Cinema Ambiental

Histórias de Pescador

Mais tarde, eu disse a você: "Se quiser pegar minhas palavras, não as destrua. São as palavras de *Omama* e dos *xapiri*. Desenhe-as primeiro em peles de imagens, depois olhe sempre para elas. Você vai pensar: "*Haixope!*

É essa mesmo a história dos espíritos!".

E, mais tarde, dirá a seus filhos: "Estas palavras escritas são as de um Yanomami, que há muito tempo me contou como

ele virou espírito e de que modo aprendeu a falar para defender a sua floresta". (ALBERT; KOPENAWA, 2010. p.64)

A relação dos Yanomami com a floresta, pensando pelas palavras de Davi Kopenawa transcritas para a "pele de imagens" que lemos e referenciamos como saber teórico, transcende a questão do que se pensa ou que se fala, parte do que se sente, e se sente por fazer parte dela. O homem não está desvinculado

do que chamamos natureza. A natureza não é “o outro”. Acredito, ao pensar no bairro de Sepetiba, que para além de qualquer “lugar de fala” ou pertencimento patrimonial pelo que consta nas “peles de imagens”, está como pessoas que vivem e atuam neste bairro, em especial os pescadores, tem uma “relação de nós” com o lugar, e algo construído ao longo da vida.

Em 2005 “tirei da gaveta” uma ideia para aquele que seria o meu primeiro documentário em uma carreira no audiovisual que, até então, baseava-se no cinema de animação. Meu sobrinho Ernesto Xavier cursava jornalismo na Universidade Estácio de Sá, e me pediu uma sugestão de tema para a disciplina de documentário, o qual ele teria que criar, produzir, e apresentar um curta-metragem finalizado no final do semestre. Falei de um desejo que eu tinha de fazer um documentário sobre a degradação das praias do bairro de Sepetiba, onde meus pais, avós dele, escolheram para morar e onde ele nasceu e foi criado.

A ideia era relatar e denunciar o abandono das praias da região pela poluição no olhar de seus pescadores. O documentário Histórias de Pescador começava a nascer naquele momento, e um compromisso meu com as questões socioambientais a partir de minhas produções. Neste artigo farei um diálogo temporal entre a entrevista feita com Seu Erasmo, pescador e um dos históricos defensores da sua classe, em 2005, e Seu Durval em 2019, para um novo documentário sobre o mesmo tema, e acrescentarei algumas categorias presentes na discussão da Justiça Ambiental para pensar quais as urgências locais para uma atividade pesqueira mais segura e uma vida mais plena para estes agentes.

O Documentário

Ernesto, seu colega Wendel Nascimento, e os demais integrantes do grupo seguiram com sua pesquisa para o documentário a partir do mote que propus, e após algumas conversas chegaram à Seu Erasmo. Seu Erasmo foi bombeiro, atuando ao longo da vida como salva-vidas em várias praias da Orla carioca, até chegar em Sepetiba onde escolheu para viver e onde assumiu a

pesca como atividade. Sepetiba até os anos 80 do século XX era o balneário da Zona Oeste. Linhas de ônibus hoje extintas, como a 870 que vinha de Bangu, e 390, que vinha do Passeio Público no Centro da Cidade, e que ao sair da Avenida Brasil em Campo Grande, vinha "beirando" a linha do trem no ramal Santa Cruz, traziam nos finais de semana centenas de pessoas, que se juntavam aos locais nas pequenas faixas de areia de suas três praias: Cardo, Recôncavo (ou Dona Luiza) e Sepetiba.

Um atrativo destas praias sempre foi sua lama medicinal, e chego a me recordar de tratar inúmeras manchas e lesões de pele na minha adolescência com o "ritual" de passar a lama, deixá-la secar na pele e depois lavá-las num banho nas águas verdes daquelas praias.

As tradições de matrizes africanas, tão presentes na região, se faziam representadas nas praias com uma imagem de Iemanjá instaladas nas Pedras no meio da praia do Recôncavo, um símbolo de uma proteção espiritual de todos que vivem dos "frutos do mar".

Quando minha família comprou a casa onde ainda moram, no final de 1979, eram esses os atrativos para um local a princípio para passar os finais de semana e estabelecer o seu Axé no que veio a se tornar a Irmandade Cercado de Boiadeiro¹⁸. Meu avô materno tinha casa na Pedra de Guaratiba, que já era conhecida por nós, e era esse ambiente de belas praias tranquilas, e em um ambiente suburbano que buscávamos. Ao longo da década de 1980 pudemos ainda usufruir das vantagens já descritas anteriormente, mas paulatinamente se percebia que a lama já não era tão pura, que as águas das praias de Sepetiba já não eram tão atrativas para o banho, e que o volume das águas diminuiu na região.

O documentário Histórias de Pescador abre exatamente com um cinejornal do período da ditadura militar no Brasil, quando o Presidente Geisel

¹⁸ O ICERBO, Irmandade Cercado de Boiadeiro, terreiro de Umbanda, foi fundado pela atriz Chica Xavier em 1980, no ano seguinte à aquisição de um terreno no bairro. Atualmente o terreiro está sob o encargo de sua neta Luana Xavier, também atriz.

inaugurou em Itaguaí o então denominado Porto de Sepetiba¹⁹, em função do nome da Baía que é cercada pela restinga da Marambaia e abrange toda a região, onde, segundo a própria reportagem “poderão chegar anualmente a partir de 1980, 8.600.000 toneladas de Carvão para Volta Redonda e outras assearias”. Em seguida se revelam as ruas de Sepetiba em 2005 a caminho da praia do Recôncavo, naquela altura sem água, e com uma trilha de lama que ia até as pedras onde se encontra a imagem da Orixá ligada às águas salgadas lemanjá, e só dali em diante se vê água.

No cinejornal também se menciona um dos motivos desta escassez de água nas praias, a profundidade de até 50 metros para instalação dos pilares de sustentação do cais do então Porto de Sepetiba, e para a entrada de navios de carga, escavações estas que com sua profundidade, por si só, impactam todas as praias do fundo da Baía. Para piorar o quadro de desequilíbrio na qualidade da água das praias, os poucos rios cheios de esgoto que desaguam no local traziam resíduos de todas as fábricas presentes na região naquele momento, inclusive da Casa da Moeda. Seu Erasmo comenta:

Essa fábrica de moedas do nosso Brasil que está aqui do lado, não joga essa poluição de todas as químicas para derreter os ferros, o aço, o níquel, essa poluição vocês vão carregar para onde? Não é para dentro da Baía? E como será o futuro dos nossos jovens?

Um dado preocupante levantado pelo documentário, já presente em 2005, foi o impacto na economia da região com o fechamento de inúmeros bares e restaurantes, que se serviam dos fartos frutos do mar que foram por décadas o “carro-chefe” do comércio, e com isso além da queda na oferta de empregos no último bairro do município do Rio de Janeiro pelo litoral, houve uma redução nas linhas de ônibus que atendiam a região trazendo banhistas de outros bairros não litorâneos da Zona Oeste, de Bangu à Santa Cruz, para passar finais de semana ensolarados nas faixas de areia das praias de Sepetiba e do Recôncavo. Seu Erasmo profetiza em tons de fábula, ou de citações apocalípticas, sobre a morte de uma Baía “rica em moluscos, crustáceos e pesca”, e que “no futuro essa baía só vai servir para entrada e saída de navios”. Também se menciona no

¹⁹ Atualmente ele é denominado Porto de Itaguaí.

documentário o assoreamento acelerado, já naquele momento, da orla de Sepetiba em função da lama que foi mexida durante a construção do Porto e de como a maré trouxe esses sedimentos para o fundo da Baía, ou seja, às praias dos bairros de Pedra de Guaratiba e Sepetiba. Ou nas palavras de Seu Erasmo:

Os tempos foram passando, os dias e os anos, veio o Porto de Sepetiba. Cavou a funduras enormes das lamas paradas que já estava infectada ao fundo do mar. Mexeram com as dragas potentes e jogaram sobre a face da água. Na água as correntes marítimas da preamar e da baixa-mar, da maré de lua cheia, carregando sobre as correntes marítimas espalhando-se em todas as correntes do redor da Baía de Sepetiba.

“Pós-doc”

O documentário foi lançado em setembro de 2005, em uma sessão do Cineclube da Associação Brasileira de Documentaristas e Curtas-metragistas, ABDeC-RJ, na Fundação Casa de Rui Barbosa, com a presença de Seu Erasmo, e até do então ambientalista e professor Carlos Minc, e foi exibido em alguns poucos festivais pelo Brasil. Em 2010 o então governador Sergio Cabral iniciou uma obra de ampliação da faixa de areia da Praia de Sepetiba²⁰, obra a ser realizada pela Odebrecht visando remanejar a área de mangue e centenas de milhares de caranguejos para o canal do fundão, sob supervisão do biólogo e ambientalista Mario Moscatelli.

A obra levou anos para ser finalizada, com inúmeras interrupções e transtornos para moradores, e não foi concluída como prevista originalmente, deixando um trecho final da Praia de Sepetiba, e justo o trecho mais próximo à área dos pescadores, com um longo trecho de areia, ao contrário do resto da praia²¹. Na reportagem Mario Moscatelli, que só participou na primeira etapa do projeto, menciona: “As intervenções recentemente efetuadas não levaram em conta questões ambientais básicas”. Também se menciona o que o documentário já revelara meia década antes: Nos anos 1980 os rios da região

²⁰ Acesso em 15/10/2019 em <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/governo-do-rio-lanca-obra-de-recuperacao-de-praia-de-sepetiba,087da21a4572b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>

²¹ Acesso em 15/10/2019 em <http://vivafavela.vivario.org.br/547-praia-de-sepetiba-volta-a-ser-invadida-por-manguezal/>

foram canalizados, aumentando a quantidade de sedimentos lançados ao mar, o que criou condições para a formação de manguezais.

As obras do Porto de Itaguaí agravaram o processo de assoreamento expandindo, assim, o mangue (Viva Favela, 2014). Ironicamente o caís que aparece no documentário, obra dos governos anteriores, que segundo o morador João Luís Barbosa levava quem subisse nela da “lama para mais dentro da lama”, ficou integralmente cercada de areia, e serviu como limite do trecho da praia que detém esta mesma faixa de areia, próxima à uma faixa de esgoto que persiste seu caminho em direção à lama. Os rios e os esgotos continuaram a jogar mais sujeira nas praias, já assoreadas, e com o passar do tempo o Mangue, típico da região, começou a invadir de maneira mais forte o trecho de areia, onde ele não existia, criando então um fenômeno que o geógrafo Jean Tricart (1977) chama de “Ecodinâmica de Paisagem”, o qual voltaremos a discutir mais adiante.

Outras Histórias e outros pescadores

Durval Paes Camargo, assim como Seu Erasmo, é pescador, apesar desta ter sido uma função secundária, mas não menos importante, para um funcionário público aposentado do Departamento de Estradas de Rodagem. Ele afirma que seus pais também foram pescadores, e ele nasceu e foi criado no bairro, vendo todas as transformações pelas quais o meio ambiente do balneário da Zona Oeste passava. Sua visão não é otimista diante do quadro que vem se desenhando com a degradação da Baía de Sepetiba, mas ele tem seu ponto de vista sobre como estas transformações atingem a sua atividade.

Sobre a “lama medicinal”, Seu Durval lembra:

Então, na época vinham os doentes pra usar lama para passar no corpo de acordo com suas doenças; que era informado pra passar vir a Sepetiba para passar lama, eu mergulhava para apanhar lama. Eu era um deles, dos apanhadores de lama aqui, os moleques na época eu apanhava lama sem água. Introduzia a lata com tampa lá embaixo da lama, arrancava a tampa e ali mesmo tapava e submergia que é para entregar a lama. Aí eles: Cadê aquele menino que sempre apanha a lama pra gente? Às

vezes não estava aqui, eu estava dentro do mangue apanhando caranguejo, ou lá no mar pescando siri.

Seu Durval começou a pescar entre os 14 e 15 anos de idade e nunca mais parou. Ele reconhece a potencialidade de uma baía rica em recursos naturais, que fornecia tantos alimentos que supriam os moradores mesmo em situação de desemprego:

Eles se viravam porque o nosso a nossa baía lhe dava condições de não passar fome: era um siri, era um marisco, era uma ostra, era um caranguejo. Na época do camarão, podia... apanhava até camarão com a mão, camarão *verger*. Então tinha várias opções de sobrevivência aqui.

Segundo Seu Durval, não houve diálogo com a comunidade local na época da construção do Porto, no século passado, e só recentemente quando a Odebrecht foi chamada para a obra da orla da Praia de Sepetiba que alguns moradores foram convidados a conhecer o projeto, que era “uma praia de primeiro mundo”, mas que após o aterramento do primeiro trecho da faixa de areia e a mudança do mangue que ficava na altura do asfalto para a beira d’água, mexeu com o ecossistema, pois as obras não avançaram, e o que foi mexido acelerou o assoreamento a praia, fazendo o mangue ocupar um longo trecho entre a areia e o mar, dificultando o já complicado acesso dos pescadores à sua atividade, uma vez que a praia se encontrava àquela altura sem profundidade. Ele também lembra que o problema com o meio ambiente começou com a construção do então chamado Porto de Sepetiba, e sobre o que impactou no nível e na dinâmica das marés na região:

Aqui nós tínhamos águas com maré de vazante pelo canal do Bacalhau. Porque a nossa baía você olhando assim não parece, mas com uma vista aérea vê que a nossa baía em Sepetiba, ela fica de costas para o Oceano Atlântico. A água entrava com a vazante, então nós tínhamos dois fluxos de água: com a enchente e com a vazante, então tinha sempre aquele nível, tá? Quando ela pendia de vazante, entrava água pelo canal do Bacalhau, que é o canal da barra, da Barra de Guaratiba. Aí a maré enchia, então o canal lá era navegável, hoje está assoreado - virou ficou um rio... Assoreou de uma tal maneira que ficou um pequeno afluente, mas sem profundidade. Hoje nós só temos só maré com enchente – se ela traz 300 trilhões de metros cúbicos de água, quando ela vai ela vaza, ela leva toda. A tendência agora é só vazar cada vez mais, ela ficar mais baixa,

cada vez mais. A nossa baía está toda assoreada pela obra do porto.

Seu Durval em um dado momento relata sobre outro fator que alterou o fluxo das marés e do volume de água, para além do Porto.

O canal do Bacalhau aonde ajudava no fluxo de água aqui dentro, na baía está assoreado, a água não entra mais. A água do mar grosso, do Oceano Atlântico entrava por ali. Pra manter o nível da água aqui na baía. Hoje você só tem água com enchente. A quantidade de água que a enchente traz, seja nas marés pequenas de quarto minguante, ou quarto crescente, ou lua cheia, ou luão. Toda a quantidade de água que traz, quando vaza ela leva. Não tá entrando mais água por lá. Para resgatar Sepetiba, de água nas praias tem que dessasorear lá, o canal lá. Pra água poder continuar entrando por lá também. Você tinha dois fluxos de água: vazante e enchente. Agora não tem mais, só tem só enchente. Isso aí é que teriam que resolver. Será que vão resolver? Eu estou com 73. Será que vou ainda estar com vida, lá com meus 80 e alguma coisa pra ver isso aí?

Ele fala também sobre sua insatisfação na transformação da paisagem e os reflexos causados pela ampliação do manguezal, que não apenas tira a visão da baía pelas pessoas que frequentam ou vivem naquele ponto da praia, assim como afirma encontrar com os caíques corpos de animais que ficam atolados no manguezal e acabam por morrer. Ele reconhece que o manguezal não “matou” a pesca em si, nem os outros problemas ambientais já elencados, mas que reduziu em muito o volume de peixes na região. Apesar de reclamar do manguezal e das dificuldades que esse criou para a sua atividade pesqueira, Seu Durval acha que mesmo estando com 73 anos de idade, não verá melhorias até os seus 80 anos, mas nem por isso pensa em transferir sua moradia ou sua atividade para outro lugar. Em suas palavras:

Sou, sou, sou apaixonado! Eu não troco isso aqui. Eu não falei pra você, pra estou sendo repetitivo. Meu amigo está enterrado ali. Ali nasci, meu pai vendeu aquela, aquele quin... aquele terreno ali, para fazer essa casa de alvenaria. Eu nasci em casa de sapê, de pau a pique. Então eu tenho... então eu fecho meu olho e vejo Sepetiba como era antes. Aí me emociono.

O conflito entre a paisagem e a pesca

As baías da Guanabara e de Sepetiba estão passando por um intenso processo de reindustrialização que tem sido impulsionado pela expansão ilimitada, sem controle, da indústria petroleira e do complexo portuário-siderúrgico que, na prática, tem transformado estes ambientes e seus ecossistemas numa zona de sacrifício ambiental. (Sergio Ricardo²², Ambientalista)

Desde o documentário Histórias de Pescador em 2005, já se apontavam nos discursos de Seu Erasmo e demais moradores todo o impacto dos poluentes das indústrias presentes na região de Santa Cruz e Seropédica até a orla de Sepetiba, através da falta de tratamento de seus resíduos químicos lançados nos rios que seguem para a Baía.

Na definição Acseirad (2014):

“tais localidades são chamadas pelos estudiosos da desigualdade ambiental de ‘zonas de sacrifício’ ou ‘paraísos de poluição’, onde a desregulação ambiental favorece os interesses econômicos predatórios, assim como as isenções tributárias o fazem nos chamados ‘paraísos fiscais’.”. (ACSEIRAD, 2014, p. 12)

O manguezal, que no projeto original da faixa de areia na Praia de Sepetiba em 2010 seria remanejado para o Canal do Fundão, volta ocupando toda a beira da praia de maneira orgânica no fenômeno que Jean Tricart chama de ecodinâmica: “uma unidade ecodinâmica se caracteriza por certa dinâmica do meio ambiente que tem repercussões mais ou menos imperativas sobre as biocenoses²³”. (TRICART, 1977. p. 32).

Não me aprofundarei em análises neste campo de diálogo da geografia com a biologia, mas a forma como a paisagem foi alterada neste intervalo de 14

²² <https://noticias.ambientebrasil.com.br/divulgacao/2018/12/10/149148-entorno-da-baia-de-guanabara-se-transformou-num-cemiterio-de-obras-de-saneamentos-inacabadas.html>

²³ “biocenose” (do grego bios, vida, e koinos, comum, público) foi criado pelo zoólogo alemão Karl August Möbius, em 1877, para ressaltar a relação de vida em comum dos seres que habitam determinada região.

anos na mesma praia onde gravamos as duas entrevistas, chama a atenção para as afirmações de Seu Durval, neste caso para além de pescador, morador que perdeu a vista de sua praia para a vegetação de mangue que tomou conta da beira da praia, no trecho do canto onde se ampliou a faixa de areia, com aplicação da manta geotêxtil por cima do lodo presente na praia ao longo dos primeiros 400 metros dos 2 km previstos, com 80 cm de areia por cima para restaurar a faixa de areia.

Após “finalizadas” as obras em 2012, o lodo voltou paulatinamente a ocupar o trecho de areia e o Manguezal retornou rapidamente e ocupando um maior espaço, assim como uma série de espécies, moluscos em especial, voltaram após serem consideradas extintas na região, diversificando as oferta, mas com o novo desenho da orla complicando a atividade dos pescadores no acesso às águas da Baía, o que na relação histórica destes com o seu território, a partir das palavras do Seu Durval, causa um impacto na atividade. Sua meta não são as novas espécies que surgiram ou retornaram ao território, sua história de pescaria, sua compleição com o ecossistema do bairro, se dá em levar seu barco para a parte funda da Baía e buscar seus peixes, dialogando com as marés, cada vez menos eficientes já que, segundo ele, o Canal do Bacalhau que equilibrava as cheias está igualmente assoreado, e a profundidade rasa da Baía já começa a contribuir para impactos maiores como na presença dos Botos e outras espécies que vem sofrendo com a série de problemas de suas águas.

Recolhendo a Rede

Nossos pescadores colaboradores com seus saberes para os dois documentários (o do Seu Durval ainda em produção) tem algo em comum, eles vivem o território, e mesmo numa perspectiva de seus envolvimento com o meio ambiente em suas épocas, não se omitiram ao diálogo, ou por vezes denúncia, ao poder público, do avanço da poluição e do assoreamento da orla do bairro de Sepetiba, onde a maior expressão é o trecho da Praia que leva o nome do bairro.

Meu “olhar estrangeiro” não optou por trabalhar este texto no olhar dos pescadores ignorando dados oficiais ou outras pesquisas desenvolvidas sobre

as pautas ambientais da Baía de Sepetiba, mas por um acaso estas não são tão presentes em relatórios e tão acessíveis à discussões, e as teses que encontrei, anteriores à 2014, estão com um olhar mais interessado nos “frutos” do ressurgimento do manguezal do que no impacto sobre as pessoas que vivem da atividade pesqueira, que é uma atividade econômica que como mencionado já em 2005 foi totalmente impactada pela consolidação desta Zona de Sacrifício para diversas ações de degradação ambiental fruto da reindustrialização, a meu ver ainda irresponsável, nesta área da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

A vulnerabilidade da praia diante da obra iniciada em 2010, mesmo que não finalizada a contento, mostra que um processo de avanço do mangue estimulado pelo assoreamento pode gerar uma outra ecodinâmica, talvez não favorável nem ao olhar dos biólogos, num futuro próximo, se o poder público não se mobilizar, ou como gritava Seu Erasmo em 2005, para que os “São autoridade? São! São potentes? São! Nós pobres pescadores, somos lixo pra eles! (...) está aí seres humanos: uma Baía perdida.”

Minhas considerações sobre esses depoimentos apresentados e o que me trouxe a revisitar minha produção e o bairro onde reside minha família é que o papel do Ecomuseu de Sepetiba em estabelecer estas redes de reconhecimento e afetos no bairro é fundamental para consolidar uma identidade do morador que não apenas dorme e vai trabalhar, mas vive intensamente a realidade do bairro, compreende as semelhanças e diferenças com as regiões vizinhas que convivem com esses mesmos ecossistemas mas tem outras questões, e traz a partir de seus eventos, encontros e trilhas ecológicas uma possibilidade de fazer todas as vozes, mesmo que divergentes, migrarem para um ponto em comum, onde o discurso seja amadurecido, e um ponto de partida para um diálogo mais potente com o poder público e com entidades ambientalistas que se aproximem das pautas locais, sempre chegando com a capacidade da escuta e de contribuir horizontalmente para transformação positiva da realidade local.

E a memória dos velhos pescadores é fundamental para pensarmos a linha do tempo deste processo de uma maneira menos científica, mas mais

identitária e afetuosa. E do afeto encerro citando mais uma vez o sábio Davi Kopenawa, líder Yanomami, complementando a sua preocupação com o que será feito com a sua memória nesta pele de imagem, ou na pele de imagem em movimento que surgirá como um novo documentário em parceria com o Ecomuseu de Sepetiba: “Depois, quando essas fitas em que a sombra das minhas palavras está presa ficarem imprestáveis, não as jogue fora. Você só vai poder queimá-las quando forem muito velhas e minhas falas tiverem já há muito tempo sido tornadas desenhos que os brancos podem olhar. fnaha tha? Está bem?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais - a atualidade do objeto. In: _____. (Org.). Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004a. p. 7-35.

TRICART, Jean. Ecodinâmica. Rio de Janeiro, IBGE, Diretoria Técnica. SUPREN, 1977. 91 p.

Baía de Sepetiba ou Baía dos Orixás?

Rodrigo Carneiro Rosa²⁴

A Baía de Sepetiba é formada atualmente pelos municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Rio de Janeiro. A cultura no entorno da Baía de Sepetiba em sua composição é um somatório das culturas indígenas (povos originários e pindorâmicos) e a cultura de povos africanos. Essas populações possuem dialetos, hábitos, festejos e religiosidade que perduram até os dias atuais. O presente trabalho tem como objetivo identificar os traços de ancestralidades afro-brasileiras principalmente na região de Sepetiba, Rio de Janeiro. A natureza para as religiões de matrizes africanas é a representação mais pura das divindades por eles cultuadas sendo ela categorizada em espaços sagrados, tendo para cada divindade uma representação nesses espaços sagrados naturais. Sepetiba, possui em seu território uma grande riqueza no quesito recursos naturais, fazendo a localidade um espaço ideal para a realização dos cultos de religiões de matrizes africanas. O bairro de Sepetiba possui uma relação simbiótica com as religiões de matrizes africanas, sendo impossível imaginar essa história sem uma mencionar a outra. Desta forma sendo Baía dos Orixás ou Baía de Sepetiba estamos falando do mesmo local e de todos os atores que fazem parte dessa história.

Palavras-Chave: Religiões de Matrizes Africanas, Espaços sagrados, Ancestralidade.

Introdução

O Estado do Rio de Janeiro possui em seu território três baías, sendo elas a Baía de Guanabara, a de Sepetiba e a da Ilha Grande. A Baía de Sepetiba é formada atualmente pelos municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Rio de Janeiro. Seu potencial econômico, cultural e assim como sua biodiversidade são os principais atrativos da população para essa localidade.

²⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade (PPGEAS) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores (UERJ-FFP)

Situada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, a Baía de Sepetiba se localiza, entre as latitudes 22°53' e 23° 05' S e longitudes 44° 01' e 43° 33' W, possui uma área de aproximadamente 520 km², sua formação é devido ao enclausuramento do mar pela Restinga da Marambaia. a parcela norte encontrasse a Serra do Mar, a nordeste a Serra de Madureira, a sudeste pelo Maciço da Pedra Branca, a sul pela Restinga da Marambaia, onde se localiza a ligação com o Oceano Atlântico (Roncarati e Carelli, 2012; Veloso e Forte, 2012).

Com relação ao potencial econômico, ele ocorre pela alta concentração de indústrias na localidade como a CSA, por exemplo, que transforma a área em um verdadeiro pólo industrial (cf. Zborowski, 2008). O processo de industrialização da Zona Oeste é acentuado em consequência da reforma urbana de 1960, onde houve incentivos para ocupação dessas localidades antes abandonada para amenizar as concentrações da população em outras áreas do Rio de Janeiro (cf. Damas,2008).

Ainda no que se refere as potencialidades dos municípios do entorno da Baía de Sepetiba, as belezas naturais, a flora e a fauna, contam com uma grande diversidade na área evidenciando a riqueza do local, possuindo espécies como o Boto-Cinza que vivem e escolhem a Baía para se reproduzir e cria de filhotes. (Veloso e Forte, 2012; Nery,2008).

A cultura no entorno da Baía de Sepetiba em sua composição é um somatório das culturas indígenas (povos originários e pindorâmicos) e a cultura de povos africanos (cf. Mansur,2008). Essas populações possuem dialetos, hábitos, festejos e religiosidade que perduram até os dias atuais.

Com base nas potencialidades da Baía de Sepetiba e seu entorno, o presente trabalho tem como objetivo identificar os traços de ancestralidades afro-brasileiras principalmente na região de Sepetiba, Rio de Janeiro.

A ancestralidade de Sepetiba

Sepetiba é um dos bairros pertencentes a zona oeste do município do Rio de Janeiro que é banhado pela Baía de Sepetiba, tendo ainda outros bairros como as Brisas, Pedra de Guaratiba, entre outros. Nessa área, possuem três praias que se chamam: Praia de Sepetiba, Praia de Dona Luiza (Recôncavo) e a Praia do Cardo, identificadas na Figura abaixo:

Figura 01- Baía de Sepetiba com as praias de Sepetiba, do Recôncavo e do Cardo marcadas em pontos amarelos e a marcação do bairro de Sepetiba em Vermelho. Fonte: Google Earth- autor

Mansur (2008), em sua obra, relata que antes da chegada dos portugueses toda a região que hoje é conhecida como Santa Cruz era chamada pelos povos originários de “Piracema” e ali funcionavam os engenhos jesuítas que tiveram muita importância para o desenvolvimento da localidade. A antiga Fazenda de Santa Cruz tinha cerca de 70 km e abrangia diversos municípios até Vassouras. A mão de obra para o funcionamento dos diversos empreendimentos instalados na fazenda era dos povos originários (indígenas) e dos negros escravizados trazidos da África.

Ainda segundo Mansur (2008), os jesuítas davam melhor tratamento aos negros escravizados, pois os mesmos tinham casa individualizadas e dois dias para trabalhar em suas próprias roças.

Com o passar dos anos o número de senzalas passava de 200, e os negros escravizados, mais de mil no interior da fazenda, com potencial de triplicar em poucos anos, formando assim uma resistência considerável pelo número de indivíduos e dificultando o controle após a expulsão dos Jesuítas (Engemann, 2007; Mansur, 2008).

Rosa (1995), em a História de Sepetiba, relata que Sepetiba é o segundo município do Rio de Janeiro, fundado pelos Tamoios. Seu reconhecimento foi feito por D. João VI no Decreto-Lei em 1813, onde doa as terras para os pescadores e lavradores dividindo-os em sítios. Ainda no capítulo V de sua obra, que trata da religiosidade de Sepetiba, o mesmo relata que a fundação da Capela de São Pedro ocorre em 29 de junho de 1895, posteriormente a fundação de uma igreja evangélica e um centro kardecista na rua das Pitangueiras, não sendo relatado a existência de terreiros de religiosidade de matrizes africanas, apesar da presença evidente da população negra nessa localidade. Possivelmente esse fato se relaciona as heranças ainda do período colonial/imperial onde a cultura dos negros escravizados eram invisibilidades e consideradas de menor importância e feitiçaria.

O livro Sertões Cariocas, publicado em 1936 do naturalista Magalhães Corrêa, fala da Zona Oeste do Rio de Janeiro, e tem esse título pois era como essa área da cidade era conhecida. Esse termo foi utilizado como nomenclatura até 1950. Ao tratar da religiosidade existente no “Sertão Carioca”, o autor, no que se refere aos negros, pontuou que mesmo após todos os processos de catequização na fé cristã ainda tinham em suas almas as práticas de Jujuismo, Candomblés e Macumbas.

As práticas religiosas tradicionais dos negros africanos no Rio de Janeiro eram feitas com muita cautela, sendo raro o conhecimento da população,

entretanto possuíam diversas sociedades secretas onde faziam uso de seus fetiches (Correa, 1939 p. 269)

Os Escravos urbanos, podendo ser de ganhos ou domésticos possuíam certa autonomia em comparação aos rurais pois tinham mais liberdade por não passar todo o período sob a supervisão de seus senhores, alguns possuíam inclusive sua moradia fora a casa de seus donos, podendo ser sem cortiços ou outras formas de moradia (Santos,2006).

Os cortiços foram os principais locais utilizados pelos negros para cultos religiosos e organização de fugas para quilombos que se formaram em Palmares, Itaguaí e na Baixada Fluminense. (Mansur, 2008). Por volta de 1850, vários candomblés oriundos de remanescentes de quilombos na Pedra do Sal e Santo Cristo, já estavam se estabelecendo na parte central do município do Rio de Janeiro conhecido como Pequena África, que compreende a zona portuária do Rio de Janeiro, Gamboa e Saúde (cf. Moura,1995).

Devido à especulação imobiliária e às reformas urbanísticas que tiveram início nos primeiros anos do século XX, conhecidas como reforma de Pereira Passos (Figura 02), que tinha como objetivo reorganizar a parte central do Rio de Janeiro, fazendo o alargamento de ruas, e saneamento básico inspirados no plano de reformulação de Paris, fazendo com que os terreiros da Pequena África se deslocassem para outras localidades do Rio de Janeiro entre elas a Zona Oeste (cf. Guimarães, 2011).

Figura 02 – Reforma urbanista de Pereira Passos. Fonte: Google fotos

As Marcas da Ancestralidade

A ancestralidade dos negros escravizados, deixaram um legado na cidade em diversas áreas do conhecimento e principalmente na religiosidade.

A religiosidade desses povos viera de diversas localidades do continente africano, principalmente dos países atualmente conhecidos como Benin, Nigéria e Angola (Figura 03) (cf. Geledés, 2009). No Brasil a diáspora negra durou do século XVI até o século XIX (cf. Anjos, 2011). Uma das estratégias utilizada para que os negros escravizados não apresentassem resistência e organizassem uma revolta era de misturar propositalmente as diversas etnias, no intuito de dificultar a comunicação entre eles e muitos perdiam seus nomes tradicionais de família, ou seja eram rebatizados na fé cristã o que dificultava o encontro de parentes.

Figura 03 – A rota da diáspora negra. Fonte: Geledés,2009.

A religiosidade foi a principal forma de resistência encontrada pelos negros para que não fosse esquecida a sua terra de origem. Os negros oriundos da Nigéria estabeleceram o culto aos Orixás nos candomblés de tradições Ketu e Efon. (Barros, 2011). Os povos, que vieram de Angola, popularizaram o culto aos Nkisi ou Inkices ou ainda Inquices, fundamentando os candomblés de Angola Bantu, Omoloko (cf. Giroto,1999). Os Candomblé de Mina, Jeje e Nagô-vodun, são de matrizes que vieram do Benim, e cultuam os Voduns. Apesar desses cultos terem origem em diversas localidades do continente africano, a relação homem-natureza perpassa por todas as culturas igualmente (Petit, 2015).

A natureza para essas culturas é a representação mais pura das divindades por eles cultuadas, tendo para cada divindade uma representação natural. Esses locais possuem a mesma representação e importância dos altares do culto cristão católico, logo a utilização e a proximidade desses espaços “sagrados” para essas culturas são de extrema importância. Os Terreiros ou Roças de santo são os locais onde são cultuadas as divindades das religiões de matrizes africanas, que dependendo da tradição recebe um nome diferente. Dentro da cultura afro-brasileira esses terreiros são categorizados em Nações,

sendo as principais o KETU, JEJE, ANGOLA, EFON e a UMBANDA (Quadro 01). Importante esclarecer, no que se refere as religiões de matrizes africanas, especificamente as religiões denominadas Candomblé e Umbanda, possuem sua fundação no território brasileiro baseados nas diversas etnias africanas que foram escravizadas e trazidas para o Brasil. (Verger, 1981)

Matriz Africana (Local)	Nação	Nomenclatura do Templo	Principais Ramificações
Ketu- Nigéria	Ketu	Ilé	- Engenho Velho - Gantois - Opo Afonjá - Alaketu
Ekiti-Nigéria	Efon	Ilé	-Asé Pantanal -Asé Barú Lepe
Luanda-Angola	Angola	Inzo, Abassá	- Bate Folha - Tumba Junsarra
Antigo Dahomé - Benin	Jeje	Kwe	- Bogun - Modubí - Mahin - Savalú
Neves – São Gonçalo	Umbanda	Centro Espirita	- Branca - Esotérica - Umbandomblé -Umbandaime - Quimbanda

			- Traçada - Omolokô - Mesa Branca -Tsara
--	--	--	---

Quadro 01 – Diversidade das principais religiões de matrizes africanas do Rio de Janeiro
– Organizado pelo autor. (Fonseca,2013; Ferreira 2009)

Na região de Sepetiba, são encontradas a maioria das ramificações de religiões de matrizes africanas mencionadas no Quadro 01, sendo ainda conhecida outras vertentes não tão populares no estado do Rio de Janeiro, porém com mais expressividade de representantes em outros estados, como a Umbanda – Muçulmana, Ifá-Cubano, Ifá- Nigeriano, Catimbó, Jurema Sagrada.

A diversidade de terreiros encontrados em Sepetiba pode estar relacionada a proximidade dos espaços considerados “sagrados” na liturgia das religiões de matrizes africanas. Os espaços sagrados também chamados de sítios naturais sagrados tem como definição "áreas de terra ou de água com um significado espiritual especial para povos e comunidades" (WILD; MCLEOD, 2008, p. 20). O mar, as matas, rios, mangues, estradas e pedreiras encontradas em Sepetiba e seus arredores são exemplos de sítios naturais sagrados, onde as divindades das religiões de matrizes africanas são cultuadas. Os recursos naturais disponíveis em Sepetiba torna a localidade ideal para o culto dos Orixás africanos e entidades da umbanda, fazendo que a localidade seja conhecida pela quantidade de terreiros de religiões de matrizes africanas. Outro aspecto além da diversidade é a fácil aquisição de terrenos, seja pela baixa especulação imobiliária ou a distância dos grandes centros urbanos, resquício do período colonial.

Sepetiba e seus espaços sagrados.

No bairro de Sepetiba, possuem áreas que são exploradas desde sua fundação e não seria diferente com relação as religiões de matrizes africanas, que utilizam algumas dessas áreas como espaços sagrados para os cultos de suas divindades como mostra a figura 04.

Figura 04 – Mapa de Sepetiba mostrando os principais espaços sagrados que são marcas da ancestralidade afro-brasileira. Fonte: Google Earth- autor

Os espaços sagrados sinalizados na figura 04, foram marcados de acordo com a observação da utilização deles para a realização de cultos, eventos ou ainda oferendas as divindades cultuadas nos terreiros de religiões de matrizes africanas. Essas áreas foram categorizadas de acordo com os conhecimentos tradicionais dos terreiros de religiões de matrizes africanas e utilizados símbolos para facilitar a identificação na figura 04.

- O Espaço Mato – Floresta (Apa de Sepetiba II, Apa das Brisas)

★ A Apa de Sepetiba II, é uma área de proteção ambiental estadual situada em Sepetiba, que tem o objetivo de proteção de um fragmento dos

remanescentes do Bioma Mata Atlântica, está situado entre a Estrada Santa Veridiana e a Rua da Estiva segundo Decreto Estadual nº 36.812, de 28 de dezembro de 2004, que cria a área de proteção. No intuito de conhecer esse espaço, foi realizada uma tentativa de visita à Apa de Sepetiba II, contudo essa localidade está sendo pouco utilizada pelas religiões de matrizes africanas e até mesmo pelos moradores devido à invasão por milicianos. Um morador da localidade relatou que a área ficou muito perigosa após a invasão, e como a Apa de Sepetiba II não possui uma sede na área ou guardas-parque, esse espaço sagrado tende a destruição e desaparecer de Sepetiba.

Mediante a ausência do acesso seguro ao Espaço Mato (Floresta – Apa de Sepetiba II), os adeptos de Sepetiba utilizam a Apa das Brisas para suas ritualísticas. Esse fato tem sido motivo de conflitos de alguns moradores da Brisa e as religiões de matrizes africanas, pois os mesmos reclamam dos restos de oferendas e animais deixados na Apa das Brisas.

★ Apa das Brisas é delimitada pela Rua Danolândia e seu prolongamento; pela Estrada do Piaí; pela Estrada da Pedra; pela Rua Maestro Deozílio e seu prolongamento pela Baía de Sepetiba. Foi instituída pela Lei Nº 1.918 DE 05 DE OUTUBRO DE 1992. Essa área é utilizada comumente pelos terreiros das regiões das de Sepetiba de seus arredores para fins ritualísticos.

O espaço Mato (Floresta) é um dos principais espaços naturais utilizados pelos povos de religiões de matrizes africanas, pois na floresta é o ponto de Axé (força vital) de diversos Orixás, sendo Oxossi, Osaniyn, Obaluaiye os mais cultuados nesse espaço.

Segundo Barros(2011), os terreiros de candomblé possuem um espaço mato simbólico, onde recriam o sagrado da floresta, contendo nesse espaço ervas, assentamentos e árvores sagradas. No entanto, esse espaço mato tem diminuído e muitas vezes desaparecido dos terreiros devido à urbanização dos locais onde estão localizados e a especulação imobiliária, tornando o espaço físico dos terreiros cada vez menor e a dependência dos espaços públicos para seu culto maior.

O Orixá Oxossi, uma das divindades cultuadas no espaço mato, é o protetor de todos os caçadores, responsável pela fartura dentro das casas. No sincretismo encontrado principalmente nas casas de Umbanda é representando pelo santo católico São Sebastião (Verger, 1981)

Osaniyn ou Ossaim ou Ossanhe é como é conhecida a divindade protetora das folhas (Verger, 1981). O segredo, o poder, e a medicina de todas as folhas é consagrada a essa divindade, sendo primordial para o culto das religiões de matrizes africanas, pois tudo o que é feito dentro dos terreiros em algum momento será utilizada uma folha para sacralizar aquele ritual (Barros, 2011; Verger, 1981).

Segundo Barros (2000), o orixá Obaluaiye é o orixá da terra e das doenças, cultuado no mês de agosto, e sua festa votiva se chama Olugbajé, onde são servidas várias comidas africanas no intuito de agradar o senhor da terra que proporciona saúde aos seus devotos.

Na Umbanda é comum o espaço mato ser utilizado para o culto das entidades conhecidas como Caboclos de Pena e Boiadeiros (Caboclos de Couro). Os Caboclos de Pena são entidades brasileiras, que representam os povos originários do Brasil, que dentro dessa ritualística possuem profunda ligação com a terra, florestas e são detentores dos conhecimentos das plantas e dos animais. Os caboclos moram na Cidade da Jurema, que é uma floresta mítica que existe na Árvore da Jurema, e abriga diversos seres que vivem na floresta (Nascimento, 1994). Assim como os Caboclos de Penas, os Boiadeiros são entidades da umbanda, brasileiros e com ligação principalmente com animais. Essas entidades possuem ainda um grande respeito das principais casas de candomblé do país, pois representam os verdadeiros ancestrais da nossa terra, sendo assim não podendo serem esquecidos, e cultuados ao menos uma vez ao ano.

- Espaço Barro (Manguezal)

✚ Manguezal de Sepetiba - Esse ecossistema é presente em toda orla de Sepetiba, sendo a área presente dentro da Base da Aeronáutica a área mais preservada. Esse rico ecossistema é considerado um grande “berçário” para diversas espécies de animais (ICMBIO, 2018). Na década de 60 e 70, era comum a visitação de banhistas nas praias de Sepetiba pois possuíam em sua orla uma lama medicinal, que era utilizada para tratar diversas doenças de pele e outros males segundo alguns moradores da região.

O manguezal pode ser considerado espaço mato por suas árvores ou espaço barro por apresentar lama, ou até mesmo espaço água quando se encontra alagado, variando de acordo com o momento de utilização pelos religiosos de matrizes africanas. Esse espaço é dedicado ao Orixá Nanã.

O Orixá Nanã é uma divindade considerada a mais velha entre as divindades femininas, possui ligação com a morte, e as pessoas idosas. Além dessas características já apresentadas, Nanã possui ligação com a terra e com a água, sendo a ela consagrada as águas paradas, os manguezais e o fundo dos oceanos (Verger, 1981; Barcellos, 2012).

No espaço barro, são feitos rituais para limpeza espiritual, assim como rituais para afastar a morte, pois em uma das várias versões do mito da criação yorubá o orixá Nanã foi responsável por dar a Oxalá o barro para moldar o corpo humano, sendo assim a lama teria o poder de trazer vida aos seus devotos. Prandi (2001) em seu livro a Mitologia dos Orixás relata o mito de Nanã:

Dizem que quando Olorun encarregou Oxalá de fazer o mundo e moldar o ser humano o orixá tentou vários caminhos. Tentou fazer um homem de ar como ele. Não deu certo, pois o homem logo se desvaneceu. Tentou fazer de pau, mas a criatura ficou dura.

De pedra ainda a tentativa foi pior. Fez de fogo e o homem se consumiu. Tentou de azeite, água e até vinho de palma e nada. Foi então que Nanã buruku veio em seu socorro. Apontou para o fundo do lago com seu ibirin, seu Cetro e arma, e de lá retirou uma porção de lama. Nanã deu a porção de lama Oxalá, o bairro do fundo da lagoa onde ela morava, a lama sob as águas que é Nanã. Oxalá criou o homem, o modelo no barro. Com sopra

de Olorum ele caminhou. Com ajuda dos orixás povoou a Terra. Mas tem um dia que o homem morre e seu corpo tem que retornar à terra, voltar a natureza de Nanã buruku. Nanã deu a matéria no começo, mas quer de volta no final tudo o que é seu.

Nesse mito, fica evidente o pertencimento e a importância do orixá Nanã para as religiões de matrizes africanas, e as práticas no manguezal dos religiosos.

- Espaço Água (Praia de Sepetiba, Praia do Recôncavo e Praia do Cardo)

▲ Praia de Sepetiba - A Praia de Sepetiba fica localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Localizada no fundo da Baía de Sepetiba, a praia, com 2 km de extensão, não é própria para banho

▲ Praia do Recôncavo – A Praia do Recôncavo ou Praia de Dona Luiza (Figura 04) é a principal praia utilizada pelos terreiros de religiões de matrizes africanas de Sepetiba. Nessa praia, existe a imagem de Yemoja, dentro da água, que segundo relato dos moradores, foi inaugurada em 1976.

▲ Praia do Cardo – A Praia do Cardo é a terceira praia de Sepetiba, nela também possuía uma outra imagem do Orixá Yemoja, contudo sem relatos de sua inauguração.

Figura 05: A esquerda fotografia da estátua de Yemoja, localizada na Praia do Recôncavo e a direita fotografia da antiga estátua de Yemoja localizada na Praia do Cardo -Fotos: Thiago Rippe /Autor Desconhecido

O Espaço Água, localizado nas Praias de Sepetiba, é o local de culto do orixá Yemoja, que na Nigéria tem seu culto nos rios, entretanto, no processo de ressignificação entre o país africano e o Brasil, essa divindade passou a ser cultuada nos mares (Verger, 1981)

Yemoja é no Brasil a Rainha do Mar, seu nome é a contração da frase Yeye Omo Ejá, em tradução literal para o português, Mãe cujo filhos são peixes, fazendo assim a ligação dessa divindade aos pescadores e consequentemente ao mar. Essa divindade é representada também por uma sereia em algumas tradições. Geralmente é cultuada no dia 02 de fevereiro, dia de Nossa Senhora dos Navegantes e pela associação resultante do sincretismo religioso, Yemoja também é cultuada nessa data. Os devotos pedem a rainha do mar fartura nas pescarias, tranquilidade, paz, amor e um ano novo bom, pois a mesma também é lembrada aos términos dos anos (Vallado, 2008)

Em Sepetiba, existe uma festa de comemoração a Yemoja, intitulada Presente de Yemoja e ela ocorre na Praia do Recôncavo. Várias oferendas como balaios, barcos e flores, perfumes e comidas são ofertadas tradicionalmente no segundo domingo de fevereiro desde a inauguração da imagem de Yemoja na praia.

Esse evento mobiliza a economia local, principalmente, o comercio de peixes porque várias pessoas da cidade vão em direção de Sepetiba para fazer seus pedidos e agradecimentos a Yemoja. Ao término da festividade, as pessoas têm o costume de se alimentar de peixe na orla de Sepetiba.

Considerações Finais

O bairro de Sepetiba possui uma relação simbiótica com as religiões de matrizes africanas, sendo impossível imaginar essa história sem uma mencionar a outra. Desta forma sendo Baía dos Orixás ou Baía de Sepetiba estamos falando do mesmo local e de todos os atores que fazem parte dessa história.

O Ecomuseu de Sepetiba trabalha para preservação da memória e do patrimônio local, sendo importantíssimo o registro e a divulgação dessas

informações para que não caia no esquecimento e se mantenha vivo para próximas gerações.

A tradição oral das religiões de matrizes africanas pode facilitar no desaparecimento ou invisibilidade dessa história, o que seria uma grande perda para a história de Sepetiba, tendo em vista que alguns autores tratam a questão religiosa somente pelo olhar do colonizador, esquecendo que na mesma localidade existe um histórico de presença de povos originários e africanos.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. S. A. Cartografia da Diáspora África – Brasil. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 261-274, out. 2011.
- BARROS, José Flávio Pessoa de. O banquete do rei... Olubajé: uma introdução à música afro-brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2000
- BARROS, J.F.P. A floresta sagrada de Ossaim: O Segredo das folhas. Rio de Janeiro. Pallas, 2011 228p
- BARCELLOS, M.C. Os orixás e o segredo da vida : logica, mitologia e ecologia. 5ªed - Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
- CORREA, Magalhães. O Sertão Carioca Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1936. 384p
- DAMAS, E. T. Distritos Industriais da Cidade do Rio de Janeiro: gênese do desenvolvimento no bojo do espaço industrial carioca. Rio de Janeiro: UFF, 2008.
- DECRETO ESTADUAL nº 36.812, de 28 de dezembro de 2004
- ENGEMANN, C. Os escravos do Estado e o estado de seus escravos: o caso da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 591-622.
- FERREIRA, N.M. Terreiros de candomblé do Rio de Janeiro. São Paulo : Via Lettera; Rio de Janeiro : IPHAN, 2009.
- FONSECA, D.P.R. Presença do Axé: Mapeando terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Ed. PUC – Rio, 2013
- GELEDÉS. A rota de escravidão. 2009. <https://www.geledes.org.br/rotas-da-escravidao/> acesso:18/07/2019

GIROTO, I. O Universo Mágico-Religioso Negro-Africano e Afro-Brasileiro: Bantu e Nago. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1999

GUIMARÃES, R, S. A Utopia da Pequena África. Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca / Roberta Sampaio Guimarães. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGSA, 2011.

FRIDMAN, Fania. Cidade flutuante: os portos do Rio de Janeiro colonial. IN FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Editora Garamond, 1999.

ICMBIO. Atlas dos Manguezais do Brasil / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. – Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018. 176 p.

MANSUR, L, O Velho Oeste carioca: História da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (De Deodoro a Sepetiba) do século XVI aos dias atuais / André Luis Mansur. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008. 80 p., 21cm.

MOURA, R, Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro/Roberto Moura. — 2ª edição — Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995

NASCIMENTO, T.S.N. O Tronco da Jurema: ritual e Etnicidade entre os povos indígenas do nordeste – o caso Kiriri. UFBA (Universidade Federal da Bahia) Salvador, 1994

NERY, M.F. Fidelidade de habitat e Estimativa populacional de *Sotalia guianensis* (Cetacea, Delphinidae) da Baía de Sepetiba - RJ, por meio da técnica de marcação recaptura. 63p. Dissertação (Mestrado Biologia Animal) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Instituto de Biologia. Seropédica, 2008.

PACS.PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Baía de Sepetiba: fronteira do desenvolvimentismo e os limites para a construção de alternativas. 2015

PRANDI, R. Mitologia dos Orixás - São Paulo: Companhia das Letras, 2001

PETIT, S.H. Pretagogia – Pertencimento, Corpo-Dança Afroancestral e Tradição Oral Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei nº10.639/03 – Fortaleza : EdUECE, 2015. 261p

RONCARATI, H.; CARELLI, S. G. Considerações sobre o estado da arte dos processos geológicos cenozóicos atuantes na Baía de Sepetiba, p. 13 – 36. In: RODRIGUES, M. A. C.; PEREIRA, S. D.; SANTOS, S. B. (eds.), Baía de Sepetiba – Estado da Arte. Rio de Janeiro, p.26,. 2012.

ROSA, A, F. História de Sepetiba. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial (RJ), 1995.

SANTOS, Y. L. Além Da Senzala: Arranjos E Escravos De Moradia No Rio De Janeiro (1808-1850). 171.p Dissertação (Mestrado em Historia Social)- Universidade De São Paulo (USP), Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas, São Paulo, 2006.

VALLADO, A. Iemanjá, a grande mãe africana do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas ,2008. 276p

VELOSO, V.G.; FORTES, R. R. Costa. In: Serra, MV; Serra, Maria Teresa F. Guia de História Natural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Cidade Viva, 2012.

VERGER, P.Orixás. Salvador: Corrupio, 1981. WILD, R.; MCLEOD, C. Sitios Sagrados Naturales: Directrices para Administradores de ÁreasProtegidas. Gland, Suíça: IUCN. Série Buenas Prácticas en Áreas Protegidas No. 16. 2008. ZBOROWSKI, M.B. CONFLITOS AMBIENTAIS NA BAÍA DE SEPETIBA: o caso dos pescadores atingidos pelo processo de implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp CSA). Rio de Janeiro, 2008.

FOTO: DANIEL BARREIROS - PESCADOR

ASAS E RAÍZES EM SEPETIBA: UMA QUESTÃO DE RESPEITO E SOBREVIVÊNCIA DA CIDADANIA

Jorge Luiz Alves.

Até o advento deste novo século, a preocupação maior sobre Sepetiba e adjacências derivava do aspecto ecológico: a degradação do ecossistema da baía e os manguezais e a qualidade de vida do bairro e cultura caiçara da região. Os ventos socializantes e participativos de governos populares permitiram uma observância maior nesse ponto e trouxe, também, uma consciência cidadã e construtiva que permitirá a expansão de núcleos de representatividade e resistência em todas as partes, e Sepetiba não se furtará ao apelo do século: a iniciativa Ecomuseu de Sepetiba amalgamou esses predicados com seus eventos e discussões acerca do sustentável e da cidadania. Quando de minha participação no evento “Asas e Raízes”, em novembro passado, os ventos passaram a soprar de modo raivoso e gélido nas aspirações sociais do país. E o que significava uma progressiva redenção ecológica do bairro e seus entornos transmutou-se em apelo sutil e sólido por respeito e, basicamente, sobrevivência. Do próprio bairro e de seus ideais. Este recorte fará um trânsito pelos becos da resistência, representatividade, respeito e sobrevivência daqueles que se empenham em permanecer firmes nas nuances sócio-políticas que arrastam famílias, núcleos, bairros, cidades, estados e a nação num torvelinho que pode ser devastador se não houver uma decisiva palavra: engajamento.

Palavras-chave: representatividade, resistência, História, Política

MATRIZES DO RESPEITO

Na parede, Paulo Freire. E de uma forma acessível a todos, como seria em vida; num significado concernente não apenas aos conteúdos pedagógicos mas à aplicação prática no cotidiano.

A frase, acompanhada dum imagético afro-brasileiro, reproduzia a concepção freireana do fundamental para que representatividade e resistência não se resumissem à semântica; no Ecomuseu de Sepetiba, as pessoas que executavam a fala na prática buscavam um norte mais estável no exercício das atividades comunitárias e sustentáveis, face as transformações que fermentavam naquele pós-eleição presidencial, num prenúncio de tempestuosos futuros para as suas fainas cidadãs.

As conversas evoluíam. O país retrocedia. Na sala, vozes progressistas tergiversavam sobre os problemas de sempre, a castigar esperanças; acadêmicos, diletantes, ativistas, artistas, literatos, transeuntes, moradores, todos os presentes agiam em prol da diminuição da distância entre o falar e o fazer. E nessa interação em prol de educação, ecologia, representatividade, a resistência surgia num colorido esboço de inclusão e respeito, quebrando a estéril paisagem pincelada num cinza-chumbo da palheta dos vencedores do pleito à presidência. Nas discussões, contrapunham-se os fatos - aqui, libertários; lá, opressores -, as experiências de vida e ofício mostravam a deriva dos séculos e a sina dos tempos de chumbo, que vão mas voltam, dando a entender que a luta é contínua, “(...)não se podendo descansar, pois os porta-vozes do caos não tiram um minuto de folga”²⁵.

²⁵ Opus cit. Bob Marley, in SALEWICZ, Chris, *The Untold Story Bob Marley*: Londres, Editora Faber and Faber, 2009.

Poderosas vozes literárias locais, músicos independentes e cientistas sociais emprestavam suas experiências ao evento, engrossando a urgência da representatividade naqueles rincões tão promissores em cidadania, antes que surgisse a lavra dum nacionalismo ordinário, fruto de messes eleitoreiras em searas fascistas.

No fundo de cada depoimento no evento, identificavam-se, aos poucos, as matrizes do respeito: o professor de escola pública comunitária e seu trabalho em prol de um ensino inclusivo e adequado à realidade dos alunos; a mãe formada em universidade e os desafios de se impor num universo duplamente castrador para si; a descendente de indígenas no esforço em divulgar sua produção artística e manter uma dupla sobrevivência, a sua e de suas origens; o doutor de Humanas e a batalha diária para se impor como educador, promotor cultural, negro e cidadão. Testemunhos firmes sobre realidades persistentemente duras, a labuta cultural e cidadã num sítio maninho e pedregoso, erodido por interesses elitistas e pela ausência dum Estado mais ágil e comprometido com o povo.

AS VARIANTES HISTÓRICAS: DESENVOLVIMENTO E DESCASO

Penso que, naquele novembro de saboroso encontro sociocultural, tínhamos uma ideia de que o clima para as pautas assistencialistas ficaria pesado a partir do fim do pleito para a Presidência; de certo modo, uma vez brasileiros, deveríamos aceitar o fato de que nenhuma conquista popular vem barata. Mesmo a década e meia de inserção proletária nas prioridades governamentais, redundaria numa contraindicação bastante ácida para o futuro. Fruto de nefasta historiografia, o Brasil firma-se não como um fracasso na inclusão social, mas um sucesso na exclusão social²⁶.

A constante luta pelo poder das legendas e ideologias nas esferas superiores da política termina por solapar iniciativas que, embora quase artesanais, funcionam com precisão num determinado perímetro; as atividades do Ecomuseu demonstram, num ritmo constante e participativo, feitos muito mais positivos em prol da conscientização popular do que toda decisão pública tomada em suposto e quebrado benefício aos contribuintes. O que não significa um estacionamento nos anseios progressistas das comunidades; conformar-se num 'sucesso dos guetos' significaria reproduzir, em pleno século vinte e um, o senso ordinário difundido pelo culturalismo, ou seja, a supremacia de uma cultura por outra com base num raciocínio empírico em que não importa o que o grupo X realize, ele jamais será páreo para o abonado grupo Y²⁷.

²⁶ RIBEIRO, Renato Janine, *A Pátria Educadora em Colapso*: São Paulo, Três Estrelas, 2018.

²⁷ SOUZA, Jessé, *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava-Jato*: Rio de Janeiro, Leya, 2017, pg 16.

E Sepetiba sempre lutou para vencer tais desigualdades.

A história do logradouro é registrada sobre um roteiro de idas e vindas de reconhecimento e descaso; conhecida dos Tamoios desde 1567, esse subgrupo tupinambá ocupou o que hoje se configura como área do bairro após derrotas contra os portugueses na Baía de Guanabara, nomeando o local graças ao capim que recobria aqueles litorais por toda a extensão da baía (Sepetuva), depois redefinido pela corruptela aportuguesada²⁸. Séculos depois, Dom João instalara-se com a Corte lusa no Brasil e, convidado pelos jesuítas a visitar o litoral sudoeste do Rio, resolvera beneficiar aquelas plagas com relativa infraestrutura: um cais na Ilha da Pescaria, serviço de barcas a vapor entre Sepetiba e Santos, dois fortes em morros estratégicos ao longo da praia principal, residências de veraneio da nobreza, iluminação das ruas a óleo de baleia e até mesmo uma pequena praça de touros²⁹.

Um decreto de 1813, de punho do próprio Príncipe-Regente, liberava as terras dos tamoios aos pescadores e lavradores, em notável e bem-sucedida antecipação às tentativas de reforma agrária outorgadas por futuro governo imperial em 1850 (Leis de Terras), essas beneficiando enormemente elites cafeeiras e outros grandes latifúndios escravocratas³⁰.

Aprazível lugar de descanso de elitistas, mas também berço de pescadores e comerciantes que dinamizavam a economia e a cultura local, Sepetiba flutuava num remanso de ordeiro desenvolvimento e estabilidade, até que os ventos da mudança sacudiram a paz longamente edificada: no alvorecer da República, um incidente disparado em forma de um projétil de um dos fortes avariara uma embarcação tripulada por militares fiéis à monarquia destituída. Capturados, os tripulantes foram executados em terra firme. A partir daí, o logradouro conheceu um descaso e abandono perpetrado pelas autoridades e

²⁸ Citado por FONTES, A Cerqueira, apud ROSA, Alcebíades, *História de Sepetiba*: Rio de Janeiro, www.I7fabricadeideias.com, pgs 4 e 5.

²⁹ Ibidem, pgs 23 e 25.

³⁰ Ibidem, p. 29

seus satélites que, num exercício imaginativo, sugeria até mesmo uma espécie de retaliação, desligamento com os tempos de antanho³¹.

ECOMUSEU: QUOCIENTE DA ARITMÉTICA CIDADÃ

Observava-se, no decorrer daquele dia no Ecomuseu, uma aritmética necessária à compreensão das complexidades de um país que jamais fora para iniciantes; nos depoimentos sobre um duro exercício de mãe e professora, no direito de escolha ideológica, no anacronismo das realidades seculares, na aceitação sobre gêneros.

³¹ Ibidem, p. 27-28.

Ordenado e progressista no século retrasado, o bairro se recompõe após o descaso do advento republicano e, aos poucos, redesenhara-se numa forma pouco mais adequada aos tempos e bem menor do que em seus tempos de pujança, quando chegou a ser definido como província nos tempos joaninos³². Porém, o lento crescimento local, justificado pela constante ausência dos governos naquilo que se refere ao básico, incluindo a criminosa degradação da baía local, com o acúmulo de metais pesados das fábricas mal fiscalizadas e o processo de dragagem e operacionalidade do Porto de Sepetiba³³ – tudo isso ao longo das décadas recentes –, bem como o surgimento de comunidades mal geridas pelo poder municipal, asfixiaram o esboço de evolução, sobrecarregando o bairro e levando-o a um prolongado abandono .

Nas atividades do Ecomuseu, a resistência contra forças de titânico poder é elaborada com focos de representatividade, oriundos da manutenção do histórico do logradouro e de eventos que conduzem a população local a respirar bem fundo o oxigênio libertador da ação política e social.

E se antes as dificuldades encontravam fértil terreno nas ambiguidades típicas dos períodos eleitorais – em que patronos e padrinhos distritais instituíam datas e moções para a salvaguarda de suas ambições corporativistas -, neste momento do calendário vemos, em nítida tonalidade excludente, um destrutivo extremismo jactancioso dos que percebem o engajamento comunitário e o empenho popular, equacionado por fórmulas cidadãs.

³² Ibidem, p.29

³³ MENEZES, D. A., *Desastre Ecológico na Baía de Sepetiba*: Rio de Janeiro, 2000, pp 18 e 57.

Na aritmética da cidadania, o Ecomuseu surge como o quociente de um dividendo representativo, alheio às esperas públicas e às esferas orçamentárias; tendo como divisor a resistência de mentes abertas e esclarecidas contra próceres quadrienais; e na esperança de que zerem os obstáculos que, por tanto tempo, emperraram o bairro no resgate de sua dignidade histórica. Um movimento desse quilate, que investe de peito aberto na questão ecológica, cultural, social, promove a catálise do que polui o logradouro com prevaricações, indo direto ao ponto: arregimentar os locais quanto à importância de um bairro que sempre obedeceu, tanto quanto o restante do município, às nuances de seus representantes eleitorais, evadindo-se do essencial para o distrito. Sobretudo quando certas novidades repetem jargões e sistemas de escorrita falácia. Tempos que reproduzem o apreço às assessorias técnicas em detrimento dos mecanismos de representatividade nos postos-chave da democracia, em que um verbo empolado garante poderes e afasta a participação popular nos destinos cotidianos de uma urbe, tática já sabida desde os tempos de Getúlio³⁴, imagine agora.

A aritmética cidadã desenvolvida pelo Ecomuseu em suas atividades pareceu-me, durante o evento, a fórmula adequada para vencer as irracionais equações derivadas dum sinistro pacto contemporâneo de poder exercido por quem determinou, há décadas, que não só Sepetiba, mas toda a chamada Zona Oeste, jamais se livre das incógnitas inseridas na perversa sujeição regional

³⁴ CALDEIRA, Jorge, *História da Riqueza do Brasil*: Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017, p.538.

como “curral eleitoral”, terra de “couto e homizio” para sinistras expansões daqueles que preenchem propositados vácuos governamentais.

Com satisfação, percebo que o evento infunde uma noção de resistência nas aspirações comunitárias, conclamando o povo a criar um laço de representatividade que busque não apenas reduzir a distância entre a fala e a prática, mas blindar esta filosofia freireana contra o sutil mas certo paradigma do atraso fomentado pelas elites e sua tropa de choque inserida nas classes médias, imbuídas na busca pelo controle de um capital cultural que infecte a consciência cidadã, obtida dessas iniciativas pioneiras, com um conformismo e submissão aos estereótipos inoculados pelo aparelho burocrático estatal e seu livre trânsito com os mantenedores históricos do poder³⁵.

³⁵ Os Conflitos de Classe no Brasil Moderno: in, SOUZA, Jessé, *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava-Jato*: Rio de Janeiro, Leya, 2017, pgs 88 a 96.

REFERÊNCIAS:

CALDEIRA, Jorge, *História da Riqueza do Brasil*: Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017

MENEZES, D. A., *Desastre Ecológico na Baía de Sepetiba*: Rio de Janeiro, 2000

ROSA, Alcebíades, *História de Sepetiba*: Rio de Janeiro, www.17fabricadeideias.com

RIBEIRO, Renato Janine, *A Pátria Educadora em Colapso*: São Paulo, Três Estrelas, 2018.

SALEWICZ, Chris, *The Untold Story Bob Marley*: Londres, Editora Faber and Faber, 2009.

SOUZA, Jessé, *A Elite do Atraso: da Escravidão à Lava-Jato*: Rio de Janeiro, Leya, 2017

FOTOGRAFIA DA OBRA DO ARTISTA PLÁSTICO TONN ALVES

O Ecomuseu de Sepetiba como agente concretizador dos deveres coletivos de defesa e preservação do meio ambiente, dispostos no art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil

*Joice Alves Vargas Soares Acácio*³⁶

“Ao invés da república livre, justa e solidária do art. 3a da Carta Magna, instaurou-se, pois, a opressão do suserano, que na presidência governa com medidas provisórias, leis injustas e atos inconstitucionais.

O País está fadado a ser nesse regime uma organização de súditos e vassalos e não um povo de homens livres e cidadãos honrados. Mas o povo saberá resistir. Vós sois esta resistência e feris o bom combate.

Sem a vossa determinação de luta, a república já teria perecido. Disse Lincoln que democracia é o governo do povo, para o povo, pelo povo. Dessa máxima lapidar infere-se que o povo é sujeito ativo e passivo de todo esse processo, mediante o qual se governam as sociedades livres.³⁷”

I – Introdução

O presente texto tem como finalidade fazer um breve cotejo entre a vontade constitucional corporificada na Constituição da República Federativa do Brasil/1988 (CRFB/1988) e a atuação do Ecomuseu de Sepetiba no tocante ao atendimento dos deveres constitucionais e coletivos de proteção e de defesa do meio ambiente, previstos no art. 225, *caput*, da Carta Magna.

Para tanto, explicar-se-á, a princípio, o conceito de meio ambiente adotado neste texto e a natureza jurídica de meio ambiente, prevista na Carta

36 Pós-graduanda em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional – formada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – licencianda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Advogada em Rio de Janeiro.

37 BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade.** 21 ed. São Paulo: Mallheiros, 2001, p.50.

Cidadã. Em seguida, discorrer-se-á, mais detidamente, sobre o arcabouço jurídico-constitucional de proteção ao meio ambiente, nos termos do art. 225 da CRFB/1988. Nesse tópico, também se dissertará sobre o princípio da solidariedade e a exigência de coparticipação ativa de todos os cidadãos na defesa e preservação do meio ambiente.

Ato contínuo, far-se-á breve descrição da atuação do Ecomuseu de Sepetiba, defendendo-se seu escopo constitucional, e, por fim, apresentar-se-á a autora deste artigo como personagem e protagonista do território que ocupa, tendo em consideração a sua vivência e a sua memória.

II – Meio ambiente: conceito e natureza jurídica

Após um longo período de Ditadura Militar, como consequência do processo de redemocratização, é promulgada, em 5 de Outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, que consagrou em seu texto rol não exaustivo de direitos fundamentais, dos quais o Direito ao meio ambiente saudável é integrante. Com o fim de assegurar o referido direito, estabeleceu no art. 23, incisos III, IV, VI, VII, que

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: “III – proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; VII – preservar as florestas, a fauna e a flora; VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (...)”³⁸

38 BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Porém, o que se entende por meio ambiente? Neste texto, adotar-se-á a concepção mais alargada de meio ambiente. Nessa esteira, leciona José Afonso da Silva, eminente Constitucionalista brasileiro, que *“meio ambiente é (...) a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”*³⁹. O referido conceito exprime uma concepção integral de meio ambiente que engloba tanto os recursos naturais quanto os recursos culturais e artificiais, ou seja, todos os bens de interesse público, originais ou construídos pelo homem – como a água, a flora, a fauna, o solo e, também, como o patrimônio histórico, o artístico, o paisagístico, o arqueológico e o turístico.

Corroborando o conceito acima explicitado, explica Pedro Lenza que meio ambiente cultural é aquele que corporifica a história e a cultura de um dado povo, as suas origens e forma de identificação, integrando o patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e turístico. Ao passo que meio ambiente artificial ou humano é aquele que abrange o espaço urbano construído, *“destacando-se as edificações (espaço urbano fechado) e também equipamentos públicos, como as ruas, espaços livres, parques, áreas verdes, praças etc.”*⁴⁰.

Complementando o conceito de meio ambiente, mas do ponto de vista natural, tem-se o art. 3º da Lei nº 6.938/1981, o qual dispõe que meio ambiente natural é *“(...) o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas forma (...)”*⁴¹.

39 SILVA, José Afonso da apud LENZA, Pedro. **Direito Ambiental Constitucional**. 2ª ed. rev. São Paulo: Malheiros, 1995, p.2.

40 LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p.1198.

41 BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

O meio ambiente tem natureza jurídica de bem de interesse público ou, como estabelece a CRFB/1988, bem de uso comum do povo. Por essa razão, a CRFB/1988 e as leis infraconstitucionais podem incidir tanto em bens públicos como em bens particulares, causando-lhes limitações administrativas. Diante disso, dispõe o *caput* do art. 2º da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal) que

“As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, **são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem**”⁴².

III – O direito ao meio ambiente equilibrado e os deveres de defesa e proteção do meio ambiente, consagrados no art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil.

A proteção ao meio ambiente está alicerçada no princípio do desenvolvimento sustentável, que une, concomitantemente, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e o uso racional dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável é o que se almeja e se busca na República Federativa do Brasil, que tem como princípio da Ordem Econômica a defesa do meio ambiente. Observe-se o que estabelece o art. 170, inciso VI, da CRFB/1988:

“A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) VI – **defesa do meio ambiente**, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus

42 BRASIL. LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. **Proteção da vegetação nativa**, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)”⁴³

Assim sendo, o arcabouço jurídico-constitucional brasileiro não tem como finalidade apenas proteger o meio ambiente, mais compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente de modo a garantir uma sadia qualidade de vida, a manutenção dos ecossistemas e o desenvolvimento do país. À vista disso, dispõe o art. 225 da CRFB/1988 que *“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*⁴⁴.

Outrossim, em consonância com a CRFB/1988, estabelece o art. 2º da Lei nº 6.938/1981, que a Política Nacional do Meio Ambiente

“tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.”⁴⁵

O art. 225 da CRFB/1988 traz em seu âmago o Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – que é um direito fundamental difuso, transindividual, cuja natureza é indivisível e abarca um número indistinto de pessoas –, mas também, concomitantemente, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

43 BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

44 Idem.

45 BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938compilada.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Toda proteção ao meio ambiente está fundamentada no princípio da solidariedade, ou seja, todas as pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, são corresponsáveis pela defesa e proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. A exigência constitucional objetiva a construção de consciência coletiva em prol do interesse e bem-estar de todos, para que se resguarde o meio ambiente para os que nele hoje vivem e para os que hão de nascer e nele viver. Consoante Maria Celine Bodin, citada por Raphael Juan Giorgi Garrido, a solidariedade é

Fato social que dá razão à existência do ser humano no mundo, como virtude ética para que uma pessoa reconheça na outra um valor absoluto ainda mais amplo do que a justa conduta exigiria, e ainda, como resultado de uma consciência moral e de boa-fé como comportamento pragmático para evitar lesão a outrem, a si mesmo, e à sociedade⁴⁶.

Corroborando esse entendimento e citando o art. 3º, inciso I, da CRFB/1988, explica José Afonso da Silva que “A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social numa sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I)”⁴⁷.

A solidariedade alicerça os direitos difusos, dos quais o meio ambiente ecologicamente equilibrado é parte, e exige o compartilhamento de responsabilidades. Como já se expôs, a Constituição Cidadã não impõe tão somente ao Poder Público os deveres de defesa e preservação do meio ambiente, mas também à coletividade, exigindo de todos postura ética, responsável e sustentável em relação ao meio ambiente, de modo a preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

46 BODIN, Maria Celina apud GARRIDO, Raphael Juan Giorgi Garrido. Princípio da Solidariedade: a confirmação de um novo paradigma. In: Revista Forense: Forense, a.105, v.405, set/out. 2009, p.4.

47 SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 119.

Além do mais, num Estado que se pretende Democrático e de Direito interpretar e dar efetividade à Constituição não deve ser apenas papel do Judiciário, mas de todos os cidadãos. Desse modo, milita-se neste trabalho por uma sociedade aberta de intérpretes da Constituição, de modo que se caminhe progressivamente para uma maior participação popular na formação das decisões que interferem no meio ambiente e, por via de consequência, diretamente na vida daquele que dispõe da soberania nesta República, qual seja: o povo (art. 1º, parágrafo único, da CRFB/1988). No tocante à sociedade aberta de intérpretes da Constituição, ensina Peter Haberle, jurista alemão especialista em Direito Constitucional, que

“O conceito de interpretação reclama um esclarecimento que pode ser assim formulado: quem vive a norma acaba por interpretá-la ou pelo menos cointerpretá-la (*Wer die Norm “lebt”, interpretiert sie auch mit*). Toda atualização da Constituição, por meio da atuação de qualquer indivíduo, constitui, ainda que parcialmente, uma interpretação constitucional antecipada. Originalmente, indica-se como interpretação apenas a atividade que, de forma consciente e intencional, dirige-se à compreensão e à explicação de sentido de uma norma (de um texto). A utilização de um conceito de interpretação delimitado também faz sentido: a pergunta sobre o método, por exemplo, apenas se pode fazer quando se tem uma interpretação intencional ou consciente. Para uma pesquisa ou investigação realista do desenvolvimento da interpretação constitucional, pode ser exigível um conceito mais amplo de hermenêutica: cidadãos e grupos, órgãos estatais, o sistema público e a opinião pública [...] representam forças produtivas de interpretação (*interpretatorisch Produktivkräfte*); eles são intérpretes constitucionais em sentido lato, atuando nitidamente, pelo menos, como pré-intérpretes (*Vorinterpretieren*). Subsiste sempre a responsabilidade da jurisdição constitucional, que fornece, em geral, a última palavra sobre a interpretação (com a ressalva da força normatizadora do voto minoritário). Se se quiser, tem-se aqui uma democratização da interpretação constitucional. Isso significa que a teoria da interpretação deve ser garantida sob a influência da teoria democrática. Por tanto, é impensável uma interpretação da Constituição sem o cidadão ativo e sem as potências públicas mencionadas”⁴⁸.

48 HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para uma interpretação pluralista e procedimental da Constituição**. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2353/1204> > acesso em 15.jul.2019, p. 27-28.

Ou seja, quem vive a norma constitucional no caso concreto a interpreta, uma vez que vive no ambiente no qual ela incide. Os cidadãos, os coletivos, como se verá abaixo no tocante ao Ecomuseu, os órgãos estatais, por exemplo, são corresponsáveis, também, pela interpretação do texto constitucional, não tem, pois, o Judiciário o monopólio da interpretação, mas apenas a qualidade de definitividade das suas interpretações.

IV – O papel do Ecomuseu de Sepetiba e seu escopo constitucional

Estabelece a CRFB/1988, art. 5º, inciso XVII, como direito fundamental, o direito de associar-se nos seguintes termos: *“é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;”*. O Ecomuseu de Sepetiba é uma coletividade de pessoas, sem fins lucrativos ou político-partidários, a sociedade civil organizada no bairro de Sepetiba (localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro) com o fim de resgatar e divulgar a memória local, promover educação patrimonial e ambiental.

Fundamentados na ideia de uma museologia dinâmica, viva, que agrega, liberta e desperta aos moradores locais para a valorização da memória, da história e dos biomas do bairro, o Ecomuseu vem se manifestando como participante ativo na luta por empoderamento da sociedade civil no bairro de Sepetiba e é exemplo no tocante ao respeito aos deveres de proteção e defesa do meio ambiente, previstos no art. 225 da CRFB/1988.

Conquanto, como se discorreu acima, o dever de proteção e defesa do meio ambiente seja também do Poder Público, o que se observa concretamente é o abandono estatal do bairro de Sepetiba, que sofre com a ausência de saneamento básico, com a poluição da Baía de Sepetiba, por esgoto doméstico e rejeitos industriais (que prejudicam o ecossistema, a saúde e o lazer da população, bem como o trabalho dos pescadores artesanais), desvalorização da

memória e do patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico (há, inclusive, sambaquis no bairro) e turístico.

Embora a CRFB/1998 disponha como princípio da ordem econômica a defesa do meio ambiente no art. 170, inciso VI, o que se constata no bairro, de fato, é o descaso e a falta de observância desse artigo e do art. 225 da Carta Política pelo poder Público, ou seja, em virtude de uma série de violações ao arcabouço jurídico-ambiental, desassociou-se, concretamente, o desenvolvimento econômico do desenvolvimento social e da manutenção e proteção do ecossistema local.

Em contrapartida ao descaso e ao desleixo Estatal no tocante à vontade constitucional, o Ecomuseu emerge como a sociedade civil que resiste à opressão e aos desmandos governamentais, atuando à luz do art. 225 da CRFB/1988. No ponto, esclarece Bianca Wild que o Ecomuseu de Sepetiba é *“alternativa de resistência a esse modelo de desenvolvimento excludente que não prioriza o diálogo, entendido também como museu local, de cunho promotor (...)”*⁴⁹.

Nasce, pois, no ano de 2009 e, desde então, busca, por intermédio da conjugação de forças, anseios e muito trabalho dos moradores, defender e proteger o meio ambiente natural, cultural e artificial do bairro ou, ao menos, o que resta dele, depois de sucessivas degradações.

Para tanto, dentre outras atividades, o coletivo efetua palestras, em escolas, e eventos sobre proteção e defesa do meio ambiente (incluindo aulas de artesanato e reciclagem), educação patrimonial, além de realizar passeios de reconhecimento no Cais Imperial de Sepetiba com escolas locais e com quem

49 MAIA. Rosemere (org.). **Rio revisto de suas margens**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p.147.

mais se disponha a se encantar com a história e cultura do bairro em todo primeiro domingo de cada mês.

O coletivo supramencionado realiza esse trabalho, que é um verdadeiro exercício de cidadania, fundamentado no princípio da solidariedade social, com o propósito de resgatar a história do bairro, valorizar a sua cultura, os seus biomas (mais detidamente, a Baía de Sepetiba), fortalecer a autoestima dos moradores, de modo a construir uma forma positiva e transformadora de enxergar o bairro e a si mesmo como protagonista da mudança e da valorização do território.

Inclusive, em 24 de abril de 2017, depois de muita luta e atuação do Ecomuseu, o Cais Imperial de Sepetiba e o caminho do antigo cais, situado à Praia de Sepetiba, no bairro de Sepetiba, foram tombados por interesse histórico, arquitetônico, ambiental, arqueológico e cultural, na forma do art. 1º da Lei nº 928, de 22 de dezembro de 1986 e nos termos da Lei Municipal nº 6.151/2017. Dispõe a referida lei, em seu art. 2º, que:

“Em decorrência do tombamento efetuado por esta Lei, fica vedada a demolição e descaracterização arquitetônica do Cais Imperial de Sepetiba, bem como o caminho do antigo cais, situado à Praia de Sepetiba, no bairro de Sepetiba, sendo obrigatória a aprovação do órgão competente do Município em caso de necessidade de quaisquer intervenções físicas no imóvel tombado, sendo admitida a utilização do mesmo para fins culturais, turísticos e/ou educacionais”⁵⁰.

A visibilidade do monumento histórico, datado de 1884, foi consequência direta do empoderamento dos locais e da adoção de uma leitura do bairro à luz da responsabilidade solidária na proteção e defesa do patrimônio, nos termos do art. 225 da CRFB/1988.

50 BRASIL. LEI MUNICIPAL Nº 6.151, DE 24 DE ABRIL DE 2017. Tomba, por interesse histórico, arquitetônico, ambiental, arqueológico e cultural, o Cais Imperial de Sepetiba, bem como o caminho do antigo cais, Rio de Janeiro, RJ, jul. 2019. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4198654/347LEI6151TOMBACaisImperialdeSepetiba24042017.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

Veja-se que, embora seja uma incumbência mútua do Estado e dos cidadãos a proteção ao meio ambiente, o reconhecimento e o tombamento do local foram consequências da mudança implementada por uma nova forma de conceber o bairro, a cultura e a história local pelos cidadãos. Trata-se de um verdadeiro resgate da identidade dos locais e do exercício pleno da norma constitucional.

A CRFB/1988 adotou, consoante art. 1º, parágrafo único, o sistema representativo. Ocorre que o referido sistema, no caso concreto, pode apresentar incongruências, como as que ocorrem quando o povo elege seus representantes, mas, em contrapartida, tais representantes não agem em consonância com a Constituição (a soberania popular, quando da promulgação da Constituição, converte-se em supremacia da Constituição) e com as leis infraconstitucionais ou as modificam em prejuízo do interesse do povo que os elegeu. Favorecem, em detrimento do povo e do meio ambiente, conglomerados econômicos, lesando o meio ambiente natural e negligenciando o meio ambiente cultural e artificial. No que diz respeito à baía de Sepetiba e a atuação negligente do Estado, discorre Bianca Wild que

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Baía de Sepetiba (PDS – Sepetiba), concluído em 2012 e desenvolvido para a Baía de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, foi elaborado com o objetivo de encontrar soluções para o equilíbrio entre preservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social. O PDS de Sepetiba abrangeu cerca de 3.000 KM² e 15 municípios (...). O valor total do projeto foi de US\$ 1,05 milhão, sendo US\$ 840 mil provenientes do Fundo Fiduciário Japonês – junto ao Banco interamericano de Desenvolvimento (BID) – e US\$ 210 mil por parte do Estado. Concluído o projeto, a próxima etapa seria o BID financiar a série de ações propostas no projeto, mas isso foi esquecido; a população chegou a organizar reuniões e abaixo-assinados online, mas nada aconteceu⁵¹.

Desse modo, em meio a esse estado de coisas, de abandono do Poder Público e degradação ambiental, os cidadãos do bairro de Sepetiba, organizados em Ecomuseu, lutam por visibilidade e cumprem os deveres de proteção e

51 MAIA. Rosemere (org.). **Rio revisto de suas margens**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p.154.

defesa do meio ambiente – do território em que vivem, com vistas a desfrutarem do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o qual, conquanto previsto na Constituição, carece de efetividade no mundo dos fatos.

Como já se pontuou, o desenvolvimento sustentável do território, o qual propõe a CRFB/1988, é aquele que conjuga desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e o uso racional dos recursos naturais, garantindo a dignidade humana. Contudo, é importante que se saliente também que o Direito, sem efetividade, é apenas um conjunto de palavras abstratas. Ora, o Ordenamento Jurídico Constitucional deve ser não somente norma (princípios e regras), mas ação e transformação da realidade (efetividade)!

O Direito, desacompanhado da luta e da vigilância do povo, perde-se em si mesmo e é capturado por agentes político-econômicos, em detrimento do povo e do meio ambiente. É necessário que se diminua constantemente a distância entre a realidade social e o que é previsto pela norma jurídica e isso só é possível com a luta do povo, o empoderamento dos oprimidos e negligenciados, organizados em Movimentos Sociais. Sem os Movimentos Sociais, ausente a participação popular, o Estado Democrático de Direito perece.

V – Quem escreve o artigo

Joice Alves Vargas Soares Acácio é uma mulher negra, proveniente da classe trabalhadora. Nasceu e foi criada no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro, bairro contíguo ao bairro de Sepetiba. Porém, teve uma vivência muito marcante no bairro de Sepetiba, pois sua avó morou nesse bairro até o momento de seu óbito no ano de 2015 (possui tios que ainda moram no local).

Embora saiba que Santa Cruz e Sepetiba são bairros distintos, para a autora, no que se referem a sua vivência e a sua memória, Santa Cruz e Sepetiba sempre foram partes de um todo que se complementam.

Quando criança, adorava brincar nas areias do quintal da sua avó, que fica de frente para a Praia de Sepetiba (nº 730) e são uma extensão da orla da Baía, embora separados pelo muro e pela rua, decorrentes do processo de urbanização do bairro.

Sem qualquer questionamento crítico acerca da qualidade das águas da Baía de Sepetiba, quando criança, tomou diversos banhos nas suas águas, pisou e afundou os pés na sua lama, que já havia, infelizmente, deixado de ser medicinal e passara a ser prejudicial à saúde.

Ouviu muitas histórias sobre o tempo em que era difícil pegar ônibus para se chegar em Sepetiba, pois eles passavam em Santa Cruz já lotados de gente. Todos queriam se banhar na bela Baía, cujas águas eram calmas e limpas e a lama boa para curar males; podia-se, inclusive, segundo dizem, pegar-se camarões com a mão.

É fruto da rede pública de ensino, e tem orgulho disso! Coursou o ensino fundamental na Escola Municipal João Carlos Vital e na Escola Municipal Fernando de Azevedo, ao passo que o ensino médio cursou no Colégio Estadual Barão do Rio Branco; todos em Santa Cruz.

No ensino fundamental, teve como professora de francês Odalice Miranda Prioste e hoje guarda com carinho as lembranças daquela professora que ensinava aos alunos a amarem o bairro de Santa Cruz por intermédio de seu patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e turístico. Esse foi o seu primeiro contato com a ideia de Ecomuseu. As aulas, embora de francês, de idioma, eram mescladas com ensinamentos relativos à educação patrimonial, à valorização do bairro e da memória local.

Ingressou na Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ), cursou Direito, e acredita que isso só foi possível em virtude da construção de uma visão

crítica de mundo apresentada pela Escola Pública. Neta de uma pessoa sem instrução formal e com pais que não concluíram sequer o ensino fundamental, foi a Escola Pública quem apresentou as diversas formas de manifestação de cultura e a possibilidade de crescimento acadêmico e profissional (do ensino fundamental ao ensino superior) – seja por meio dos professores, seja por meio dos livros didáticos distribuídos, seja pelos passeios culturais realizados pela escola. Seus pais, embora bem-intencionados, não possuíam capital cultural formal para repassar às filhas; papel que foi desempenhado tão somente pela Escola e Universidade Públicas cursadas.

Juntou-se ao Ecomuseu Sepetiba em 2019, porque é parte Santa Cruz e é parte Sepetiba. Respeita muito e é grata pelo legado do Ecomuseu Sepetiba. Sabe que esse museu dinâmico, de pessoas e para pessoas, calcado na ideia de Democracia Participativa, funciona e quer colaborar com a sua consolidação e multiplicação, valorizando os direitos fundamentais, respeitando também todos os deveres a eles inerentes, de forma a conceder efetividade aos princípios e preceitos dispostos na Carta Cidadã de 1988 – em última análise, aos Direitos Humanos!

Acredita que, para se lutar efetivamente por dignidade e cidadania, por um meio ambiente equilibrado (seja cultural, artificial ou natural), é preciso se perceber como um cidadão que possui direitos e deveres no tecido social. Além disso, o exercício da cidadania não deve ser reduzido à atividade de votar, de eleger um representante para o exercício do poder. Dentro dessa dinâmica, é imprescindível o papel desempenhado pela escola e por movimentos sociais, como o Ecomuseu de Sepetiba, na conscientização dos moradores do bairro, que, em regra, são pessoas que já se habituaram ao descaso do Estado. O desenvolvimento de concepção crítica acerca do território em que se vive é resultado do conhecimento que se adquire sobre este território, incluindo a sua história, a sua memória, os seus biomas e o seu potencial de crescimento em prol do bem-estar de todos.

O Ecomuseu de Sepetiba é a sociedade civil dando concretude à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no bairro Sepetiba, ao promover os direitos fundamentais e ao se responsabilizar, também, pelos deveres a eles inerentes! Para além das boas lembranças e vivências que o bairro de Sepetiba traz, a autora do texto juntou-se no ano de 2019 ao Ecomuseu (ano em que o Ecomuseu de Sepetiba completa 10 anos) em função da luta desse Ecomuseu pela efetividade dos direitos fundamentais e por causa do anseio que possui em viver numa Democracia em que a participação popular seja ampliada e não reduzida.

VI – Conclusão

A CRFB/1988, marco de redemocratização do país, inaugurou proteção robusta e elogiável no tocante ao meio ambiente, assegurando como direito difuso o meio ambiente ecologicamente equilibrado (meio ambiente natural, artificial e cultural) e exigindo de todos, Estado e coletividade, a sua defesa e proteção.

Fundamentada no princípio da solidariedade e objetivando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a CRFB/1988 tem como fim desenvolver consciência coletiva ambiental em prol do bem-estar social e da dignidade humana, que é um dos fundamentos da República. Para isso, estabeleceu a proteção ao meio ambiente como princípio da Ordem Econômica, de modo a compatibilizar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e utilização racional dos recursos naturais.

Não obstante sejam também deveres do Poder Público a proteção e a defesa do meio ambiente, há, no que diz respeito ao bairro de Sepetiba, descaso e desrespeito aos ditames constitucionais pelo Estado. O Ecomuseu de Sepetiba, sociedade civil organizada, emerge nesse contexto de degradação ao meio ambiente, com o fim de protegê-lo e defendê-lo, consoante o art. 225 da

CRFB/1988, promovendo educação patrimonial e ambiental, resgatando a memória e a história do bairro de Sepetiba.

É importante que aconteça uma apropriação do texto constitucional pela sociedade civil, de modo que esta não somente o intérprete, mas também dê efetividade aos seus preceitos e princípios constitucionais, realizando o que está ao seu alcance fazê-lo e exigindo do Estado o desempenho esmerado de seu papel constitucional. Esse também é o papel do Ecomuseu de Sepetiba! O povo é titular da soberania e deve pressionar para que os representantes eleitos hajam em consonância com a CRFB/1988, que é, em última análise, a vontade do povo em forma codificada.

O Ecomuseu é o povo lutando aguerridamente por efetividade constitucional no bairro de Sepetiba e, no mês de outubro do ano de 2019, completa 10 anos de conquistas, trabalho árduo e exitoso, coincidentemente, mesmo mês em que a Carta Cidadã de 1988 também faz aniversário. Parabéns, Ecomuseu Sepetiba! Vida longa e próspera!

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa: Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade**. 21 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **LEI MUNICIPAL Nº 6.151, DE 24 DE ABRIL DE 2017**. Tomba, por interesse histórico, arquitetônico, ambiental, arqueológico e cultural, o Cais Imperial de Sepetiba, bem como o caminho do antigo cais, Rio de Janeiro, RJ, jul. 2019. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4198654/347LEI6151TOMBACaisImperialdeSepetiba24042017.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BRASIL. **LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.** Proteção da vegetação nativa, Brasília, DF, jul. 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651compilado.htm>. Acesso em: 24 jul. 2019.

GARRIDO, Raphael Juan Girgi Garrido. **A lógica interpretativa de Peter Haberle como extensão do princípio constitucional da solidariedade.** Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f4e3ce3e7b581ff3> > acesso em 15.jul.2019

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional: A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para uma interpretação pluralista e procedimental da Constituição.** Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/2353/1204> > acesso em 15.jul.2019

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado.** 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MAIA, Rosemere (org.). **Rio revisto de suas margens** . Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018

MENDES, Gilmar Ferreira. **Homenagem à doutrina de Peter Haberle e sua Influência no Brasil.** Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/portalStfAgenda_pt_br/anexo/Homenagem_a_Peter_Haberle_Pronunciamento_3_1.pdf > acesso em 17.jul.2019.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

WILD, Bianca de Moura. **O Ecomuseu de Sepetiba: construção e gestão da memória local. O despertar da comunidade?.** Disponível em: http://w2.files.scire.net.br/atricio/unigranrio-ppglch_upl//THESIS/140/o_ecomuseu_de_sepetiba_20190117114935881.pdf > acesso em 15.jul.2019.

FOTOGRAFIA DA OBRA DE OTÁVIA VITAL – ANDARILHO

Ecomuseu Sepetiba – Asas e Raízes – Representatividade e Resistência

Racismo ambiental e os impactos na saúde de uma comunidade tradicional do Rio de Janeiro

Andressa Ferreira de Oliveira⁵²

No dia 24 de novembro de 2019, aconteceu o colóquio “Asas e raízes” na colônia de pescadores Z-15 no bairro de Sepetiba, Rio de Janeiro. Este evento traz a representatividade como ponto chave e faz correlação com o dia político-histórico-nacional 21 de novembro, Dia da Consciência Negra. O presente artigo traz abordagem ao racismo ambiental e os impactos na saúde de uma comunidade tradicional no estado do Rio de Janeiro.

Introdução

Para compreender a categoria de racismo ambiental, portanto, é necessário entender o que significa racismo e como a ideia de diferentes raças foi utilizada nos processos de colonização como uma ferramenta que legitimou a subjugação e a exploração de humanos considerados menos humanos por outros considerados mais humanos. Ao compreender essa lógica, somos capazes de compreender também porquê há territórios em que as consequências dos conflitos ambientais e das escolhas da modernização tem mais impactos do que outros territórios (BUENO, 2017).

Considerando o racismo enquanto uma lógica estruturante das sociedades capitalistas, compreendemos que o racismo ambiental é um desdobramento intrínseco a esse panorama social (BUENO, 2017).

Racismo ambiental é o conjunto de idéias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados, negros, índios,

⁵² Enfermeira e militante nas causas sociais de raça, gênero e saúde.

migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (BULLARD, 1993). Racismo ambiental é uma das atuações do racismo a nível concreto. Definir os ambientes que indivíduos e grupos de indivíduos poderão dispor significa controle sobre os corpos dos mesmos (SOUZA, 2015).

A poluição ambiental, vislumbrada não só do ponto de vista técnico-científico, mas sociopolítico é uma agressão ambiental, onde alocação de poluentes, depósitos de lixo tóxico, dejetos, bem como as áreas de maior precariedade de saneamento básico e distribuição de água acontecem em localidades ocupadas por minorias étnicas, tais como indígenas, comunidades tradicionais. Uma vez que a identidade geográfica entre as áreas de maior privação de serviços públicos e sociais são ocupadas por minorias étnicas cunhou-se o conceito de racismo ambiental (ALMEIDA, 2015).

A Organização Mundial da Saúde em 2006, definiu saúde como: “um estado de completo bem-estar-físico, mental e social e não somente ausência de afeções e enfermidades”. Uma das múltiplas formas em que o processo de adoecimento dos indivíduos transcorre é o da reprodução social do meio em que se vive e trabalha. Atividades extrativas tradicionais, como, por exemplo, a pesca artesanal, depende, demasiadamente, do contexto ambiental na qual estão inseridas e encontram-se fortemente condicionadas aos ecossistemas em que se reproduz o trabalho (FREITAS e RODRIGUES, 2015).

Dado o caráter indivisível, interdependente e complementar dos direitos fundamentais, as violações do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado tem servido como caminho para violação de outros direitos, tais como o direito à saúde e a cidade. A atuação na saúde preventiva das pessoas e do ambiente é de suma importância para assim, construirmos uma sociedade com consciência de saúde no contexto ambiental (SOUZA, 2015).

Racismo ambiental – breve conceito

Em 1987, um importante estudo foi realizado a pedido da Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ (UCC), uma importante igreja protestante dos EUA. Denominado de Toxic Wastes and Races, tratou-se de um dos primeiros estudos voltados à correlação dos fatores demográficos, que determinavam as escolhas locais para as instalações de manipulação de resíduos. Segundo Bullard, para a surpresa de muitos, este trabalho evidenciou que a questão racial era a variável mais determinante na escolha de onde tais instalações eram localizadas, superando a pobreza, o valor da terra e a propriedade de imóveis. A partir desse estudo, a expressão racismo ambiental foi definitivamente cunhada. Seu autor foi o Reverendo Benjamin Chavis, da UCC, que utilizou a expressão pela primeira vez quando se preparava para divulgar publicamente os resultados do estudo em comento (RAMMÊ, 2012) (RECHTSCHAFFEN et. al, 2009).

Racismo ambiental é uma tecnologia de (auto) disciplina que gera segregação ambiental e torna insustentável o ambiente, tomado como espaço geográfico, de que dependem comunidades vulnerabilizadas em razão de pertença a grupo étnico/racial. O racismo ambiental pode ocorrer de forma direta ou institucional, e atua em diversos campos da vida pública e privada de uma dada sociedade, a exemplo: elaboração de políticas ambientais; efetivação das normas ambientais, incluindo localização de indústrias perigosas e seus rejeitos; exclusão de comunidade vulnerabilizadas de espaços decisórios e de grupos de pressão (SOUZA, 2015).

O racismo ambiental enquanto ato não deve ser aferido de forma subjetiva, mas objetiva. Isto é, prescinde-se a existência de dolo ou culpa no que concerne ao ato de racismo ambiental, bastando que se verifique que o mesmo produziu resultado racista na ótica ambiental. Um sistema regulatório que favorece o racismo ambiental se vale da institucionalização da discriminação a fim de manter a maior oferta de bens e serviços em localidades determinadas, sobrepondo a populações de minorias étnicas piores condições de vida (ALMEIDA, 2015).

A discriminação ambiental, portanto, pode ser descrita como o tratamento díspare de determinado grupo ou comunidade com base na raça, classe, ou outra característica distintiva (ALMEIDA, 2015).

Racismo ambiental: Brasil versus Estados Unidos

Ao contrário dos Estados Unidos, onde, após o término da escravidão, mantiveram-se políticas oficiais de segregação até a metade do século XX, no Brasil, prevaleceram a omissão do Estado e a ‘mistura racial’, o que conduziu a falsa ideia da inexistência do racismo, ou, no máximo, como pretendem alguns, como manifestação da influência norte-americana (PORTO, PACHECO e LEROY, 2013).

Uma das peculiaridades brasileiras, vislumbradas desde já, é o vínculo do racismo com a desigualdade social, laço que não ocorre necessariamente com a alocação racista de ônus ambientais nos EUA. Por isso, é necessário, para aprofundar os estudos do racismo ambiental no Brasil, estudar os processos de desenvolvimento e relação entre o racismo e a pobreza no país, atentando-se para o fato de que isto decorre de processos políticos e sociais específicos (ALMEIDA, 2015).

Biopolítica, racismo ambiental e o Estado

A primeira referência ao termo biopolítica foi feita por Michel Foucault, “em sua conferência proferida no Rio de Janeiro em 1974 e intitulada ‘O nascimento da medicina social’” (Pelbart 2003, p. 55). Michel Foucault esclarece que biopoder é “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (ABREU, 2013).

Mas, o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornas

possíveis as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2018, P. 18) (LIMA, 2018).

As decisões políticas dos Estados perpassam pelas necessidades e implicações da vida humana. Mortalidade, natalidade, doenças, epidemias, fome, saúde pública, imigração, emigração, habitação, xenofobia, racismo são problemas biopolíticos enfrentados pelos governos nacionais e que pesam muito na tomada de decisões. A dignidade humana e a igualdade como direitos fundamentais frente ao significado biopolítico do estado de exceção: a exclusão de cidadãos, em especial, a exclusão ambiental e o consequente racismo ambiental (ABREU, 2013).

A omissão e a permissividade do poder público em relação aos problemas socioambientais é uma demonstração da biopolítica em sua faceta excludente e discriminante (ABREU, 2013).

Comunidades tradicionais, danos ambientais e injustiça ambiental

O caráter etnocentrista da formação da nação brasileira também ajuda entender por que, nos dias atuais, os povos indígenas e as comunidades tradicionais são considerados e tratados como atrasados e estão fadados a transição para cultura e os modelos desenvolvimentistas que marcam o capitalismo no seu estágio atual. A invisibilização, desvalorização, exotização, ou folclorização das diversidades culturais presentes nos diferentes territórios tem sido práticas recorrentes na implementação de políticas públicas e atividades econômicas de altos impactos sociais e ambientais (PORTO, PACHECO e LEROY, 2013).

Os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. Respeitam também o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e

econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações (BRASIL, 2014).

Considerando-se os conflitos e injustiças ambientais e seus impactos diferenciados sobre as populações desprivilegiadas, especialmente por suas características étnicas e raciais, propomos que, para o debate das questões socioambientais no Brasil, o racismo seja referido como ideologia e prática social baseada na hierarquização dos indivíduos e grupos sociais mediante sua radicalização, que resulta em discriminação de raças consideradas inferiores (PORTO, PACHECO e LEROY, 2013).

Baía de Sepetiba – Impactos do racismo ambiental na saúde

As consequências do racismo ambiental se manifestam ainda mais claramente nas estatísticas de saúde pública. A dimensão política sobre a saúde e o ambiente é evidente. A necessidade de proteger a população, em especial a população mais vulnerável contra os males e riscos ambientais, como também aqueles que, apesar de conhecidos e controláveis possam produzir doenças e inúmeros perigos diante de vulnerabilidades das populações, é inevitável (BRASIL, 2015).

Embora a Baía de Sepetiba apresente áreas fortemente urbanizadas e distritos industriais, seu território atualmente caracteriza-se por áreas de agricultura, pela pesca e o turismo ecológico, com entornos naturais de baixa ocupação populacional com presença de manguezais e de Mata Atlântica e de inúmeras ilhas que conformam a Baía de Sepetiba e a Baía de Ilha Grande. No entorno da Baía de Sepetiba situa-se um maciço que é considerado um dos maiores parques urbanos do mundo e a maior floresta urbana do país: o maciço da Pedra Branca. A região é também importante do ponto de vista hidrológico: a bacia de Guanabara (rios Iguaçu e Sarapuí) e a bacia da Baía de Sepetiba (Guandu) (PACS, 2015).

A população da Baía de Sepetiba é normalmente constituída por famílias mais numerosas, com maior participação de chefes de família que são mulheres,

mais jovens e mais negras e pardas do que no resto da cidade. Essas famílias tendem a apresentar rendimentos mais baixos: chama atenção a elevada participação de famílias com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo (no Rio este percentual era de 38% enquanto em Santa Cruz alcançou 63%). Boa parte dessas famílias depende de atividades informais para viver, como pequenos serviços relacionados ao turismo, à agricultura de subsistência e à pesca e, não raro, são descendentes de grupos tradicionais como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais (PACS,2015).

Além disso, essas famílias tendem a enfrentar condições de vida mais duras: ausência de saneamento e coleta de lixo, habitações mais precárias, piores serviços de transporte, educação e saúde e maior insegurança com relação à titulação de imóveis. Por conseguinte, essas áreas tendem a apresentar Índices de Desenvolvimento Humano mais baixos (PACS,2015).

E mais, problemas de saúde comuns, especialmente em contextos e nas populações vulneráveis, podem se tornar mais difíceis de serem percebidos e a dificuldade de se fazer o nexos causal com os riscos ambientais. São exemplos os vários problemas respiratórios, dermatológicos ou oftalmológicos cuja frequência pode aumentar, de forma mais sutil ou intensa, em decorrência da poluição atmosférica (BRASIL, 2015).

Ressalta-se que os acidentes e as doenças relacionadas ao trabalho no campo, na floresta e nas águas são agravos previsíveis e, portanto, evitáveis. Destacam-se as dores osteomusculares que podem estar associadas a uma sobrecarga do trabalho braçal. A cata de determinados mariscos, as posturas tradicionais, a retirada das conchas, entre outras atividades estão associadas a queixas comuns de dores, muitas vezes insuportáveis, edemas, deformidades, dormências e perda da capacidade funcional dos membros superiores (BRASIL, 2015).

Conclusão

O processo de adoecimento dos indivíduos transcorre da reprodução social do meio em que se vive e trabalha. Atividades extrativas tradicionais, como, por exemplo, a pesca artesanal, a agricultura de subsistência e a extração vegetal, dependem, demasiadamente, do contexto ambiental na qual estão inseridas e encontram-se fortemente condicionadas aos ecossistemas em que se reproduz o trabalho (FREITAS e RODRIGUES, 2015).

Para Milton (1985), um processo de refuncionalização não se relaciona apenas com o bojo das transformações que determinam novas funções a um território, mas, sobretudo, a uma nova organização espacial aos lugares. Ainda, segundo Santos, "sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, a forma ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial" (FREITAS e RODRIGUES, 2015).

Precisamos atuar na saúde preventiva das pessoas e do ambiente. Precisamos, mais que urgente, dialogar para construirmos uma nova consciência ambiental, empresarial e econômica (JACOBI, 2003).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Daniela Santos. RACISMO AMBIENTAL E A DISTRIBUIÇÃO RACIALMENTE DESIGUAL DOS DANOS AMBIENTAIS NO BRASIL. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela_Almeida.pdf Acesso em 11 de Julho de 2019.
- BRASIL. Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS). Superintendência de Comunicação Integrada. Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Minas Gerais, 2014. Disponível em <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf> Acesso em 11 de Julho de 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Saúde e ambiente para as populações do campo, da floresta e das águas / Ministério da Saúde, Secretaria

de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiente_populacoes_campo_floresta_aguas.pdf Acesso em 11 de Julho de 2019.

BRASIL. Assistente social no combate ao preconceito. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS Brasília, 2016. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf> Acesso em 11 de Julho de 2019.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, abril de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312007000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 de julho de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312007000100006>.

CARTIER, Ruy et al. Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 12, p. 2695-2704, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001200016&lng=en&nrm=iso>. access on 26 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200016>.

DOMINGUES, Petrônio José. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil. *Diálogos Latino-americanos*, Dinamarca, v. 10, n.10, p. 117-132, 2005. Acesso em 11 de Julho de 2019. Disponível em http://lacua.au.dk/fileadmin/www.lacua.au.dk/publications/10_di_logos_latinoamericanos/mito_democracia.pdf Acesso em 11 de Julho de 2019.

FERNANDES, Viviane Barboza; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. Identidade Negra entre a exclusão e a liberdade. **Rev. Inst. Estud. Bras.** São Paulo, n. 63, p. 103-120, abril de 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742016000100103&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 de maio de 2019. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120>.

FREITAS, Marcelo Bessa e RODRIGUES, Silvio Cesar Alves. Determinantes sociais da saúde no processo de trabalho da pesca artesanal na Baía de Sepetiba, estado do Rio de Janeiro1 1 Pesquisa realizada com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de

Janeiro. . Saúde e Sociedade [online]. 2015, v. 24, n. 3 [Acessado 28 Maio 2019], pp. 753-764. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902015126063>>. Epub Jul-Sep 2015. ISSN 0104-1290. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015126063>.

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: _____. Representation, Cultural Representations and Signifying Practices. Londres/Nova Deli: Thousands Oaks/Sage, 1997, p. 61.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cad. Pesqui. São Paulo, n. 118, p. 189-206, março de 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742003000100008&lng=en&nrm=iso>. acesso em 12 de julho de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>.

PACS, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. Baía de Sepetiba-fronteira do desenvolvimentismo e os limites para construção de alternativas. 1ª edição, Maio 2015. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <http://www.pacs.org.br/files/2012/12/Ba%C3%ADa-de-Sepetiba-fronteira-do-desenvolvimentismo.pdf> Acesso em 27 de Maio de 2019.

PORTO, MF., PACHECO, T., e LEROY, JP., orgs. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos. FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 306 p, 2013. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415764>

SOUZA ABREU, Ivy de. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. []. , 12, 24 [2019-05-24], pp.87-99. : <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-25302013000200006&lng=e&nrm=iso>. ISSN 1692-2530.

Da raiz à resistência: a busca pelos caminhos de uma educação antirracista

Maria Carolina Almeida de Azevedo⁵³

Introdução

Quando recebi o convite de Bianca Wild para fazer parte deste evento, o “Asas e Raízes”, comecei a refletir sobre o significado de representatividade e resistência em minha história.

E essa resistência se inicia em minhas raízes: negra e nordestina. Resisto desde antes de nascer quando, em Recife, minha bisavó Elisabete Alves da Silva, mulher negra e nascida alguns anos após a proclamação da Lei do Ventre Livre e, ainda que não pudesse frequentar a escola por ser negra, se torna professora e alfabetiza crianças da região de Casa Amarela onde residia, incluindo seus filhos e netos. Uma de suas filhas, minha avó Maria da Conceição, divorciada nos anos 50, sai de Pernambuco para o Rio de Janeiro para buscar melhores condições de vida para ela e sua filha Josenilde, minha mãe, que ficou em sua cidade natal sob os cuidados de uma tia, quando, alguns anos depois, veio residir ao lado dela. Portanto, desde antes de pensar em ser semente, meus ancestrais já resistiam aos muitos obstáculos existentes na formação da sociedade brasileira.

E diante de todo esse legado de força herdado de meus antepassados me apresento aqui, Maria Carolina Almeida de Azevedo, mulher preta, professora de Inglês, graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Estácio de Sá, pós-graduada em Educação e Relações Raciais pelo PENESB/UFF, atuando como docente na rede pública municipal (SME/RJ), mãe do grande Idris e, ainda, resistindo.

⁵³ 1- Graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Estácio de Sá em 2010, especialista em Educação e Relações Raciais pela Universidade Federal Fluminense em 2016, membro do Coletivo Docente Multidisciplinar Agbalá e docente de Língua Inglesa na rede municipal de Educação do município do Rio de Janeiro (SME/RJ).

Resisto diariamente porque faço parte da educação pública e para fazer um trabalho digno, nos limites de minha lucidez, tenho que abstrair ou tentar me desvencilhar da falta de recursos, da falta de apoio da sociedade, da violência física, psicológica e mais as demandas emocionais trazidas pelas crianças e adolescentes (das quais não damos conta e acabamos levando para a terapia conosco), além da desvalorização profissional com os baixos salários, boicotes institucionais ao nosso aperfeiçoamento profissional e cerceamento da liberdade pedagógica. Trago este trecho de Ira Shor, em “Medo e Ousadia”, que, junto à Paulo Freire, exemplificam bem as dores e expectativas dos professores na prática docente e a busca de soluções para os dilemas vividos no cotidiano escolar.

“A maior parte dos que trabalham em salas de aula sabe que a docência exige muito de nós. É, também, uma atividade muito prática, embora tudo que ocorre em classe seja a ponta de um iceberg teórico. Mas os professores se interessam mais pela prática do que pela teoria. Apesar de toda prática ter um fundamento teórico e vice-versa, a maioria das pesquisas em educação não é de muita ajuda nas horas agitadas da sala de aula concreta. Os professores enfrentam aulas demais, alunos demais, e controle administrativo demais de tal modo que a necessidade de alguma coisa que funcione em classe é muito maior do que uma aparente necessidade de teoria. Entretanto, os sobrecarregados de trabalho têm curiosidade a respeito de alternativas. (FREIRE & SHOR, 1986, Prefácio)

Ações afirmativas e suas intervenções na sociedade brasileira

Vivemos tempos complexos na conjuntura política brasileira e isso tem atingido diretamente a Educação, uma vez que esta área ainda é vista como onerosa, e não como investimento, pelos governantes deste país.

Após o impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, os governos seguintes não têm medido esforços na tentativa de dar fim às políticas de ações afirmativas que, após anos de luta do movimento negro no Brasil, ganharam espaço modificando o cenário social do país.

As ações afirmativas proporcionaram mudanças significativas na estrutura da sociedade brasileira pois elas operaram em diversos setores (economia, saúde, educação, comunicação e trabalho são alguns deles), dando às camadas mais atingidas pelas desigualdades sociais possibilidades de ascensão. Foram criadas em 2003, pelo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, órgãos destinados à execução, fiscalização e promoção de ações afirmativas, como a SEPPIR (Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial, que depois virou Ministério no governo Lula) e o CNPIR (Conselho Nacional da Promoção da Igualdade Racial). Dentre as inúmeras atuações destas ações, podemos destacar a política de cotas raciais para ingresso de cidadãos negros em universidades federais (Lei federal no.12.711, de 29 de agosto de 2012) e concursos públicos (Lei Federal no. 12.990, de 9 de junho de 2014), o Prouni (Programa Universidade para Todos) e políticas de saúde pública voltadas para a saúde da mulher negra. Assim sendo, as discussões e o conhecimento sobre o racismo e seus efeitos saíram do mundo abissal das universidades e chegaram à superfície, tornando estas pautas acessíveis em redes sociais e na mídia em geral.

Enegreceram as universidades, a televisão e as empresas. As questões sobre a população negra ganharam voz entre brancos e negros. O percentual equivalente à presença da população negra nestes espaços é maior que a 19 anos atrás, quando as ações afirmativas foram implementadas no Brasil. Assuntos como racismo institucional, violência obstétrica, solidão da mulher negra, genocídio da população negra e objetificação dos corpos negros são apenas alguns exemplos das temáticas que ganharam espaço para discussão nos mais diversos veículos de comunicação.

Em relação a atuação pedagógica, a lei federal 10.639/03, posteriormente complementada pela lei federal 11.645/08, ganham destaque ao instituir como obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar. Desde então, professores começaram a buscar cursos para aprender sobre as temáticas, já que estas pautas nunca fizeram parte das grades curriculares eurocêntricas das universidades, ou seja, não foram (in) formados na graduação sobre estes conteúdos.

E é neste panorama que o ambiente escolar passa a se tornar um espaço de : reexistência, pelo fato de mostrar ao aluno um outro ponto de vista do que é aprendido em um currículo etnocêntrico e , neste caso, por meio de uma perspectiva afrocentrada , que proporcionará a ele uma nova existência da história; resistência, pois se trabalha com a manutenção de uma cultura e história que passou por inúmeras tentativas de extinção; e pertencimento, por abordar pontos e fatos que se aproximam das vidas destes sujeitos, tornando mais familiar e afetivo o aprendizado destes tópicos.

É necessária e urgente a reformulação do currículo para contemplar o estudo das relações raciais em sua totalidade, para que não vejamos esses assuntos apenas superficialmente ou “só porque a lei manda”, e promovermos a libertação de valores eugenistas amalgamados em nossa formação social e, a partir deste ponto, possibilitar a instauração de uma nova ordem social, propiciando às gerações seguintes possibilidades de um amanhã mais igualitário. A escola, como uma das responsáveis por passar os saberes culturais e sociais, está encarregada de discutir o racismo, auxiliando os alunos a refletirem sobre a realidade racial do negro no Brasil, além de promover a ligação entre a formação humana e o processo educacional, uma vez que” a ética, a sexualidade, as relações raciais e a diversidade estão atreladas a eles “ (GOMES, 2005) e, dialogando com Neusa Lopes (2005, p.200), concordo ao dizer que “o Brasil precisa de professores dispostos a fazer a “revolução das pedagogias”, onde “cada um de nós está convocado a entrar neste grupo”.

Ensino de língua inglesa por uma prática afrocentrada: é possível?

Para professores com formação em língua inglesa, lidar com relações raciais no currículo é complexo, uma vez que temos algumas relações explícitas neste processo. Sendo assim, duas delas se tornam latentes: a idolatria pela cultura eurocêntrica e a imposição de seus padrões que geraram, por anos, a anulação da identidade, desvalorização da cultura de origem brasileira, aceitação e supervalorização da cultura de origem europeia ou norte-americana, inclusive o idioma. Cox & Assis Peterson (1999) alertam que esta idealização e

perseguição de uma visão monocultural eurocêntrica faz com que, muitas vezes, o professor de inglês seja visto como alienado. Observe o excerto abaixo onde ele explicita essa questão.

Se formos mais a fundo na questão, veremos que sinais são dados em todos os níveis do nosso trabalho. De forma imposta ou não, facilmente sucumbimos à ditadura do livro didático (embora não em todos os contextos) e, juntamente com seus autores, em grande parte estrangeiros, enfatizamos, de maneira quase ostensiva, alimentando uma espécie de etnocentrismo às avessas, os aspectos (normalmente, os positivos) da língua e cultura estrangeiras, sem sequer tentarmos promover a importantíssima relação dialógica entre cultura alvo e cultura materna. Fazemos o trabalho pela metade e embarcamos numa viagem perigosa, já que ao se adotar (mesmo que inconscientemente) ou se deixar levar por essa prática, fomentamos a já antológica alienação cultural do professor não-nativo de inglês que, não raramente, é estereotipado como americanófilo, apolítico, acrítico e reacionário, um legítimo representante do imperialismo ianque. (COX & ASSIS PETERSON apud SIQUEIRA, 2005)

Outra relação é a invisibilidade ou negação total da história da população negra e o que seu legado proporcionou para a formação dos países que tem o Inglês como primeiro idioma (aqueles que foram invadidos pelos ingleses) ou língua materna. Com isso, a ausência de autores negros e de suas vivências, tanto na formação quanto na prática docente, ainda é visível no cotidiano do professor de inglês. Quanto à prática do docente de inglês, Cox e Assis-Peterson são enfáticas sobre a necessidade ação de uma pedagogia crítica no ensino do idioma.

Quem ensina inglês não pode deixar de se colocar criticamente em relação ao discurso dominante que representa a internacionalização do inglês como um bem, um passaporte para o primeiro mundo. Quem ensina inglês não pode deixar de considerar as relações de seu trabalho com a expansão da língua, avaliando criticamente as implicações de sua prática na produção e reprodução das desigualdades sociais. Quem ensina inglês não pode deixar de se perguntar se está colaborando para perpetuar a dominação de uns sobre os outros. (COX & ASSIS-PETERSON, p.20 e 21, 2001)

Historicamente, existem teorias (BAGNO, 2007; BOURDIEU, 2012; GNERRE, 1985; PENNYCOOK, 1994) e relatos que comprovam que a língua é um dos maiores instrumentos de dominação, pois, no Brasil, desde a “catequização”, inicialmente dos indígenas brasileiros, e, posteriormente, dos africanos escravizados na diáspora, vemos o poder da dominação iniciado pela aquisição da língua do colonizador através dos jesuítas. Este processo iniciou-se pela incorporação do idioma e, posteriormente, pela introjeção de seus valores e ideais, provocando assim o fim de muitos povos indígenas, tantos que

talvez nem registros históricos de sua existência tenham sido deixados, além de depreciar no vocabulário as palavras de origem de outras culturas como a africana ou as línguas crioulas.

Pode-se observar, neste seguinte fragmento, como Walter Rodney (1975) descreve o início de um processo de “desafricanização” dos indivíduos escravizados nas colônias portuguesas e espanholas na América, onde foram submetidos à aniquilação de sua cultura de origem em prol de uma educação colonial.

Os portugueses e os espanhóis desprezaram sempre a língua e a religião africanas. Os jardins de infância e as escolas primárias para africanos nas colônias portuguesas não passaram de agências de difusão da língua portuguesa. Muitas escolas eram controladas pela Igreja Católica, como reflexo da união da Igreja com o estado no Portugal fascista. Na pouca conhecida colônia espanhola da Guiné (Rio Muni), a pouca educação proporcionada aos africanos baseava-se na eliminação da linguagem local e nas tentativas de infundir nos seus corações “o sagrado temor de Deus”. (RODNEY, 1975, p.360)

E é nesta configuração que encontramos a língua inglesa despontando como moeda de grande valia no cerne da sociedade capitalista contemporânea, após a Revolução Industrial comandada pela Inglaterra, ao ponto de se tornar disciplina obrigatória nas escolas do país e proporcionar àqueles que tem o seu domínio acesso à melhores oportunidades e maiores chances de empregabilidade. Por este viés se faz presente a proposta de dominação pela cultura eurocêntrica, segundo Carboni e Maestri (2012) neste fragmento:

As nações imperialistas lutam para impor suas línguas, e, por meio delas, seus valores às nações dominadas, assim como as classes dominantes esforçam-se para que os dominados se submetam plenamente a uma ditadura linguística, que facilita e consolida a ditadura social e econômica [...]. Membros emergentes das classes desfavorecidas sempre puderam se incorporar às chamadas elites, desde que renegassem suas raízes sociais, ideológicas e linguísticas. (CARBONI & MAESTRI, 2004, p.12)

Pennycook (1994) introduz ainda o termo “mundanismo linguístico” ao falar sobre o imperialismo linguístico atribuído à língua inglesa, onde o inglês é um expoente remanescente do imperialismo ocidental que age em concordância com as forças capitalistas, principalmente as corporações multinacionais, pois é a língua da ciência e do desenvolvimento econômico, e também a língua da distribuição desigual de riquezas.

Na educação brasileira encontramos alguns exemplos a respeito deste caráter eurocêntrico, que é legitimado no ambiente escolar, como a adoção de projetos de escolas de países europeus (como o caso da SME/RJ, que adotou um projeto baseado em um modelo escolar finlandês), que não abrangem as reais necessidades dos alunos desta rede e não consideram as suas especificidades, principalmente as sociais, logísticas e geográficas, impondo aos docentes resultados semelhantes aos dos países de origem dos projetos.

Esta abordagem europeizada corrobora com a perpetuação do racismo, em suas diversas faces, tornando a escola um ambiente de disseminação de ideias e valores racistas. Segundo Gomes (2010), através de pesquisas, a educação brasileira foi diagnosticada como um espaço ainda repleto de desigualdades. Observe o seguinte excerto.

A educação brasileira tem sido apontada pelas pesquisas oficiais e acadêmicas, assim como pelos movimentos sociais e, em especial pelo Movimento Negro, como um espaço/tempo no qual persistem históricas desigualdades sociais e raciais. Essa situação exige do Estado a adoção de políticas e práticas de superação do racismo e da desigualdade racial na educação, as quais começam a ser implementadas de forma mais sistemática a partir dos anos 2000. (GOMES, 2010, p.1)

Portanto, é através das ações das políticas públicas nas escolas, como a lei federal 11.645/08, que podemos observar a promoção da história africana e afro-indígena no ambiente escolar, em todo o currículo escolar, principalmente nas disciplinas ligadas à Linguagem. Com isso, o professor de língua estrangeira também se torna responsável pela discussão destes temas no currículo do idioma que leciona.

Por onde começar? Como abordar? O que devemos trabalhar? Como modificar uma prática curricular de um professor de Inglês que é oriundo de uma formação majoritariamente, senão totalmente, eurocêntrica e excludente?

O início se dá com a reavaliação da formação docente e a busca de cursos de formação continuada, grupos de pesquisa ou literatura que auxiliem e amparem o docente no embasamento teórico e em práticas educativas voltadas para a diversidade. Após a promulgação da lei 10.639/08 todas as instituições de ensino superior pública e muitas instituições particulares abriram suas portas

para docentes em seus cursos de extensão, pós-graduação ou oficinas que buscam se apropriar deste conhecimento para repensar e refazer a sua prática docente. Além disso, para a real efetivação de um processo de mudança de paradigmas, ou revisão destes, o docente precisa adequar os preceitos estabelecidos pela lei aos conteúdos previstos, o que não é uma tarefa fácil pois requer muito esforço, pesquisa e vontade para lidar com uma nova perspectiva no ensino da língua inglesa.

Conclusão

As mudanças ocorridas na conjuntura brasileira após o estabelecimento das políticas de ações afirmativas são visíveis e irreversíveis. A cultura, valores, intelectuais e expoentes negros têm alcançado cada vez mais espaços em todos os campos da nossa sociedade. As ações afirmativas, em seus 19 anos de atuação, têm cumprido, ainda que minimamente, o papel de dar acesso aos direitos – que, mesmo sendo determinados pela Constituição Federal, não são cumpridos – e possibilidades de melhoria de qualidade de vida, aprimoramento pessoal e profissional, conhecimento, lazer e cultura à população negra que, por muitos anos, pelas vias do racismo institucional, estabelecido desde o período da escravização dos negros africanos sequestrados e em diáspora, perpetuando até os dias atuais, convencionou-se a ideia destes sujeitos sendo vistos apenas como “corpos de trabalho”, coisificados e animalizados, sem direitos, levados a um lugar de “não-ser”. Joaze Bernardino descreve, através da interpretação da obra de Franz Fanon, a determinação deste ser negro aos olhos do racismo e suas consequências.

A invenção do negro como um ser inferior o reduz ao silêncio, à não-existência, a nada. O paradoxo da invisibilidade do negro está no fato de ele ser visto. Todavia, ele é visto somente na sua exterioridade a partir de uma sobredeterminação exterior, que o fixou no passado e no atraso. Neste caso, mesmo quando presente o negro está ausente. Não possui individualidade e nem interioridade. (BERNARDINO-COSTA, 2016, p.512)

Hoje, ainda que lutem para sobreviver neste sistema repleto de práticas e estratégias eugenistas, a população negra e seus representantes têm alcançado êxito e conquistado mais espaços para lutar por suas pautas.

Dentro deste ensejo, a escola se torna um espaço de resistência e transformação, pois será responsável pela formação desta nova geração – e, no mínimo, trazer inquietações às gerações mais antigas – dentro de novos parâmetros educacionais e sociais, pelas vias do conhecimento de fontes legítimas que foram ocultadas da bibliografia que compõe a base desta educação eurocentrada, onde não cabem mais o vilipêndio ou desrespeito à diversidade em qualquer instância. E não apenas as escolas, mas também outros espaços de cultura e memória como o Ecomuseu de Sepetiba, centros culturais, teatros e outras áreas da arte são responsáveis pela manutenção e resgate desta história que propositalmente é omitida dos bancos escolares ou da vida cultural da população.

Aos docentes, de todas as disciplinas, cabe a atualização profissional constante que também leva, de forma intrínseca e inevitável, à revisão de conjecturas e convicções pessoais, principalmente docentes brasileiros, frutos de uma sociedade racista persistente na falácia de uma democracia racial. Hooks (2017, p.36) explicita que “os professores que abraçam o desafio do autoatualização serão mais capazes de criar práticas pedagógicas que envolvam os alunos, proporcionando-lhes maneiras de saber que aumentem sua capacidade de viver profunda e plenamente.”

Dentro deste aspecto, professores de língua inglesa devem, portanto, repensar a sua formação e sua prática: como ela vem sido utilizada em sala, de que forma ela chega até os alunos e quais as consequências destas ações na vida destes, uma vez que “o ensino de língua inglesa é focado no ensino da oralidade e estrutura da língua e outros aspectos como gênero, raça e sexualidade são silenciados” (MELO, 2015). Ainda que tratemos da língua do colonizador, do idioma do universo capitalista, podemos sim mostrar outro lado desta história. Quantos professores de inglês, da educação pública brasileira, já ousaram levar para a sala de aula informações sobre ícones negros dos países

colonizados pela Inglaterra ou conhecimentos sobre a cultura e história da Índia ou Tanzânia?

Este processo de busca por novos olhares para o educar e sobre a história destes educandos pode ser a porta para se pensar e construir uma sociedade mais democrática, onde a escola pública não pode mais ser utilizada pelos governantes como uma indústria de encarceramento de sonhos e possibilidades, e sim como porta de acesso para outros espaços da sociedade e solo fértil para uma educação plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico, o que é e como se faz. 49ª. edição, editora Loyola, 2007.

BERNARDINO-COSTA, Joaze, *A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!*. Civitas - Revista de Ciências Sociais [en linea] 2016, 16 (Julio-Septiembre) : [Fecha de consulta: 4 de agosto de 2019] Disponível em :<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74248685010>> ISSN 1519-6089

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 16 edição, tradução: Fernando Tomaz, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2012.

CARBONI, Florence e Maestri, Mário. A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes.3ª. ed, São Paulo, página 12, 2012.

FREIRE, Paulo; SHOR, Isa. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Trad.: Adriana Lopes. 2 eds. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1986

GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. I Congresso Ibero Luso-brasileiro, abril de 2010. Artigo disponível em <<http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>>. Acesso em 14.07.2019.

_____. Educação e Relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In Munanga, Kabenguele. *Superando o racismo na escola*. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Educação e Diversidade, 2005.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: A Educação como prática da liberdade*. São Paulo: 2017.

LOPES, Véra Neusa. Racismo, preconceito e discriminação: Procedimentos didáticos-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. In Munanga, Kabenguele. **Superando o racismo na escola**. 2ª. ed. Brasília: Ministério da Educação e Diversidade, 2005.

MELO, Glenda Cristina Valim de. O LUGAR DA RAÇA NA SALA DE AULA DE INGLÊS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 7, n. 17, p. 65-81, out. 2015. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/72>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

PAGLIARINI COX, Maria Inês; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia de. O professor de inglês Entre a alienação e a emancipação. *Linguagem & Ensino*, v. 4, n. 1, p.11-36, 2001.

PENNYCOOK, A. *The Cultural Politics of English as a International Language*. Harlow; Longman, 1994

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Trad. Edgar Valles. -Lisboa: Seara Nova, 1975.

SIQUEIRA, Sávio. *O desenvolvimento da consciência cultural crítica como forma de combate à suposta alienação do professor brasileiro de inglês*. In: **Revista Inventário**. 4. ed., jul/2005. Disponível na web world wide em: <http://www.inventario.ufba.br/04/04ssiqueira.htm>.

FOTOGRAFIA DA OBRA DE RICARDO RODRIGUES – DESDE PEQUENO

Palco (in)visível: os corpos negros no Theatro Municipal

Paulo Melgaço da Silva Junior⁵⁴
Matheus Melgaço⁵⁵

Cenas para refletir:

1946 – Uma jovem bailarina chega para fazer sua inscrição no concurso de ingresso no Corpo de Baile do Theatro Municipal. Sua inscrição não foi aceita, como justificativa “terminou o prazo para inscrições”. Porém, dias depois, ela descobriu que uma amiga conseguira se inscrever no dia seguinte a negativa de sua inscrição.

1985 – Um jovem ouve de um famoso professor de ballet: “é muito difícil entrar no corpo de baile do Theatro Municipal ...você pode tentar ingressar em companhias menores e mais contemporâneas, a chance é maior”.

2019 – Com a luta dos movimentos sociais, a visibilidade das questões raciais e o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos Projetos Sociais podemos visualizar diversas crianças e jovens negros/as e pobres estudando ballet clássico, ingressando na Escola Estadual de Dança Maria Olenewa (pertencente a Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro). Com isso, sonhando ingressar no Corpo de Baile e construir uma carreira profissional.

Para início de conversa:

Os personagens apresentados nas cenas acima além de serem reais têm em comum o fato de serem negros/as. Apesar da raça ser considerada como uma “fantasia móvel”, uma abstração que em nada se relaciona ao determinismo biológico (BARNAD, 2004; SOMMERVILLE, 2000), ao longo dos séculos ela tem sido utilizada para classificar e hierarquizar seres humanos (QUIJANO, 2001). Com isso, nutrindo uma erva daninha estrutural e estruturante das relações sociais brasileiras (GOMES, 2017) chamada racismo.

É relevante refletir que todo o processo de colonização foi marcado pela desumanização e subalternização do corpo negro. Com isso, ao longo dos anos, a cultura branca eurocêntrica se tornou hegemônica, apagando ou

⁵⁴ Pós doutor e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diretor substituto, pesquisador e professor da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa (pertencente a Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro).

⁵⁵ Formado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

essencializando as demais formas de produzir culturas. Desta maneira, restringiu ou segregou corpos negros ou não hegemônicos para espaços limitados e secundarizados. Contudo, graças às lutas dos movimentos sociais, aos poucos negros e negras estão conseguindo resgatar de maneira positiva suas histórias, culturas e memórias ocupando determinados espaços que, até então, não era possível. Assim, as novas e futuras gerações têm a oportunidade de conhecer, refletir e analisar a luta e resistência do corpo negro ao longo dos séculos.

Nesta perspectiva, o objetivo central deste texto é refletir sobre a trajetória de corpos negros na dança, em especial no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, a partir de suas pioneiras Mercedes Baptista e Consuelo Rios. Neste sentido, acreditamos na relevância de resgatar memórias e divulgar trajetórias negras como referencial de luta para as gerações que estão por vir.

A ancestralidade, tão importante nas religiões de matrizes africanas, aqui se faz presente a fim de entender e aprofundar o conhecimento daqueles que vieram antes de nós e tiveram a coragem e o empenho de abrir oportunidades e mostrar horizontes. Desta maneira, defendemos o argumento de que as jovens gerações de artistas, bailarinos/as e estudiosos/as precisam conhecer a história e o legado de lutas e vitórias deixados por seus/suas antecessores/as para que possam se sentir motivados/as e estimulados/as a dar continuidade ao difícil processo de legitimação de suas identidades e histórias na dança.

Com isso, acreditamos que ao levantarmos estas trajetórias estamos, acima de tudo, buscando resgatar a representatividade e valorizar referências. Neste sentido, trazer à baila histórias de vida destas mulheres e de jovens que as sucederam pode abrir caminhos e perspectivas para crianças negras que vislumbram possibilidades artísticas a partir da dança clássica.

Para atingir aos objetivos propostos o presente texto está estruturado da seguinte maneira: a fim de contextualizar apresentamos uma breve discussão sobre raça. Em um segundo refletimos sobre o processo de construção do Theatro Municipal, a profissionalização do Corpo de Baile e a criação da Escola

de Dança. Logo após apresentamos a história de Consuelo Rios e Mercedes Baptista, primeiras negras a ingressarem neste espaço. O príncipe negro na dança clássica: Bruno Rocha o primeiro negro a protagonizar um clássico no Theatro Municipal é o tema da seção seguinte. Por fim, defendemos uma esperança no futuro.

Breve reflexão sobre raça

Sommerville (2000) e Barnard (2004) entendem que as questões de raça, de gênero e de classe social devem ser vistas como interseccionais, ou seja, não podem ser dissociadas, uma vez que se deve olhar para o sujeito social como um todo, e não apenas por um ângulo de suas subjetividades. Tais questões para além de estarem imbricadas são responsáveis pela hierarquização social. A todo momento, somos interpelados/as e classificados/as a partir das expectativas que aquelas subjetividades criam para os outros sujeitos sociais.

As questões de subalternização e de hierarquização de determinadas subjetividades e as ações que justificam a violência contra o outro estão pautadas no processo de colonialidade. De acordo com Mignolo (2007), este processo envolve as relações de poder que emergiram no contexto do colonialismo europeu na América, na Ásia e na África. Entretanto, seus efeitos não se limitam àquele período histórico de domínio imperial, que deixou suas consequências físico-psicológicas de subalternidades epistêmicas e racistas no Ocidente. Não obstante, o término do tempo histórico do regime colonialista, seus efeitos são evidentes nos modos como os conhecimentos são projetados e concebidos.

Nesse aspecto, Castro-Gómez (2005) nos mostra que a espoliação colonial foi legitimada por um conjunto de concepções de mundo que acabou por estabelecer as diferenças entre colonizador/a e colonizado/a. É relevante destacar que “colonialidade” é diferente de “colonialismo”. Walsh (2009) esclarece que, apesar de relacionados, esses conceitos são distintos. A colonialidade é mais duradoura e envolve as relações de poder emergentes do/no contexto da colonização europeia, as quais, apesar da emancipação das

colônias, têm mantido as associações entre dominação e subordinação, colonizador e colonizado. A colonialidade é parte constitutiva da modernidade, ou seja, é o seu lado sombrio, oculto e silenciado que determina a subalternização e a dependência (MIGNOLO, 2003).

Para justificar a proposta de dominação/subalternização a colonialidade foi um dos pilares da construção da modernidade, marcando a relação dicotômica entre o branco/europeu/racional/civilizado e o outro/não europeu/irracional/não civilizado. Assim, a invenção do termo “raça” acabou operando como dispositivo central no processo de hierarquização dos povos, justificando a violência e a exploração. Foi nesta perspectiva que Aníbal Quijano cunhou a denominação colonialidade do poder: a partir da relação histórica responsável pela classificação e pela reclassificação das pessoas do planeta, levando-se em conta a categoria “raça” como forma de controle social e desenvolvimento do capitalismo mundial. Nesse contexto, o/a colonizado/a vê seus modos de conhecimento e seus saberes reprimidos e descaracterizados.

Diante desta perspectiva, cabe salientar a complexidade da questão racial no Brasil. Segundo Ortiz (1986), já no final do século XIX, Nina Rodrigues foi um dos principais intelectuais a refletir sobre este quadro. Influenciado por cientistas europeus, Rodrigues acreditava na raça branca como uma raça superior. Em outras palavras, um país branco significaria um país evoluído. Desta forma, Rodrigues, como aponta Ortiz (1986), observava a mistura racial entre brancos, negros e índios de maneira negativa. Assim, a mestiçagem significaria, em última instância, o atraso do país.

Na tentativa de reverter este quadro, implementou-se uma política de embranquecimento racial intensificada, segundo Nascimento (2016 [1977]), após a abolição com um único objetivo: a erradicação da mancha negra. Em várias oportunidades durante o período de 1921 a 1923, como nos mostra Nascimento (2016 [1977]), a Câmara dos Deputados considerou e discutiu leis em que impediam a entrada de indivíduos das raças e cor preta. Ainda segundo Nascimento (2016 [1977]), Getúlio Vargas assinou em 18 de setembro de 1945 um Decreto-Lei nº 7967 cuja intensão era regular a entrada de imigrantes a fim

de preservar a composição étnica da população brasileira, mais conveniente com sua ascendência europeia. Neste caminho, vale destacar que esta política não se deu apenas do ponto de vista racial, mas também cultural.

A visão negativa do mestiço se altera a partir da interpretação de Gilberto Freyre⁵⁶ durante a década de 1930. Como aborda Nascimento (2016 [1977]), Freyre foi o fundador do lusotropicalismo. Este conceito defendia que os portugueses obtiveram êxito em criar um *paraíso racial* na América. A consequência é um olhar positivo da miscigenação e de sua materialidade, o mestiço. Em suma, Freyre (1939) aponta como harmônica e singular a mistura das três raças. Funda-se, com isso, a ideia de democracia racial. Nascimento (2016 [1977]), ao desmistificar este argumento, demonstra que esta mestiçagem foi consequência do estupro de mulheres negras escravizadas vistas como subalternas e objeto de satisfação sexual.

Nascimento (2016 [1977]), deste modo, propõe pensarmos a democracia racial como uma metáfora para designar o modo como é tratado o racismo no Brasil. Isto é, não tão óbvio como nos Estados Unidos e nem tão legalizado como o *apartheid* na África do Sul. Mas institucionalizado de forma eficaz nos níveis governamentais e disseminado no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade brasileira. Assim, podemos verificar como a argumentação de Freyre instrumentalizou a produção acadêmica de inúmeros intelectuais no país que, por sua vez, ditou todo um imaginário popular brasileiro no que concerne a identidade social do negro.

Após este breve panorama cujo objetivo foi abordar como se iniciou a discussão de raça e o mito da democracia racial, é possível observar que ainda hoje desmistificar esta ideia é um terreno obscuro por desestabilizar espaços ditos como intocáveis no oficialismo brasileiro. A pergunta que fica é de que maneira os corpos negros começaram a penetrar estes espaços pensados para

⁵⁶ Conhecido como um dos principais intérpretes do Brasil, o autor foi fortemente influenciado pelo norte-americano Franz Boas. No que é considerada sua principal obra, *Casa Grande e Senzala* (1933), Gilberto Freyre diz que foi o estudo antropológico sob a orientação de Boas que revelou a ele o justo valor do negro e do mulato.

serem ocupados por pessoas brancas na cena do ballet clássico no Brasil? Descrever com mais detalhes a complexidade desta época que conta com a criação do Theatro Municipal e, posteriormente, o corpo de baile, é o nosso desafio abaixo. E, logo em seguida, apresentar os primeiros corpos negros que abriram caminhos.

O Theatro Municipal: Centro das artes Clássicas no Brasil

Podemos ler em Silva Junior (2008) que o Theatro Municipal foi inaugurado em 14 de julho de 1909⁵⁷, a partir do sonho de modernização da cidade do Rio de Janeiro, encabeçado pelo então Presidente Rodrigues Alves (1848 – 1919) e pelo prefeito Pereira Passos⁵⁸ (1836-1913). A proposta era transformar a recém capital do país em uma segunda Paris⁵⁹. Assim, é possível verificar em diversos jornais da época: O Rio civiliza-se⁶⁰ (SILVA JUNIOR, 2008), em uma clara alusão ao novo desenvolvimento da cidade a partir da abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) inaugurada em 1903.

O responsável pelo discurso inicial de inauguração foi Olavo Billac (1865 -1918), que naquela noite ressaltou para a sociedade presente que o Theatro era a joia que faltava na coroa da Rainha (BRITO JUNIOR, 1971). Certamente, toda a elite do país estava presente naquele evento. Assim, neste momento propomos um encontro fictício, nunca ocorrido entre dois grandes artistas brasileiros: Billac e Lima Barreto⁶¹ (1861-1922). Se dentro do Theatro o primeiro exaltava a modernidade e os ares franceses no Brasil, o segundo se encontrava lá fora criticando a ilusão de progresso às custas da falta de planejamento social,

⁵⁷ Ressaltamos que a inauguração aconteceu 4 anos depois do início das obras. O Presidente naquele momento (1909) era Nilo Peçanha (1867- 1924) e o Prefeito Souza Aguiar (1855-1935).

⁵⁸ Pereira Passos foi Prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro) entre 1902 e 1906 (nomeado por Rodrigues Alves) e realizou um dos maiores projetos de reurbanização da cidade, a construção do entorno da Avenida Rio Branco (antiga Avenida Central).

⁵⁹ Destacamos que naquele momento Buenos Aires também passava pelo mesmo processo.

⁶⁰ É importante ressaltar que em 1902 foi dado início ao plano de melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro: alargamento de ruas e o início de novas construções. Contudo este momento que para alguns representou o início do progresso na era da Republica para outros significou exatamente o contrário. Foi o momento do “bota abaixo”, expressão utilizada para ilustrar este período de higienização proposto pelo então prefeito Pereira Passos, foram derrubados morros, cortiços e negros/as e pobres se viram obrigados a sair da região central e habitar principalmente as favelas.

⁶¹ Um dos principais escritores do pré-modernismo que muito discutiu a temática do negro.

em que os negros/as e pobres impulsionados pelo “Bota abaixo” foram expulsos/as do centro formando as primeiras favelas e moradias populares do município.

A casa de espetáculos, realmente uma joia da arquitetura brasileira, foi construída em estilo eclético com belos vitrais no Art Nouveau, pinturas de Eliseu Visconti (1866-1944), esculturas de Rodolfo Amoedo (1867 -1941) e dos irmãos Rodolfo Bernadelli (1852-1931) e Henrique Bernadelli (1858-1936). Desde sua inauguração, o espaço recebeu os maiores artistas nacionais e internacionais, que apresentaram grandes espetáculos. Os corpos artísticos da casa, ou seja, os/as cantores/as, músicos/as, bailarinos/as, foram sendo estabelecidos ao longo dos anos que sucederam a inauguração.

O corpo de baile foi oficializado em 1936. Contudo, este processo nos remete a criação da Escola de Danças Clássicas do Theatro Municipal, atualmente, Escola Estadual de Dança Maria Olenewa fundada em 1927 por Maria Olenewa (1896-1965). De acordo com Sucena (1988) e Silva Junior (2002), o sonho de se criar uma escola de dança no Theatro Municipal teve início em 1913, uma vez que era necessário formar bailarinos/as para atuar nas Óperas. Foi preciso três tentativas para que em 1927, graças a abdicação e o desprendimento de Maria Olenewa com o apoio do crítico do Jornal do Brasil Mário Nunes (1886-1968) o sonho pudesse se tornar realidade⁶².

A proposta inicial era de que a escola pudesse servir como celeiro alimentador do corpo de baile, ou seja, como um centro formador de bailarinos/as para a companhia. Assim, ao longo de 08 anos subsequentes a escola preparou e profissionalizou seus alunos/as que passaram a integrar o corpo de baile. É importante ressaltar que todas as referências raciais daquele momento são europeias, com isso, durante a pesquisa não encontramos artistas negros/as no

⁶² É relevante ressaltar que o sonho de se fundar a escola só foi possível porque Maria Olenewa e Mario Nunes colocaram em uma das cláusulas contratuais que a Escola não daria ônus ao Theatro. Sendo assim, ela deveria se manter a partir de seus próprios recursos. Em Silva Junior (2002) e Sucena (1988) podemos ler as dificuldades enfrentadas pela fundadora que chegou a penhorar tapetes persas e joias para dar continuidade ao sonho.

corpo de baile⁶³. Na próxima seção destacaremos as/os primeiras/os negras/os a superar as barreiras impostas pelas questões raciais.

As primeiras negras tentam romper barreiras: Consuelo Rios e Mercedes Baptista

O início da década de 1940 foi marcado pela Segunda Guerra Mundial influenciando diretamente o desenvolvimento do Ballet Clássico em nosso país. Diversos/as bailarinos/as que estavam em temporada na América do Sul não puderam retornar à Europa. Dentre eles destacamos: Juliana Yanakieva (? - 1994), Thomas Armour (1908-2006) e Vaslav Veltckec (1987-1966) que estavam se apresentando no Theatro Municipal na primeira temporada internacional de bailados de 1939. A Companhia Original Ballet Russo com diversos artistas, dentre eles: Tatiana Leskova, Anna Volkova, Nely Laporte, Pierre Klimov, estava em tournée em 1942 pela América do Sul. Deste modo, todos passaram a integrar as novas companhias privadas que estavam sendo criadas, principalmente o Ballet da Juventude⁶⁴.

Com isso, tem início os concursos externos para ingresso no corpo de baile. Até 1945, só podiam ingressar alunos e alunas oriundos da escola de dança. Neste momento, começa a saga de Consuelo Rios (1923-2010). Nascida em Vitoria (ES), a artista formada em Educação Física chegou ao Rio de Janeiro com o sonho de se tornar bailarina. A princípio foi estudar com Anna Volkova no Ballet da Juventude. Em 1946, tentou se inscrever para o concurso. No entanto, Silva Junior (2007) descreve que ela foi a primeira vítima de racismo naquela casa. Em seu livro podemos ler:

Consuelo Rios, uma bailarina negra, havia sido vítima de racismo e, apesar de sua excelente técnica clássica, atestada por todos seus colegas, não conseguiu se inscrever no concurso do corpo de baile. Em 21 de janeiro, de 1981, Consuelo contou para o Jornal O Globo que foi

⁶³ Aqui, gostaríamos de esclarecer duas questões: 1- estamos cientes que uma das condições para se pertencer a uma raça é a autoidentificação, neste caso, nenhum integrante naquele momento trouxe a baila esta questão. 2- a questão sexual era mais evidente naquele momento, a profissão bailarina não era associada a moça de família e bailarino remetia diretamente a homossexualidade.

⁶⁴ Companhia criada por Sansão Castelo Branco (1920-1956) em 1944 com objetivo de constituir uma escola e uma companhia privada de ballet.

“impedida por um funcionário que a fez saber depois, por outra pessoa, que ali só aceitavam candidatas brancas, ou, pelo menos, mulatas disfarçadas (SILVA JUNIOR, p.19).

Anos depois, em conversas informais com um dos autores deste capítulo, Consuelo Rios afirmou que a decepção daquele momento foi tão grande que ela pensara em desistir de tudo. No entanto, foi sua professora Anna Volkova que a estimulou dizendo: “não dê armas aos seus inimigos... Se realmente quer ingressar naquele Theatro, estude bastante, se transforme em uma grande professora de ballet, a melhor deste país, assim você entrará”. De acordo com a bailarina, foram estas palavras de apoio que impulsionaram sua carreira. Determinada, passou a estudar e se dedicar ao ballet clássico.

Com isso, a bailarina negra estudou com os/as melhores professores/as brasileiros/as e estrangeiros/as, além de ter viajado diversas vezes para o exterior. Trabalhou como maitresse de ballet em Companhias brasileiras (Ballet da Juventude, Ballet Nacional do MEC e Associação de Ballet do Rio de Janeiro) construindo uma carreira de excelência e conquistando o respeito de todos que estavam a sua volta. Nos anos de 1960, Consuelo Rios era uma das professoras de ballet clássico mais respeitadas em nosso país. Assim, em 1961, foi convidada para lecionar na Escola de Danças Clássicas do Theatro Municipal e, após cinco anos, assumiu o cargo de maitresse⁶⁵ do corpo de baile do Theatro Municipal.

Consuelo Rios lecionou na Escola de Dança⁶⁶ até seu falecimento em 2010. Neste período, foi responsável pela formação de diversas gerações de bailarinas/os clássicas/os no Brasil. No Rio de Janeiro, todas/os os que atuam no Brasil ou exterior, formadas/os em 1961 e 2010, passaram por suas salas de aula e receberam seus ensinamentos.

⁶⁵ Maître e Maîtresse de ballet são os responsáveis por manter a unidade de trabalho e o estilo da companhia.

⁶⁶ É importante destacar que também foi professora de Educação Física do colégio Pedro II e atuou por diversas vezes como professora e maitresse convidada tanto do corpo de baile como de diversas companhias de dança. Para além de tudo isto, foi uma pessoa que nunca deixou de estudar. Ao longo de sua vida, sempre buscou conhecer novos métodos, técnicas de diferentes escolas de ballet, tendo viajado por diversos países para se especializar.

Ao longo de sua carreira, a professora não se envolveu diretamente com o movimento negro e suas lutas raciais, nem com o Teatro Experimental do Negro liderado por Abdias Nascimento (1914-2011). Contudo, sempre foi muito consciente das dificuldades encontradas pelos artistas bailarinos/as clássicos/as negros/as e constantemente indicava que seus alunos e alunas com grande talento tentassem carreira internacional, sobretudo no Ballet do Harlem⁶⁷.

Se Consuelo Rios não teve sua inscrição aceita em 1946, Mercedes Baptista (1921⁶⁸-2014) foi a primeira bailarina negra a ingressar no Corpo de baile em 1948. Sua biografia foi registrada no livro *Mercedes Baptista: a criação da identidade negra na dança* de Paulo Melgaço da Silva Junior. Nesta obra, podemos ler toda sua trajetória artística e o apoio recebido por Abdias Nascimento.

Natural de Campos, a bailarina mudou-se com sua mãe para o Rio de Janeiro, no início dos anos de 1940, com objetivo de tentar uma vida melhor. Seu primeiro contato com a dança foi em 1945 quando iniciou seus estudos no curso de danças oferecido pelo Serviço Nacional de Teatro, tendo como professora Eros Volusia⁶⁹ (1914-2004). No ano seguinte, ingressou na Escola de Dança do Theatro Municipal, tendo como professor Yuco Lindberg⁷⁰ (1908-1948).

Mercedes Baptista ingressou no corpo de baile no concurso de 1948. Em Silva Junior (2007) podemos ler que este concurso fora interno para os alunos da Escola de Dança, por isso ela conseguiu ser inscrita e aprovada. Contudo, não fora um concurso fácil, os/as candidatos/as tinham que realizar três provas eliminatórias diferentes. A bailarina negra já havia sido aprovada em dois destes exames. Porém, Mercedes não fora avisada da última e se viu obrigada a prestar

⁶⁷ Cia fundada por Arthur Mitchell (1934-2018) em Nova York. Ele foi o primeiro negro americano a se tornar primeiro bailarino em uma Companhia Clássica: New York City Ballet. O objetivo de sua companhia era criar oportunidades para bailarinos/as negros/as na dança clássica.

⁶⁸ De acordo com Silva Junior (2007) não é possível precisar a data de nascimento.

⁶⁹ Ex aluna de Maria Olenewa, é considerada como uma das criadoras da dança moderna brasileira.

⁷⁰ Yuco era estoniano, tendo chegado em São Paulo em 1921 e se mudado para o Rio de Janeiro em 1928. É relevante destacar que ele gostou muito de trabalhar com a aluna, tanto que criou diversos ballets para ela, dentre eles destacamos Iracema.

a última etapa com os rapazes⁷¹. Neste concurso entraram dois bailarinos⁷² negros: Mercedes Baptista e Raul Soares. No entanto, ingressar no corpo de baile não significaria dançar com o corpo de baile. De acordo com seu biógrafo, Mercedes pouco dançou no Theatro Municipal⁷³. Suas participações aconteceram em ballets com temas nacionais e em óperas. De acordo com a bailarina:

Tudo foi sempre muito difícil, mas quem iria assumir ou deixar claro que parte das minhas dificuldades era pelo fato de que eu não era branca? Nunca iriam me dizer isso, nem dizer que o problema era racial, mas eu sabia que era e, por isso, sempre lutei cada vez procurando me aperfeiçoar. (SILVA JUNIOR, 2007, p.21)

É importante destacar que o encontro entre a bailarina e o fundador do Teatro Experimental do Negro e do Comitê Afro-Brasileiro, Abdias Nascimento, foi de fundamental importância para o desenvolvimento da carreira de Mercedes. Em 1950, aconteceu o 1º Congresso Internacional do Negro no Rio de Janeiro⁷⁴. Para este evento foi convidada a bailarina norte-americana e pesquisadora de dança e cultura afro caribenha Katherine Dunham (1897- 2006).

Foi anunciado que seria oferecida uma bolsa de estudos para o/a bailarino/a negro/a que se destacasse nas aulas de Dunham. Mercedes fora a ganhadora da bolsa e, em 1951, partiu para Nova York⁷⁵. Ao longo de dois anos a bailarina dançou, estudou e aprendeu a desenvolver pesquisas e criar metodologia de aula. Ao retornar para o Brasil, em 1953, fundou o Ballet Folclórico Mercedes Baptista e deu início as pesquisas sobre a cultura afro brasileira⁷⁶. A Companhia passou a oferecer oportunidade para negros e negras pobres, empregados domésticos e porteiros⁷⁷ que, a partir de então, começaram

⁷¹ Para maiores informações vide Mercedes Baptista: a criação da identidade negra na dança de Paulo Melgaço da Silva Junior.

⁷² Para esta informação estamos levando em consideração a tonalidade da pele e a declaração dos dois bailarinos.

⁷³ É relevante destacar que pelo fato do corpo de baile possuir poucos bailarinos homens, Raul Soares participou de mais espetáculos na casa do que Mercedes Baptista.

⁷⁴ Organizado por Abdias Nascimento, Guerreiro Ramos e Edison Carneiro.

⁷⁵ Não fácil conseguir dispensa do Theatro Municipal, foi Abdias Nascimento que escreveu uma longa carta para a direção do Theatro justificando que a bailarina era pouco aproveitada na casa e esta poderia ser uma grande oportunidade tanto para ela como para o próprio Theatro.

⁷⁶ A partir deste momento Mercedes Baptista passou a ser considerada a criadora da dança afro brasileira.

⁷⁷ A bailarina dava aulas gratuitas na Gafieira Estudantina.

a ganhar estudos e uma nova profissão⁷⁸. Mercedes também retornou para o corpo de baile e sua situação continuou a mesma, ou seja, sem dançar no Theatro Municipal. Com sua Companhia Mercedes Baptista se apresentou em Teatro de Revistas, fez viagens internacionais e se apresentou no carnaval⁷⁹.

O ano de 1966 marcou o retorno de Mercedes Baptista à Escola de Dança. Naquela casa, ela criou a disciplina danças afro-primitivas onde lecionou até sua aposentaria em 1982. Assim, a Escola de Danças clássicas do Theatro Municipal possuiu duas professoras negras, muito capacitadas e experientes em suas linguagens. Nesta perspectiva, pelas salas de aula de Mercedes Baptista e Consuelo Rios passaram diversos/as alunos/as de diferentes etnias. As duas professoras em muito contribuíram para a formação e o encaminhamento de alunos/as negros/as fora do Theatro Municipal.

Como se trata de uma escola que possui o objetivo de formar bailarinos para o corpo de baile, a formação clássica tem prioridade. Assim, como professora de ballet clássico Consuelo Rio aconselhou e encaminhou um maior número de alunos/as para o exterior⁸⁰. Ao longo dos 92 anos de existência a Escola de Dança recebeu, ensinou e formou milhares de alunos e alunas. Assim como o corpo de baile que comemora 82 anos de fundação e possuiu milhares de artistas bailarinos/as. Entretanto, como um dos critérios para assunção da identidade negra é a autoafirmação não podemos precisar dados numéricos⁸¹ de quantos negros e negras passaram por estas instituições.

Porém, ao longo destes anos, não tivemos nenhum bailarino/a negro/a promovido/a para o cargo de primeiro/a bailarino/a. É importante ressaltar que as justificativas para este fato são muitas e vão desde questões técnicas às

⁷⁸ É importante destacar que naquele momento havia outra companhia formada por artistas negros: Teatro Folclórico Brasileiro fundada em 1949.

⁷⁹ É considerada como uma das percussoras das alas de passos marcado no Salgueiro na década de 1960.

⁸⁰ Neste texto, optamos por não citar nomes, mas destacamos que muitos alunos/as negros/as formados pela Escola Estadual de Dança Maria Olenewa participaram como estagiários do corpo de baile e que logo depois, alguns, desenvolveram carreiras em companhias privadas no Brasil, EUA e Europa.

⁸¹ Destacamos que ao longo destes anos muito bailarinos/as que passaram pelo corpo de baile não se autoidentificam como negros e negras.

questões físicas⁸². Contudo, lembramos que o ballet clássico no Brasil segue a tradição europeia. Neste aspecto, na próxima seção destacaremos o momento que o primeiro e único bailarino negro dançou um papel principal no palco do Theatro Municipal.

Seguindo os passos: Bruno Rocha, o primeiro bailarino negro a interpretar um papel principal nos palcos do Theatro Municipal

“O príncipe negro” (PAVLOVA, 2003), foi este o título de uma reportagem de duas páginas publicada no segundo caderno do Jornal O Globo no dia 18 de abril de 2003. A reportagem apresentava Bruno Rocha, o primeiro bailarino negro a protagonizar um ballet clássico no Theatro Municipal:

Aos 20 anos, o carioca de nascimento, mas mineiro por adoção, Bruno Rocha vai entrar nos arquivos das sapatilhas brasileiras ao assumir a personalidade do príncipe Albrecht, principal papel masculino do ballet ‘Giselle’, ao lado de ninguém menos do que Ana Botafogo, a mais experiente Giselle dos palcos daqui. (PAVLOVA, 2003)

Bruno Rocha é filho de uma empregada doméstica aposentada que criara sozinha os três filhos. Ele seguiu os passos de seu irmão mais velho e estudou ballet em Belo Horizonte. Ingressou como bailarino contratado do Theatro Municipal em 2000. Nas palavras de Pavlova (2003): “Bruno chega ao mais almejado cargo masculino do Municipal carregando nos ombros largos uma história perfeita para um Brasil que hoje é comandado por um ex- torneiro mecânico” (O GLOBO, 2º caderno).

No entanto, sua trajetória, assim como a de outros/as negros e negras não foi fácil. Teve que engolir muito sapo desde que calçou as primeiras sapatilhas para dançar ao lado de meninos e meninas de classes média e alta, invariavelmente de peles alvas (PAVLOVA, 2003). Com isso, a história do jovem

⁸² É importante destacar que o último concurso público para ingresso no Corpo de Baile realizado em 2012 foi oferecido vagas para negros/as pelo sistema de cotas. No entanto, nenhum/ma negro/a chegou a etapa final da prova, todos/as foram sendo eliminados/as ao longo do processo seletivo.

rapaz ilustra a história de muitos jovens negros e pobres que sonham ingressar em uma profissão pensada para corpos brancos.

A reportagem destaca que o bailarino enfrentou uma série de preconceitos ao longo de sua carreira e que foi preterido em muitos papéis pelo fato de ser negro. Como um dos autores deste texto era professor de história da dança na escola de dança naquele momento, ele pôde testemunhar diversos discursos que antecederam a estreia de Bruno Rocha. As falas foram desde a afirmação de que o bailarino não estava pronto para estreiar em um papel principal até que ele não possuía “*phisque du rôle*⁸³” para o personagem⁸⁴. Neste sentido, podemos concluir que as narrativas escutadas refletiam a dificuldade que as pessoas tinham em ver um negro executando um papel principal. Devemos ressaltar que o espetáculo foi um sucesso, que o bailarino se saiu muito bem ao lado da maior estrela da casa.

Bruno continuou e a partir daquele ano dançou diversos espetáculos como bailarino principal. Contudo, em conversa com um dos autores deste capítulo, em 2006⁸⁵, o bailarino afirmou que ao longo de sua carreira perdeu muitos papéis, até mesmo para bailarinos muito mais fracos do que ele, pelo fato de ser negro.

Atualmente, Bruno Rocha mora na Europa. Ele não chegou a ser promovido oficialmente para o posto de primeiro bailarino do corpo de baile do Theatro Municipal, mas, foi o negro⁸⁶ que caminhou mais longe. Na história do corpo de baile nenhuma mulher negra conseguiu ocupar papéis de protagonista nas montagens. Assim, a luta está posta e esta questão sempre volta à tona.

⁸³ Características físicas para o papel que iria desempenhar.

⁸⁴ Em relação a esta afirmação podemos destacar que Arthur Mitchell criou em 1984 o ballet *Giselle Criolo*, uma versão negra do ballet *Giselle* para ser dançada pelo ballet do Harlem. A versão muito bem aceita pela crítica e muito premiada mostrou quanto os negros e negras americanas são capazes de dançar ballet clássico.

⁸⁵ Quando o bailarino dançou em um espetáculo em homenagem a bailarina Mercedes Baptista.

⁸⁶ Ressaltamos que estamos levando em consideração a cor da pele e a autoidentificação do/da artista. Nas palavras de Consuelo Rios e Mercedes Baptista passaram pelo corpo de baile diversas/os negras/os disfarçados, ou seja, aqueles/as que conseguiam clarear a cor da pele com maquiagem e que não se autodeclaravam negros/as.

Em 2015, quando a companhia americana American Ballet Theatre promoveu a primeira bailarina negra ao posto de primeira bailarina⁸⁷ estas discussões tomaram corpo no Brasil. Mauro (2015) assinou a reportagem “Bailarinos negros dão piruetas em cima do racismo” para discutir o racismo no ballet clássico. Para tal, ele entrevistou o/as negro/as: Bethânia Gomes⁸⁸ e Ingrid Silva⁸⁹ e Paulo Melgaço⁹⁰, dentre as questões discutidas está o fato de ser negro/a no Brasil e nos EUA:

Aos olhos de muitos brasileiros, Misty Copeland seria considerada apenas morena, mas nos Estados Unidos, não. O professor explica que há uma diferença básica entre ser negro no Brasil e nos Estados Unidos. Enquanto aqui no Brasil, o negro é associado a características físicas, como cor da pele e tipo de cabelo, nos Estados Unidos, ser negro é mais uma questão de descendência. “Nós temos bailarinas negras no Theatro Municipal, mas eu não sei até que ponto elas se consideram negras ou são consideradas negras”, afirma.

Bethânia Gomes, que já foi bailarina da companhia Dance Theatre of Harlem (DTH) de Nova York e que agora vai dar um curso lá, ressalta que a “febre Misty” traz consigo uma bagagem de muitas outras bailarinas negras que foram abrindo as portas para que Misty chegasse onde chegou. “Misty não é um fenômeno e sim o resultado de uma longa jornada, não só dela, mas de muitas de nós”.

Melgaço explica que o racismo existe no Brasil, e que não é uma questão exclusiva do balé. “Quantos negros foram protagonistas da novela das 21h? Quantos negros foram presidentes do Brasil? (...) E se a gente pensar específico em termos de balé, você vai chegar à conclusão de que o balé clássico ainda vive o modelo europeu.” Ou seja, com bailarinas que tem o biotipo europeu. “A situação do bailarino negro no Brasil não é nem um pouco diferente da de qualquer profissional ou estudante negro no país. Ele sempre passa por preconceito sim, mas seu talento pode sucumbir ao preconceito por um tempo. Sinto o mesmo em relação ao bailarino clássico negro no exterior. A questão é que o balé é uma arte elitista e se diz de origem totalmente europeia. Tenho as minhas dúvidas quanto a isso para ser sincera”, diz Bethânia.

⁸⁷ Misty Copeland ganhou fama ao ser promovida no American Ballet Theatre, uma das principais companhias de balé clássico dos EUA. Ela foi a primeira negra a alcançar o mais alto posto na companhia, o de primeira bailarina (MAURO, 2015).

⁸⁸ Formada pela Escola de Danças, aluna de Consuelo Rios, que apesar de aprovada no concurso do corpo de baile do Theatro Municipal desenvolveu a carreira de bailarina no Ballet do Harlem.

⁸⁹ Iniciou seus estudos de ballet no projeto Social “Dançando para não dançar” no Rio de Janeiro, estudou na Escola de Dança Maria Olenewa e atualmente é solista do Ballet do Harlem,

⁹⁰ Professor e pesquisador da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa.

A realidade é que o Brasil, em especial o Rio de Janeiro, oferece poucas oportunidades para bailarinos/as negros/as. Neste ano, na Escola Estadual de Dança Maria Olenewa, temos uma aluna negra se formando, Marina Tessarin⁹¹. Ela nos relatou suas dificuldades, expectativas e esperança de futuro:

Apesar da luta de grandes figuras que deixaram seus nomes registrados na história do nosso país, o racismo enraizado em nossa sociedade afeta e muitas vezes exclui as pessoas negras da dança, principalmente no mundo do ballet clássico. É notável como a importação dessa arte europeia branca trouxe consigo um preconceito racial, eurocêntrico e elitista. Como uma bailarina ainda em formação, todo esse preconceito implícito já é bem evidente. Apesar de que algumas vezes as pessoas negras com tons de pele mais clara, como eu, sofram de forma mais branda; é inegável que o preconceito atinge à todos os bailarinos negros, em seus mais diversos tons de pele, que são submetidos à tentativas de embraquecimento irritantemente constantes.

Como se já não bastasse passar grande tempo a tentar esticar os cachos do cabelo tentando fazê-los caber em um penteado institucionalizado por mulheres brancas de cabelo liso, ou afinar os traços do rosto (principalmente o nariz) com maquiagem. Ainda temos que cobrir as pernas com meia calça clara enquanto o restante da pele exposta deve ser clareada com pan-cake para interpretar uma Sylphide, um Cisne Branco, ou outro personagem dos grandes ballets. E eu não consigo encontrar uma explicação que não seja racista do porquê de um ser etéreo não poder ter a pele escura ou o porquê do tutu já não ser um demonstrativo suficiente de que o cisne é branco, afinal, eu nunca vi alguém tentar escurecer a pele para interpretar Odile.

É reconhecível que os personagens que interpretamos estão distantes de nosso contexto. Mas um artista se forma justamente a partir da capacidade de interpretação de personagens e sentimentos dentro de contextos que não são necessariamente seus, claro que acrescentando um pouco de personalidade em sua releitura. Essa adaptação é a única forma dessa arte e suas respectivas obras perdurarem ao longo do tempo e se espalharem por cada vez mais espaços. Sendo assim, é injustificável que os papéis sejam distribuídos a partir do tom da pele de seus interpretes. Já que a cor da pele não o impossibilita ninguém de dançar ou interpretar tão bem quanto pessoas brancas, ainda mais quando se tratam de personagens verossímeis, que são a maioria dentro dos ballets clássicos.

⁹¹ Voltamos a reafirmar que o critério utilizado aqui foi o da autoidentificação. Ao mesmo tempo destacamos que para além de bailarina Marina é graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Dessa forma eu espero que o mundo da dança passe a não somente aceitar bailarinos negros, mas incluí-los por completo sem tentar embranquece-los ou moldá-los diante de um padrão aristocrático e branco. Permitindo também, que esses bailarinos agreguem ainda mais à essa arte que apesar de tão antiga ainda é bela. Eu espero de coração que tenhamos tanto lugar de trabalho quanto os brancos, que ocupemos tantos cargos e interpretemos tantos papéis quanto eles, para que quando uma criança negra cogitar a possibilidade de ser bailarina, ela não desista por falta de representatividade (Depoimento enviado aos autores via e-mail no dia 08 de abril de 2019).

Esperança para a construção de novos futuros

Esta é a nossa aposta: que no futuro bailarinos/as negros/as utilizem as “asas” e se apropriem das histórias de seus “ancestrais” a fim de construírem novas possibilidades em um cenário de luta e resistência. Por isso, defendemos o argumento de que as histórias destes/as e de outros/as bailarinos/as negros/as devam ser lembradas e utilizadas como ferramentas de solidificação da luta negra no Brasil. Bethânia Gomes aconselhou na entrevista a Mauro (2015).

Bethânia, por sua vez, deixa sua mensagem para os bailarinos negros iniciantes: “antes de mais nada, acreditem em vocês mesmos como seres humanos, que estão ali pra fazer o que amam, porque, como dizem, o amor não tem cor. Que tenham humildade no coração, mas não baixem a cabeça. E que vejam o racismo como um desafio, e não algo que os derrotem. E que façam muitas piruetas em cima do racismo. Até ele sumir”.

Nesta perspectiva, com o conhecimento de diversas referências e muita dedicação desejamos que estudantes de ballet negros/as consigam se profissionalizar, construir novos caminhos e, quem sabem, chegar ao posto de primeiro/a bailarino/a no corpo de baile do Theatro Municipal. Um lugar ainda inabitado por um corpo negro. Um palco ainda invisível.

Para tal, é importante levarmos em conta o papel dos projetos sociais e organizações não governamentais (ONG's) onde a juventude negra está tendo a oportunidade de iniciar e aprofundar seus estudos de ballet clássico e dança em geral. Como reflexo deste movimento estamos recebendo na Escola

Estadual de Dança Olenewa crianças negras interessadas em ocupar estes espaços.

Por fim, o que podemos verificar de comum em ambas as histórias aqui apresentadas e analisadas é que todos tiveram que ser o “melhor” para poderem superar obstáculos e conquistar o respeito em posições notórias. Em outras palavras, se o corpo negro não for nitidamente o “melhor”, o de “habilidade inquestionável”, ele ainda sofre para que suas potencialidades sejam reconhecidas como tal. Um exemplo prático é a não contratação de bailarinos negros no último concurso do corpo de baile do Theatro Municipal. Em um contexto onde mesmo com políticas públicas para negros, nenhum foi aceito para integrar a categoria.

É possível, portanto, observar que ainda há um longo caminho a percorrer, não somente no que concerne a dança geral e o ballet clássico, mas em todo o cenário brasileiro. Como expomos, pensar o que é ser negro, no Brasil, é um exercício constante de ir contra o que está posto.

Como destaca Fernandes (1972), o negro permaneceu condenado a viver em um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano. Para o autor, a fim de participar deste mundo é preciso que o/a negro/a e o/a mestiço/a saiam de sua pele, ou seja, se vejam compelidos a se identificar com o branqueamento psicossocial e moral.

A consequência, em larga medida, são formas de autoafirmação que são ao mesmo tempo formas de autonegação. Isto se mostra de forma evidente no ballet clássico, movimento incorporado em sua totalidade da cultura branca europeia. Assim, foi analisando este contexto que Abdias Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN). A companhia pôde, enfim, criar uma identidade dramática afro-brasileira. Este, ao lado de Mercedes Baptista, Consuelo Rios, Bruno Rocha, Bethânia Gomes, Ingrid Silva⁹² são exemplos notáveis de negros e negras capazes de inspirar, abrir caminhos e mostrar a

⁹² E muitos/as outros/as que não citamos neste pequeno artigo.

potencialidade do corpo negro para as gerações que estão por vir de juventudes negras que enfrentam um mundo contornado para não abraçar de forma espontânea⁹³ tal potencialidade.

REFERÊNCIAS:

- BARNARD, I. *Queer Race*. Nova York: Lang, 2004.
- BRITO CHAVES JR, Edgard. *Memórias e Glórias de um Teatro*. Rio de Janeiro, Americana, 1971.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, E (org). *A colonilidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLASCO, 2005, p.80-77
- FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Global Editora, 1972.
- GOMES, N. L. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MAURO, Mariana. *Bailarinos negros dão piruetas em cima do racismo*. Opinião e Notícia, online, 28 de julho de 2015. Disponível em: <http://opiniaoenoticia.com.br/brasil/bailarinos-negros-dao-piruetas-em-cima-do-racismo/> acesso em 30 de março de 2019.
- MIGNOLO, W. *Histórias globais projetos locais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MIGNOLO, W. *El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto*. In: CASTRO GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Org.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO /Siglo del Hombre Editores, 2007.
- NASCIMENTO, Abdias. *O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. 232 p.
-

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. 1. ed. [S. l.]: Brasiliense, 1985. 150 p.

PAVLOVA, Adriana. O príncipe negro: Bruno Rocha é o primeiro bailarino negro a protagonizar um balé clássico no Teatro Municipal. O Globo, Rio de Janeiro, 18 de abril de 2003, 2º caderno.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço. **Setenta e cinco anos**: A História que fez estórias. Rio de Janeiro: Imprinta –Gráfica e Editora Ltda, 2002

_____. **Mercedes Baptista**: a criação da identidade negra na dança. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

_____. Os grand-jetés que constroem uma história. In: Lee, Anna. Escola Estadual de Dança Maria Olenewa: um sonho feito em cores. Rio de Janeiro: Fundação Teatro Municipal, 2008.

SOMERVILLE, S. B. Queering the color line: race and the invention of homosexuality in American culture. Durham: Duke University Press, 2000.

SUCENA, Eduardo. A dança teatral no Brasil. Rio de Janeiro: Fundacem, 1988

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. In:

CONGRESSO ARIC, 12., 2009, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ARIC, 2009.

O Impacto das imagens na construção do sujeito

Arte – etnicidade – Educação

Por Renata M. Maia da Silva*

Introdução ou

De como tudo aconteceu

Este artigo é fruto tanto da nossa pesquisa em análise das imagens quanto da nossa prática como arte educadora em escolas públicas e refere-se à experiências bem-sucedidas de fortalecimento da noção de etnicidade e pertencimento por parte dos estudantes. A localidade estudada é a zona oeste do Rio de Janeiro, especialmente na região de Santa Cruz e Sepetiba, entre 1999 e a presente data. Nossa experiência é plural tanto na formação, quanto na prática. Trabalhamos como alfabetizadora, na pré-escola (cuja a concepção diferia bastante da de educação infantil à época), em escolas particulares e públicas, como professora universitária na faculdade de educação e como de jovens e adultos no projeto EJA da educação pública. Nossa área de formação relaciona a Educação Artística com ênfase em Artes Visuais à História Comparada.

A vivência de companheirismo e estudo tanto como coordenadora e professora do setor de arte da ETESC quanto como membro da equipe de professores do Ciep. Ministro Marcos Freire foram decisivas em nossa formação, pois cada grupo sempre contribui de alguma forma na construção de nossas ideias. É com base nisso que nossa proposta aqui é, além de um mero relato de experiências, um convite à reflexão de como as atividades docentes podem contribuir tanto na ampliação da estima do indivíduo, como na transformação do espaço social⁹⁴. Tal convite dirige-se tanto aos que trabalham como educadores

*Mestra em História Comparada pela UFRJ, Lato Sensu em Metodologia de Ensino Superior pela UniverCidade onde deu aulas de Arte e no curso de Pedagogia, licenciatura em Ed. Artística com ênfase em Artes Visuais pela BENNETT. Professora desde 1979, ingressa na rede pública em 1988 e na Rede FAETEC / ETESC em 1999 até a presente data.

⁹⁴ Partilhamos a compreensão freireana de que não existe neutralidade em termos de educação e de que ela, a Educação não deve ser nem só aparelhamento de dominação do estado nem apenas desmascaradora da ideologia dominante, mas que deve mirar essencialmente nos interesses humanos acima de quaisquer outras coisas. Pedagogia da Autonomia. Paulo Freire, 1996.

formais, quanto aos que de alguma maneira têm experiências como dinamizadores no campo cultural.

Ao longo dos anos, percebemos que certas aulas de história da arte causam diferentes reações entre os estudantes. Algumas são instigadoras para novos trabalhos práticos, outras levam a inúmeras conexões e, as que tem como tema central a Arte Africana, em especial as de Egito Antigo, fascinam, relaxam e trazem grande satisfação sendo possível elencar alguns motivos para tal sentimento.

Atualmente, face à crescente conscientização dos movimentos negros, das ações afirmativas e do aumento sensível do número de professores assumidamente negros ou que se reconhecem como não brancos, boa parte dos estudantes das escolas públicas se percebe também da mesma forma, daí a identificação com o Egito Antigo. É preciso assinalar, porém, que o estudo da antiguidade é feito em tempo reduzidíssimo na disciplina de história, cabendo aos professores de arte em geral propor algum aprofundamento aos estudantes, o que nem sempre é possível frente aos inúmeros desafios em relação à tecnologia que são enfrentados nas escolas públicas diariamente. Uma outra razão é que os estudantes que experimentam uma aula com projeção, bem estruturada, que propõe reflexões sobre a vida atual, respondem de maneira satisfatória à dinâmica.

Surgindo sempre uma profunda admiração pelos artefatos, murais e, obviamente pelas múmias. Ainda, a existência de farto material literário sobre o Egito Antigo oferecida desde jornaleiros até as bibliotecas escolares frequentadas pelos estudantes. Finalmente, mas não menos importante, a população carioca desde sempre fora exposta à Coleção de Egito Antigo do Museu Nacional, carinhosamente nomeado pelo povo como Museu da Quinta tornando o acervo próximo. Mesmo quem não visitara pessoalmente pode ainda acessar parte do acervo *on line*. Quem nunca viu, ao menos ouviu falar. O fato é que a cultura egípcia antiga permeia a *kinder cultura* seja nos bancos escolares, em jogos, revistas ou exposições de réplicas em *shoppings centers*.

Entre os professores amigos surgiu, a partir disso, uma brincadeira: “Se você tem alunos agitados, Egito Antigo neles!” e conseqüentemente nos surgiu o questionamento: Por quê? O que traz conforto e serenidade nestas aulas? Através da conjugação entre nossos estudos e diálogos com os pares, chegamos à conclusão que era bastante importante incluir o estudo da Arte Africana efetivamente em nosso plano anual, isso já em 1999, bem antes que a legislação o determinasse.

Um segundo questionamento seria como estruturar estas aulas e após discussão profunda tanto na equipe de artes da ETESC/ FAETEC, quanto do Ciep Ministro Marcos Freire, na região de Santa Cruz e Sepetiba respectivamente, optamos por, naquele momento, tratar a Arte Africana, com o mesmo respeito que merece a Arte Greco-Romana. Especialmente pelo fato de diante de tanto fascínio muitas ideias errôneas a respeito da antiga Cultura Egípcia, seu povo, tempo e lugar na História da Arte. Após a estruturação do currículo com a Arte Africana contemplada, no ano seguinte, incluímos da mesma forma a Arte Indígena e posteriormente a Arte oriental, a pedido dos estudantes que vinham de Itaguaí para a Escola Técnica de Santa Cruz, pois eram descendentes de japoneses. Obviamente, nesta fase, a arte greco-romana precisou perder espaço no currículo da escola técnica em função do tempo exíguo, mas no Ciep em Sepetiba, como contássemos com quatro anos do ensino fundamental, a professora Flavia Almeida e eu decidimos por trabalhar com um quadro de referência de inúmeras culturas, o que agradou bastante aos estudantes.

O que é uma aula de artes?

Para falar sobre o cotidiano das aulas é preciso demonstrar aqui a enorme confusão que se estabelece na mente tanto dos adultos, quanto dos educandos em relação ao que esperam da aula de artes. A prática nos mostrou que entre os pequenos de nada adianta perguntar o que desejam, o que significa a aula ou o ato de estudar, eles nos respondem de maneira mecânica e generosa o que queremos ouvir. É no dia a dia que percebemos que a aula de artes inicialmente é percebida como recreação, o que não seria de todo errôneo. Indagados, entre os adolescentes a resposta virá conforme seu grau de polidez, alguns consideram importante e outros se mostram arrogantes em suas colocações, especialmente em se tratando da escola técnica, uma vez que são reforçados em casa e mesmo nas instituições de ensino à lógica tecnicista e imediata do emprego do saber na vida de trabalho. Nossos colegas ao longo do tempo dividem-se entre admirar e ironizar nosso papel. O segundo grupo na verdade mostra-se com profunda amargura no ofício de ensinar e muitas vezes os vi lamentar não ter escolhido artes para lecionar. O fato é que arte-educação é o

caminho de alguns, daqueles que estão em dia com o prazer e a alegria, assim, nesta ordem e levam isto muito à sério.

Figura 1 Estudo das Dimensões e expressividade
ETESC- Foto:acervo pessoal-2015

Já bem jovem percebemos que havia algo de errado no currículo brasileiro. Que existem disciplinas supervalorizadas apenas pela tradição e que as disciplinas artísticas são as que poderiam trazer alento, brilho e resultado para nossa educação. As artes alternam posição ao longo do tempo: são reprimidas e incentivadas, num eterno efeito sanfona no currículo brasileiro. Enquanto isto, amargamos o sexagésimo terceiro lugar no ranking mundial da educação entre setenta países⁹⁵. Os esforços que vinham sendo desenvolvidos lentamente em

⁹⁵ Pelos dados da Unesco, braço de educação e cultura da Organização das Nações Unidas (ONU), divulgado em Nova Iorque a edição 2011 do *The Education for All (EFA) / Global Monitoring Report (GMR)*. Em um ranking com 127 países que mede o desempenho na educação, o Brasil ficou na 88ª posição. Apontava à época setecentas mil crianças fora da escola. Já em 2012, a Pearson Internacional e a

função da Educação e da qualidade de vida no país parecem não ter mais importância. São resultados catastróficos. Atualmente estamos em um momento tradicionalista e ao que nos parece sem aporte teórico ou plano verdadeiro para a educação brasileira. Para agravar mais ainda o panorama, o Rio de Janeiro atravessa uma crise imensa e sofreu um corte drástico no currículo do ensino médio, que ainda não foi revertido. Em razão desta dinâmica, as aulas de artes são pouco compreendidas no âmbito escolar.

O que seriam então estas aulas de arte na realidade? Inicialmente a função da arte-educação nas escolas é promover o pensamento criativo. Não tem como objetivo formar artistas, nem enfeitar a escola, mas se entre os estudantes estiver alguém com tal desejo, é na aula de artes que irá encontrar algumas ferramentas para aprimorar suas habilidades. É um espaço lúdico sim, mas essencialmente um espaço de conhecimento em que através de vivências variadas uma pessoa pode ir além da função denotativa das imagens, reconhecendo elementos emotivos que o levarão a compreender a poética imagética. Ainda, através dos estudos dos elementos visuais, plásticos ou

Figura 2 Altares para a Paz-ETESC
Foto: acervo pessoal-2010

gráficos, qualquer que seja o nome que se dê, é que o sujeito consegue compreender melhor as relações dos elementos supracitados dentro de uma obra e que pode atingir a dimensão poética dela. Dá-se a isso o nome de fruir. Posto isto, reforçamos aqui a necessidade não de ser artista, mas da formação específica para ser um arte-educador. Rejeitamos vivamente acomodações de outros profissionais no espaço do professor de artes. Não basta ser artista, artesão ou professor, é preciso ter uma educação e vivência estética, formação pedagógica voltada para

o campo artístico e profundo conhecimento das relações históricas e das artes,

partir do projeto The Learning Curve informava a penúltima posição para o Brasil entre quarenta países pesquisados. O ranking é elaborado a partir dos resultados de três testes internacionais, aplicados a alunos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. Em 2016 há a divulgação dos dados **do Pisa, prova feita em 70 países, em 2015, o Brasil ficou na 63ª posição em ciências, na 59ª em leitura e na 66ª colocação em matemática. No cômputo geral do IDH estamos em setuagésimo nono lugar entre cento e oitenta e nove países, assinalando queda.**

o que acredito que só se consiga através da formação universitária de Licenciatura em Artes, como o nome já diz.

Na aula de artes, quando se tem a experiência espacial da cor e das formas, se aprende não somente o que aquele artista nos propõe com seu discurso, mas essencialmente o que sentimos diante daquele trabalho, a qual miríade de pensamentos, emoções e reflexões somos levados. É onde pela primeira vez a maioria dos brasileiros irão conectar-se à estética. Suprimir ou esvaziar a aula de artes é, portanto, negar o conhecimento estético. Negar uma parte essencial do ser.

A Arte Africana e a garotada da escola

A primeira vez que tivemos contato com a discussão sobre a estética africana foi ao receber de uma colega que se aposentava em Paquetá, por volta de 1988/9, um livro sobre a cultura afro no Brasil⁹⁶. Um livro muito rico em imagens e informações que é baseado em relatos orais, mas que não nos dá todas as referências acadêmicas exigidas atualmente- *A Arte Negra na Cultura Brasileira*. A partir do momento em que nos debruçamos sobre a questão junto com colegas surgiram outros referenciais estrangeiros e foi um trabalho de formiguinha reunir informações, imagens e estruturar os textos para reflexões dos estudantes em aula.

Nos primeiros anos deste milênio, apesar de já contarmos com tecnologias como o data show, nas escolas do Rio de Janeiro ainda usávamos slides e projetores, vídeo cassetes cedidos e/ou custeados pelos professores da equipe. Aqui é necessário que se diga que em quarenta anos aproximadamente de magistério, na maioria das escolas os professores sempre comparecem com os recursos tecnológicos, os de artes muitas vezes precisam custear materiais

⁹⁶ Nesta época a Arte do Egito Antigo era ministrada nas escolas e faculdades como algo sem tempo ou lugar, como objeto mítico e pertencente à História da Arte Universal, uma vez que tal acervo ocupava e ainda ocupa muitas galerias de museus do dito primeiro mundo. O Egito não era visto, ou pelo menos veiculado como pertencente à cultura do continente africano. Atualmente é evocado muitas vezes como uma terra também mítica, de povo com coloração de pele escura em sua totalidade pelo senso comum. Ambas as visões desconhecem a história e formação da população do Egito Antigo e as características estéticas que norteiam a interpretação dos artefatos e objetos de arte produzidos por aquele povo no passado.

para aulas práticas e efetivamente, se a escola possui recursos tecnológicos próprios, em uma disputa para uso, de uma maneira geral o professor de artes encontra maior dificuldade.

A construção da arte africana no currículo de artes passou por levantar as nações que vieram para o Brasil, explicar a função social dos artefatos antigos dentro dos grupos étnicos, o tipo de arquitetura, a mitologia que sofre uma forte demonização por parte do fundamentalismo cristão, o papel da música e da estamparia. Era preciso forjar um referencial positivo que fortalecesse os estudantes e lhes desse segurança para afirmar-se como negro. Não somente o Egito, uma vez que o acervo fora dividido entre as nações colonizadoras, mas também as outras culturas tradicionais que eram contemporâneas e as referências artísticas principalmente dentro do Modernismo Brasileiro e na chamada Arte Contemporânea que era reconhecida como do final do século XX e do Séc. XXI. Assim, os estudantes experimentavam tanto o fazer criativo de máscaras, quanto a influência africana na obra de Picasso, a presença do Negro nas obras de Anita Malfatti e Tarsila do Amaral, bem como a obra plástica e musical de Heitor dos Prazeres.

A esta altura, começamos a achar importante conjugar também com acontecimentos históricos e a geografia política do continente africano, é importante reconhecer que a África é um continente vasto, com múltiplas influências étnicas. Foi bastante gratificante ver os estudantes da enfermagem em Santa Cruz, cujo curso era predominante negro, envolvendo-se em um projeto fotográfico utilizando cangas. Não eram ainda os tecidos africanos agora tão em voga no Brasil, eram suas próprias cangas de praia, mas tivemos um resultado na elevação da autoestima.

Discutíamos em sala de aula a respeito da abertura da palheta de cor para a mulher negra tanto em roupas, quanto em maquiagem e hoje a internet está cheia de jovens belas e seguras que apresentam variados e belos visuais, o que nos mostra que acertamos no caminho.

A partir das fotografias o grupo de professoras de arte criou um evento que era um desfile étnico. Considero um dos mais belos e originais trabalhos que criamos na ETESC. Aproveitando as características físicas um enorme e variado grupo de estudantes as professoras fizeram pinturas étnicas e estes alunos apresentaram uma performance- desfile em que transmutavam um enorme símbolo nazista em um símbolo Flower Power. Foram representadas diferentes culturas e etnicidades do passado e ainda resistentes no presente, de

aborígenes a ameríndios, diferentes do continente asiático e europeu e logicamente do continente africano. Infelizmente não haviam fotos digitais popularizadas e o registro ficou com uma estudante. Temos certeza que onde estiver ela relembra com orgulho.

Figura 3 Pintura corporal- atividade em grupo- ETESC. Foto: acervo pessoal- 2013

Destas duas experiencias supracitadas surgiram as aulas de pintura corporal em que os próprios estudantes nesta fase escolhem as formas, pintam, são modelos e fotógrafos. Adquirimos em casa, por outras razoes, um manual de motivos étnicos universais que nos serviu como referência e inspiração, como dizem, para trabalhos plásticos junto aos estudantes, que partiam destes ornamentos. Temos incentivado nesta pesquisa plástica a mistura de diferentes padrões étnicos e o uso do corpo como suporte.

Este trabalho foi bem recebido tanto entre os estudantes do ensino fundamental, quanto os do ensino médio técnico. Tivemos sempre o cuidado com o respeito ao outro, os limites do uso do corpo como suporte se tratando de estabelecimento de ensino e advertindo sobre questões alérgicas. O trabalho tem uma preparação previa e os estudantes podem escolher quantos no grupo serão distribuídos nos afazeres. O fato é que nesta atividade a segurança em relação ao próprio corpo, que é uma coisa tão difícil em nossa sociedade, ao experimentar diferentes padronagens de culturas diversas, os jovens podem exercer o lúdico teatral: ser o outro. O teatro é um espaço de representações em

que as simulações despertam experiências que podem abalar certezas. Sendo o outro nos despojamos com maior facilidade tanto de medos como preconceitos (PEIXOTO,1985). É possível perceber a beleza da própria pele em contraste com as cores variadas fazendo com que o jovem se reconheça como belo e que valorize a possibilidade de estar e dialogar com outros. Não há exercício melhora para a criação coletiva (IBID.).

Figura 4 Emily Silva, pintura corporal ETESC-atividade coletiva. Foto: acervo pessoal-2014

Especificamente sobre as aulas de História da Arte com olhar voltado para a Arte tradicional Africana seguimos pesquisando particularmente e, como por volta de 2010 os museus de grande porte já estivessem com grande parte do seu acervo *on line*, foi mais fácil conhecer especificidades de cada nação africana que fosse de alguma forma relacionada mais proximamente com a cultura brasileira. Neste mesmo movimento produzimos particularmente três aulas com imagens em Ppt: uma de Arte tradicional africana, a segunda sobre as origens do rap e o grafismo parietal através dos tempos chegando até os movimentos de arte urbana e a última sobre Heitor dos Prazeres, contando com áudio.

A aula sobre a Matriz africana tradicional termina relacionando à procissão chamada Balaio ou Presente à Iemanjá que se repete anualmente em Sepetiba e a de Heitor dos Prazeres com a presença forte de seus familiares na Pedra de Guaratiba e um Ciep na mesma localidade em seu nome. Geralmente durante e após as aulas estas imagens organizadas em aula expositiva e exploradas como provocações suscitam debates, identificação e especialmente as aulas de Heitor dos Prazeres no Ciep Marcos Freire em Sepetiba terminavam com as crianças animadamente cantando a marchinha do *Pierrô Apaixonado*. Outra identificação era o fato de Heitor ter sido exímio capoeirista, que era explicado para contextualizar a marchinha, uma vez que surgiu em razão de confusões com um marinheiro francês que engraçara-se com uma mulher que Noel Rosa estaria interessado.

Ainda, por Sepetiba possuir um dos primeiros monumentos em honra à capoeira. Trazida por um aluno do Ciep, a foto do monumento foi imediatamente incluída na aula de Matriz africana. Outra experiência importante fora a criação da peça: *O Segredo de Ossayn*, escrita coletivamente e adaptada do mito Yoruba. Além de contar com as vestimentas e adereços produzidos pelos pré-adolescentes, foi introduzido o personagem Ogum, que originariamente não figura neste mito, em razão de forte devoção local por São Jorge, sincretizado a Ogum. A maior recompensa por este trabalho exaustivo foi ver muitos estudantes evangélicos se envolverem livres de preconceitos no projeto. E a revelação de um aluno mais velho que pouco produzia diante de dois atabaques que havíamos conseguido para fazer a percussão da peça. Ele deu um show, eu me emocionei e naquele dia fizemos o Ciep entender que peça na escola não é teatrinho. É Teatro. Assim como filmes produzidos na ETESC pelos estudantes sob nossa orientação desde 2001, são Cinema! Mas esta já seria outra história a ser contada.

Materiais Oficiais

Sempre existiu uma grande dificuldade em obter materiais visuais para as aulas de História da Arte que servem como alimentação para a produção artística estudantil, assim como materiais para a prática discente também. Até 2010 não contávamos com livros de Arte adotados nas escolas oficiais. Buscando mesmo assim por livros didáticos de educação artística na década de 90 encontramos alguns títulos que eram fortemente ligados ao desenho geométrico e extremamente tecnicistas.

A partir do ano 2000, surgem algumas publicações melhores, conteúdo História da Arte, mas ou ignoravam a cultura Afro-brasileira ou a Matriz Indígena. Recebemos então, via município do Rio, dois materiais suportes para aulas, o *Arte Br* e o *Autonomia Carioca*. Eram dois conjuntos de imagens em excelente impressão e tamanho relacionados à Arte sem recorte temporal específico, sem menção a arte Afro-brasileira ou Ameríndia. O *Arte Br* trazia cadernos para o professor que eram mais manuais de como lançar propostas de fruição para alunos que algo informativo sobre as obras e artistas. Em outras palavras,

nenhum dos dois materiais pós ano 2000 tinham o objetivo de incluir uma discussão a respeito de nossa ancestralidade africana ou indígena.

Obtivemos em 2005, por ocasião de uma visita à Pinacoteca de São Paulo, um belo material que perfazia um calendário anual com belas pranchas de obras especialmente de artistas paulistas modernos. Com apenas as informações de nome da obra, materiais, lugar de exposição ou pertencimento à acervo. Tal e qual os dois outros materiais, apenas por ser um calendário vinha registrado nas efemérides o Dia do Índio e da Consciência Negra.

Exatamente no ano 2000, durante a *Mostra Brasil 500 Anos*, aconteceram diferentes palestras para professores e , em uma delas, localizada no Instituto Metodista Bennett, pelo que recordo, apoiado pelas instituições governamentais, fomos com nossas companheiras de equipe das duas escolas assistir as palestras, cheias de entusiasmo pelos ventos de brasilidade e orgulho que dominavam nosso território de norte a sul. É importante enfatizar que não havia assentos para todos os professores e nem o material que seria posteriormente distribuído. Sentamo-nos no chão e tivemos que ser ágeis para conseguir o conjunto de imagens *Brasil+500 Mostra do Redescobrimento*.

Todas estas coisas os professores brasileiros fazem com alegria, cruzam distâncias para assistirem palestras e aguardam ansiosos por merecer um conjunto de imagens ou serem sorteados para captar um ônibus que levem alunos a exposição, mas estas mesmas coisas são uma prova contumaz do eterno descaso com a educação e das eternas efemérides, rasgos de preocupação com a educação que são pontuais, ineficazes e que se desvanecem rapidamente. Fruto das políticas comemorativas, ufanistas e uma herança sinistra das ditaduras que o país experimenta quando em vez.

Mas, o que nós desejávamos? Um material, como muitos vendidos em livrarias sobre artistas estrangeiros em que aparecem textos explicativos sobre a vida e a obra, o contexto social e os conflitos em que o artista mergulhara em seu processo de criação. Ainda, no caso brasileiro, equidade na escolha entre obras produzidas de artistas de diferentes etnias.

Este último material referido foi objeto de uma análise mais criteriosa e sistematizada. Nos serve para analisar a invisibilidade do artista negro e indígena. A seguir apresentamos a tabela produzida e nossa análise dele.

Tabela e Análise

Brasil+ 500 Mostra do Redescobrimento – Brasil 500 anos Artes Visuais- Sesc São Paulo					
Obra / século	Artista	Artista etnia	Imagem remete à cultura afro-brasileira ?	Texto citação	Observações
Autorretrato-tirando as peças do forno /década de 80 séc. XX	Noemisa Baptista dos Santos	Apresentada como artista popular do Vale do Jequitinhonha.	Não, as figuras lembram muito mais figuras de licocós da arte indígena.	A” tipologia das figuras é a mesma, os padrões formais se repetem: o modo de criar os cabelos e de cavar as orbitas oculares, a redondeza dos sapatos...”	Apesar do organizador denominar como um autorretrato, foi possível averiguar que uma outra composição denominada ceramista apresenta a mesma temática com pequenas alterações. A artista apresenta uma forma de colorido usando terra cota semelhante ao antigo padrão grego. Neste caso os humanos invariavelmente têm sua pele feita de argila clara, enquanto os animais em barro

					vermelho, os adornos em branco.
Pintura Baiana / XIX	Anônimo	Desconhecido	Sim, retratando uma mulher negra em pose de dama.	“não abandona suas origens, enfeitando-se com voltas e voltas “a imagem vibra em extravagante , porém harmônico, jogo de contrastes”	O texto não menciona objetivamente e nem balangandãs nem joias de crioula.
Conjunto escultórico em madeira Templo de Oxalá/ XX	Emanoel Araújo	Apresentado como artista baiano multidisciplinar. Auto declarado negro	Sim, nos padrões esculturais geométricos simbolizam o templo do maior orixá.	“inspiradas na cultura afro-brasileira cada uma das peças que compõem a obra evoca a expressão formal sintética e a solução plástica próximas das que se observam em trabalhos da escultura religiosa africana”.	Apesar do artista ser um expoente da arte afro-brasileira e ser auto declarado negro, além de seu trabalho versar em torno da cultura ancestral negra no Brasil o texto o classifica apenas como baiano. Não cita no texto elementos estéticos de origem africana que contribuem para a arte moderna e contemporânea presentes neste conjunto escultórico.
Jogo de Bornais do cangaceiro Zé Baiano: as	Zé Baiano?	Apontado como negro na literatura a respeito,	Sim, nos padrões geométricos.	“o cangaceiro é vaidoso” “(...)flores,	A chamada Arte do Cangaço constituía-se

flores da Bahia. Grande Chapéu de couro, de chefe cangaceiro: da efígie de Pedro II à Flor de Lis, passando pelo signo de Salomão/ XX		mas não mencionad o no material.		floretas, rosáceas, mandalas variadas-formas de movimento, giro e expansão. Explosão de cor e luz convivendo com a esterilidade da terra sertaneja".	em trabalho coletivo nos meses mais quentes do verão em que se abrigavam em alguma propriedade no sertão. É possível que o Bernal fosse feito pelo próprio. cangaceiro que era negro.
Pintura 12 / séc. XX	Rubem Valentim	O texto reporta-o como representante da arte afro-brasileira e como ativista assinalando "inclinação ideológica".	Sim nos motivos afro emblemáticos que remetem à "ferramentas de orixás"	"A pintura que aqui se apresenta integra o conjunto das obras executadas durante a estadia italiana do artista(...)evocam elementos presentes nos cultos afro-brasileiros". "um dos maiores artistas representantes da cultura afro-brasileira"	É frisado sua formação autodidata e sua permanência em Roma, posteriormente ganhar a direção do Ateliê Livre da UNB durante cinco anos. Frisado também sua participação de caráter ideológico na cultura afro-brasileira e na cultura baiana(?).
Pintura Retrato dos anões da rainha Maria I de Portugal /séc .XVIII	José Conrado Roza	Artista português que reúne pouca documentação. Sucessor de seu pai no cargo de pintor de Sua Alteza na Corte. Só possui esta única	Sim em sete personagens negros e um indígena todos apresentando nanismo e um com vitiligo.	"Nessas pinturas há um interesse quase científico".	Trata-se de uma forma de retratação documental com anotações complementares dos nomes, procedência, estatura. O texto assinala

		composição remanescente e uma versão em Portugal com pequenas diferenças.			interesse científico na retratação e cita uma linha ibérica de retratação da época. Utiliza o termo raça.
Escultura São Joao Nepomuceno/ séc. XVIII	Antônio Francisco Lisboa- O Aleijadinho	O texto cita a paternidade portuguesa e a mãe escrava.	Não, pois o santo representado é branco.	“caracteriza-se pelo grande impulso inventivo que resulta em obras que fogem aos preceitos” (...)de “tradição europeia”.	Classifica como o maior artista barroco brasileiro, mas apenas deixa nas entrelinhas sua descendência africana.
Escultura Santo Elesbão /séc. XVIII	Anônimo	Desconhecido	Sim, Santo Elesbão que é na mitologia cristã o Rei cristão dos etíopes	----- ----	A obra pertencente à Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Olinda.
Instalação Altar (Peji) de Iaô/ séc. XX (2000)	Ronaldo Pereira Rêgo	O texto frisa o autor de ancestralidade europeia com exploração plástica em religiosidade e diversa incluindo ioruba, sendo iniciado religiosamente na umbanda completando à época do trabalho vinte anos.	Sim, por ser uma configuração altamente baseada em cultos religiosos afro brasileiros.	“Ronaldo Rêgo é um artista que vem da cultura europeia, branca, clássica.”	Descreve a obra revelando muito mais características do candomblé e apresentando características de nação Angola e Ketu.
Conjunto escultórico	Manuel Fontour	Denominado no texto	Sim, mas muito	“E, consciente	Pelos traços físicos

Cata-vento Toré/ sem data	a -Nhô Caboclo	caboclo (para mestiço de indígena e negro).	pouco. A presença de algumas figuras humanas negras na peça remete às nações indígenas hibridizada s com negros, mas que em geral se assumem como pertencent es a etnias indígenas.	dessa sua origem cabocla , que faz questão de salientar e realçar ele a reafirma (...).	poder-se-ia dizer que o artista é negro, mas ele se assume como caboclo cujo termo envolve etnicidade indígena e ao mesmo tempo a vida cultural interiorana brasileira. O artista retrata muitos ritos indígenas que se mantem vivos.
Escultura Dan / sem data	Mestre Didi	Apresentad o como artista baiano , supremo sacerdote do culto de Eguns.	Sim, Dan é uma serpente sagrada do povo Jeje e na cultura Nagô identifica- se com Oxumarê, a “ serpente do arco íris ”	“ Artista baiano e supremo sacerdote do culto aos Eguns ”. “A obra de Mestre Didi não pode ser desvinculada de sua prática religiosa ”	Enfatiza muito o sentido da arte e os materiais sagrados dos quais é feita, mas deixa de lado elementos estéticos que fizeram deste artista vencedor de uma quantidade acentuada de prêmios mundo afora.
Sem título/ séc. XX	Fernand o Diniz	Apresentad o como baiano, mulato e de origem humilde e sugere ser filho de mãe solo, o que na	Não. O artista escrevera na tela a palavra japonesas e há diversos leques e flores, um	“Baiano, mulato de origem humilde”. “seu repertório é o mundo- especialment e o universo burguês ”	Prende-se estritamente a descrição de sua vida pobre, seu problema de saúde mental. Cita suas produções

		ocasião era visto como algo problemático na sociedade.	par de olhos em meio à linhas dinâmicas que demonstram uma ordenação em movimentos e imagens rebatidas.	Suas imagens-muitas evocam(...) as pinturas do francês H. Matisse-introduzem-nos(...) em um clima onírico.	no cinema e artística vasta sem aprofundar da criação de uma estética própria limitando a chamar de inventário e memória.
Manto da Apresentação /sem data	Arthur Bispo do Rosário	Apresentado apenas como artista sergipano, apesar de seus traços físicos serem clara comprovação de ser descendente de negros.	Não. A riqueza de colorido e formas, bem como o material aproxima a visualidade e de seu trabalho às vestimentas ricamente decoradas dos folguedos populares brasileiros.	<p>“não se conhece muito a respeito deste artista.”</p> <p>“Bispo ordena, classifica, agrupa e reagrupa, inventaria”.</p>	Apesar do artista ser muito conhecido e ter sido mostrado em diferentes exposições, com inúmeros trabalhos o texto inicia dizendo que não se conhece muito a respeito dele. O trabalho é um manto feito para alcançar a graça de ser recebido por Deus e além de rogar por si, iria também pedir por seus amigos cujos nomes estão bordados na parte interna. A parte exterior apresenta diversos símbolos

É interessante notar como assunto de ser negro é delicado. Embora artistas como Gilberto Gil tenham lutado a vida toda para enfatizar a beleza da cultura e do povo negro no Brasil, o termo negritude em uma afirmação positiva, ainda existe enorme tabu em discutir as questões do povo negro e em alguns casos assumir-se como tal. Nos últimos vinte anos avançamos um pouco, mas ainda é bastante difícil falar com objetividade deste assunto sem que haja constrangimento. Não iremos nos alongar aqui nas inúmeras formas de criar termos alternativos para o Povo Negro. O fato é que, para evitar o confronto, durante a história brasileira temos minimizado como sociedade este assunto. A questão da mestiçagem tornou-se também outro problema, pois ouve um desgaste deste conceito uma vez que abrigou todos estes anos uma forma de preconceito velado. O fato é que existe a mescla cultural, mas as oportunidades não são iguais, o caso dos indígenas é igualmente sofrido com extrema pressão e genocídios.

Durante os festejos do Brasil 500 anos tivemos uma exposição nomeada Negro de Corpo e Alma, sucesso que contou com uma robusta publicação de catálogo. Apesar disto, o conjunto de imagens ofertado aos professores no evento supracitado não apresenta nenhuma menção à Arte Afro-Brasileira.

O conjunto *Brasil+500 Mostra do Redescobrimento*, conta com 34 imagens em papel de alta qualidade e as reproduções igualmente bem impressas. Na parte frontal, a imagem e a logo da mostra no canto superior esquerdo; no verso, as informações sobre a obra e informações sobre o artista. No pé de página, uma contextualização histórica. Destas trinta e quatro obras,

quatro são declaradamente Arte Indígena, uma paleoindígena e outra de Lygia Pape que consiste na instalação denominada Manto Tupinambá que remete ao Manto Tupinambá original, também integrante da coleção. As outras obras falavam dos artistas sob o manto da miscigenação. Surgiu então, novamente uma questão recorrente nossa quando se trata de Arte Brasileira: Onde estão os artistas negros? Eles não existem?

É possível observar no quadro demonstrativo que os artistas são nomeados geralmente como caboclos, mulatos ou artista popular. Quatorze obras foram selecionadas para análise por suscitarem uma hipótese de que se tratasse de obras de artistas negros. As outras quatorze restantes foram separadas por não tratarem de temáticas sobre o povo Negro, nem apresentarem nenhuma descrição que nos levasse a questão colocada anteriormente.

Deste grupo é preciso destacar apenas a obra de Tarsila do Amaral nomeada *Segunda Classe* que apresenta um grupo de passageiros de trem bastante pobres, com traços miscigenados, mas em que a carga temática recai muito mais na questão da classe social que na da negritude, possivelmente pela marcada presença das questões propostas ao mundo pela revolução de 1917 na Rússia. Todos apresentam a tez pálida, magreza e olhos tristes. Para nós é percebida, portanto, como uma temática sobre a pobreza.

Não nos debruçamos sobre a questão da arte indígena porque, apesar de serem quatro obras demarcadas como tal e uma outra fazer alusão, não havia

nenhum artista indígena destacado, o que percebemos como verdadeiro apagamento da Arte indígena na cena contemporânea. Não havia elementos, pois, para avançar nesta pesquisa dentro do acervo deste material.

A primeira obra analisada no quadro refere-se à uma escultura em Terra Cota de Noemisa B. dos Santos, que neste material é apresentada apenas como artista popular do Vale do Jequitinhonha e cujo nome da obra, apresentado no material, sugere ser um autorretrato. Esta confusão se desfaz quando analisamos a foto da artista pela internet. É uma mulher simples, com traços tanto de ancestralidade negra, quanto indígena, além disso, como é comum em artistas populares, ela tem outra obra com a mesma organização das massas e cores, bem como temática e nomeia de *Ceramista*.

Analisando seu conjunto de obras pudemos chegar à conclusão de que: assim como artistas ceramistas na Grécia Antiga costumavam atribuir cores para figuras masculinas e femininas dentro da estética figura negra sobre fundo vermelho, Noemisa faz uma estética em que seres humanos são representados como figuras em argila clara e animais com barro vermelho. Como fosse filha de ceramista e esta atividade fosse sempre em grupo de mulheres, é bem provável que ela tenha aprendido esta maneira de organizar as massas pelas cores e que tenha a partir daí criado uma estética própria. Vale lembrar que na arte popular tamanho e cores são absolutamente afetivas, dentro de uma corrente estilística expressionista.

Na obra Baiana, de autor desconhecido, destacamos no texto que acompanha a imagem a frase: “a imagem vibra em extravagante, porém harmônico, jogo de contrastes”. Nos parece claro neste texto um preconceito velado no referido exotismo da figura negra, assim retratada idealisticamente, como um ícone de poder. O texto faz menção às joias, mas não cita nem como Balagandãs ou como Joias de Crioula que é a forma como são reconhecidas na Arte brasileira e estimadas entre a população negra ativista, tal tratamento demonstra não significar a obra como arte Afro-brasileira.

No quadro de análise, em lilás encontram-se os elementos referentes a dois artistas de grande valor, negros, com enorme acervo produtivo. De Fernando Diniz a descrição no material faz questão de minimizar seu trabalho de criador de história e de todos os desenhos para a animação *A Estrela de Oito Pontas* produzida por Marcos Magalhães e Claudia Bolshaw, conquistando dois prêmios no Brasil e um em Havana. Enfatiza somente seu problema mental. É dito baiano, mulato e que seu repertório de incluindo especialmente o “universo burguês”.

Todas estas atribuições são preconceituosas, nem mesmo o nome da animação e as premiações foram mencionadas. Sobre Bispo do Rosário, omite ser negro assinalando apenas sergipano e começa o texto com a afirmação “não se conhece muito a respeito deste artista”. Também atem-se muito mais às questões de sua enfermidade que de suas pesquisas estéticas. A obra retratada simplesmente é de absoluta contemporaneidade, elementos simbólicos, colecionismo, a inclusão de técnicas populares como o bordado para criação de estética própria. Muitos artistas no Brasil a partir daí incluíram o bordado como técnica, mas quase nenhum chegou a desenvolver trabalhos geniais como os dele. A exposição *Arte do Inconsciente* foi um ganho enorme para a sociedade brasileira, entretanto nos parece que estes dois trabalhos estavam no acervo dos professores apenas para constar, sem ser dada a mesma importância que a referida exposição na mostra.

Curiosamente estas duas obras não vieram com a costumeira contextualização histórico social no pé de página, como se os artistas do inconsciente não estivessem vivenciando à sua maneira as agruras as quais toda sociedade brasileira estava imersa. O fato dos dois terem experimentado prisões e sido submetidos a choques está relacionado aos dispositivos de poder e opressão próprios dos regimes autoritários.

As obras selecionadas de artistas ultrapremiados como Rubem Valentim, Mestre Didi, ou Emanuel Araújo não são analisadas com ênfase na parte estética, apenas no *sentido da arte*, fazendo alusão a seu papel dentro da religiosidade, diferente do que é analisado na obra de Aleijadinho que fala sobre

elementos estéticos e inventividade. A própria escolha da obra é, no entanto, curiosa. Entre tantos anjos de características negras, foi escolhida a representação de um santo branco. Em contrapartida, a representação de Santo Elesbão, um etíope, infelizmente é proveniente de um artista anônimo, revelando um racismo estrutural bem antigo, mas que nos deixa pistas de ser um artista negro, pois pertence à Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Quem mais poderia esculpir tal santo para este grupo que não fosse um integrante ou simpatizante?

Na própria descrição de Aleijadinho referem-se à sua mãe como escrava e não uma mulher negra, o que se feito, demonstraria novas formas de contar uma história. Conforme assinalado anteriormente, em nenhum momento é dito claramente que os artistas analisados são negros, mesmo quando era possível identificar fisicamente. O mesmo acontece com Manuel Fontoura, Nhô Caboclo. O texto informa que é cômico de sua “origem cabocla” sem explicar que trata-se de uma forma popular no interior do Brasil de referir-se a uma dupla etnicidade, alguém que seria mestiço de negro e índio. A obra apresentada, assim como outras de seu acervo apresenta algumas figuras humanas negras que remetem às nações indígenas hibridizadas com negros, mas que em geral se assumem como pertencentes a etnias indígenas.

Durante algum tempo o conceito de raça esteve em desuso nos discursos acadêmicos, foram integrados nas discussões os de etnia, que abarcaria o fato das pessoas se auto declararem como negras e enfatiza relações de pertencimento. Na atualidade, no entanto, muitos ativistas negros preferem voltar a assinalar expressões como *raça* para evidenciar a sua *negritude* e discutindo as questões relacionadas a oportunidades trazendo novos conceitos como o do *colorismo*. A fala de Stephanie Ribeiro, em matéria apresentada no site Geledés, nos mostra que “*Ser negro não é um sentimento, muito menos uma vontade. Ninguém acorda querendo e se sentindo negro e passa a ser. Precisamos hoje entender que raça, não no quesito biológico, mas no quesito social, ainda impacta indivíduos negros.*” Na verdade, o conceito de etnicidade negra não fica excluído, mas explicado de forma mais completa, pois leva em consideração o perceber-se negro, que resulta no fato de sentir impactos do que

vem a ser não uma escolha, mas uma condição. É nesta direção que a escola, de uma forma geral precisa trabalhar. Problematizando e debatendo. É preciso começar desde muito cedo discutindo as falas de Emília sobre Tia Anastácia, sobre os papéis em novelas e no cinema, sobre os artistas e intelectuais negros não só da música ou futebol. É preciso discutir também os artistas indígenas e de outras etnicidades presentes no Brasil. Também discutir sobre os termos mulata e enfezada, enfim, sobre a história das relações sociais no Brasil. É desta maneira que a escola deve trabalhar na superação dos obstáculos. A arte pode ser o ponto em que se apoie para a busca de soluções diante dos desafios.

A mostra geral do *Brasil 500 Anos* também contou com uma exposição específica denominada *A Arte do Cangaço*. A obra escolhida para o acervo fora um chapéu de couro e o jogo de bornais de Zé Baiano, cangaceiro. O texto fala sobre a vaidade no cangaço e das variadas formas nos bordados e aplicações, entretanto não menciona fato importante presente nas explicações da exposição: os próprios cangaceiros, durante os três meses mais quentes do verão, tiravam férias, em sítios e fazendolas para confeccionar roupas e apetrechos de montaria de prata, couro e bordados.

Desta maneira é possível pensar que o próprio Zé Baiano, de fortes traços negros, tivesse participado da confecção dos apetrechos de farda. A exposição sobre o cangaço enfatizava que, no bando de Lampião não ingressava homem que não soubesse costurar. Ainda a inclusão de símbolos da coroa nas vestimentas apresenta um valor estético que combina prata e ouro, uma demonstração de riqueza e de um poder paralelo revelando um sentimento de emulação bastante comum em grupos subjugados que entram em rivalidade com seus opressores. A Arte como forma de luta (WEBSTER,2003 p:29)⁹⁷ e resistência.

⁹⁷ Jane Webster é arqueóloga histórica na Universidade de Newcastle, no Reino Unido. Seu enfoque de pesquisa é a colonização, tanto no início do império romano quanto no séc. XVII no Caribe. Defende que a arte é nos casos de colonização uma forma de resistência através da emulação e que nenhum povo é por natureza violento ou guerreiro simplesmente, ele reage às pressões que atravessa em determinados tempos históricos. Certos comportamentos não são inerentes aos grupos e sim traços de etnicidade desenvolvidos frente aos acontecimentos, não existindo por exemplo pan indigenismo e sim substratos comuns e igualmente com uma complexidade de diferenças, devidos às circunstâncias socio-históricas e geográficas nas quais se encontram. Este conceito pode ser importante para entender e operar com as diferentes etnias que se encontram no Brasil.

José Conrado Roza é um artista português cuja obra contida no conjunto precisa ser sempre discutida com os estudantes. O texto fala de interesse científico e toca no termo raça. O fato é que toda a ciência desenvolvida no século XVIII era calcada no fisiologismo, portanto a aparência dos anões de D. Maria I era matéria de interesse para um pintor da corte, com produção inexpressiva, que esmerou-se em documentar detalhes como altura e peso. De certa maneira o texto naturaliza esta atividade. São necessárias as indagações a respeito da prática de divertir-se com pessoas que tem nanismo como se fossem brinquedos, desumanizando-as e sobre a observação das mesmas tal qual se faz a objetos.

Nesta linha de problematizar chegamos ao nome de Ronaldo Pereira Rêgo que no material analisado apresenta uma instalação e que é descrito como “branco, que vem da cultura europeia clássica”. Apressa-se o autor do texto em dizer que, o artista embora de ancestralidade europeia, é um pesquisador de religiosidade especializado nos ritos ioruba e iniciado na umbanda. O termo clássico citado reforça a ideia de normalidade de uma cultura branca dominante contra qualquer outra. O fato demonstra ou uma formação muito antiga de quem escreve e completa desinformação da História da Arte nas culturas tradicionais. Ora, em todas as culturas existe um clássico, todas podem levar a alcunha de berço da civilização em dado momento. Não considerar isso é reforçar o racismo estrutural. Ficam postas então as questões: Por quê, se não fora mencionada a negritude de tantos, seria mencionada a branquitude deste?

Isto nos leva a outra discussão dentro do ativismo negro: O que vem a ser arte Afro-brasileira? Dentro desta discussão estética um grupo aposta que todos os artistas negros do Brasil estariam fazendo arte Afro-brasileira e outro que todos os artistas, mesmo que brancos, que abordassem as temáticas ou estética negras estariam fazendo arte Afro-brasileira. Haveria também uma terceira, a posta pelo artista e curador Emanuel Araújo (que está no acervo de obras analisado), do Museu Afro Brasil em São Paulo. Segundo Hélio Menezes narra em seu artigo na revista Omenelick 2º ato, Emanuel diz a respeito do artista e sua obra: “Estevão Silva (pintor do século XIX) tem uma cor quente e a gente

pode atribuir a ele alguns aspectos, além da sua própria origem. Mas isso não quer dizer que a arte dele seja afro-brasileira. É uma arte quente de um artista negro, com características de sua própria vivência”. Na mesma revista em outro número, as artistas Sheila Ayó e Lídia Lisboa falam de sua arte e seu processo criativo: “O meu processo é todo interligado. É como se fosse uma continuação do meu corpo”, diz Lisboa enquanto que Sheila Ayó reforça que seu processo está intimamente ligado ao fato de ser uma laô e ter visões em transes, a partir daí foi como se “(...)ela (a religião) me despertasse, como se abrisse uma porta dentro de mim que estava trancada e que tinha algo ali que precisava sair. E eu não estava encontrando a chave para fazer isso, e com a religião foi mais fácil”. Não há uma resposta apenas e esta discussão está longe de terminar, mas o que nos deixa como ensinamento é que revelar a identidade negra dos artistas é algo muito maior que simplesmente representatividade.

A representatividade sem problematização pode remeter a minimizar as questões de racismo e discriminação. Revelar os artistas negros, como os de diferentes etnicidades dentro do Brasil é garantir que outras pessoas se encontrem nesta Arte-depoimento, é garantir que mesmo existindo o racismo há como lutar contra ele e garantir que a luta não seja esvaziada e interrompida. Há muitos momentos na história do Brasil em que existiram fortes manifestações de negros e expoentes por exemplo, mas tais momentos políticos são arrefecidos e duas décadas depois já não se conhece popularmente os ícones daqueles mesmos movimentos.

Considerações finais

Após análise criteriosa deste material relacionado à exposição *Brasil+500 Mostra do Redescobrimento* chegamos à conclusão de que tal recurso didático, embora muito bonito e um esforço na direção de redescobrir a Arte Brasileira é insuficiente no que havia de mais importante, as questões estéticas e sociais das obras. Há um desequilíbrio nas informações e alega-se desconhecimento e falta de fontes quando na verdade todas as informações necessárias estavam oferecidas nas referidas exposições. Parece-nos ter faltado uma curadoria de

Arte-educação para a criação do material e que houve descaso com a qualidade do material oferecido aos professores.

A omissão em quase que todos os casos dos artistas negros demonstram claramente despreparo e racismo de quem elaborou os textos e selecionou as obras. Igualmente tais observações valendo para as obras da arte indígena que eram todas de um período recuado marcado por criações coletivas em que os artistas não são conhecidos nominalmente em detrimento de artistas indígenas que existem Brasil afora. O fato de mencionar Conrado Rosa como português e Ronaldo Rêgo como artista branco de ancestralidade europeia em contraposição à não mencionar os artistas como negros e a inexistência de artistas indígenas no conjunto de material didático vai na contramão da ideia de redescobrir a Arte Brasileira, nos aponta muito mais uma visão colonizada que reproduz o olhar dos antigos Artistas Navegantes que chegavam ao Brasil para nos observar durante a colonização e o império, enfatizando ingenuidade e exotismo.

Acreditamos que os materiais foram criados com uma intenção positiva, mas por falta de verba e tempo, eles tornaram-se incompletos na sua funcionalidade. É preciso também refletir sobre quem decide sobre tais materiais e a quantidade de recursos e energia dispensados em algo tão valioso como um material de apoio educacional. Fica notória a importância do professor, neste

Figura 6 Reflexões sobre a própria identidade- painel coletivo em trabalho progressivo no corredor da escola com contribuição dos estudantes que vinham para as aulas livremente. Acervo pessoal 2014

caso de artes, receber conjuntos de material didático, como pranchas, livros e encartes com uma visão crítica diante de tais materiais oficiais, pois neles estão contidos muitas vezes elementos de manutenção das injustiças sociais e desigualdades, mesmo que não intencionalmente. Cabe ao educador aprimorar estes

materiais sempre com sua pesquisa particular, seu olhar de estranhamento a fim

de aproveitar ao máximo estes recursos, uma vez que sua oferta é sazonal. Em resumo, apesar de bastante importante na ocasião o conjunto de imagens, pela escassez de informações e critérios de escolha das obras e da forma de abordagem tornou-se um material elitista e em certa medida omissivo.

A reflexão que fazemos por hora de nosso processo como arte-educadora e pesquisadora é que os estudos das Matrizes é um bom começo, sendo as culturas tradicionais um primeiro degrau. É preciso, no entanto, dar visibilidade tanto à produção, quanto aos artistas e intelectuais contemporâneos de diferentes etnias que compõem o povo brasileiro e relacioná-los a arte no mundo todo enfatizando as dimensões temporais. Constitui para nós arte-educadores um imenso desafio diante da atual conjuntura socio política, principalmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde os equipamentos culturais são escassos e muitas vezes atravessam grandes dificuldades políticas e econômicas, estando sempre ao sabor dos interesses momentâneos, em dissonância com a população.

Os jovens se encontram e se reconhecem na expressividade, especialmente através da arte nas escolas nesta região. Sendo assim, é fundamental que o professor tome para si o papel de incentivador e de problematizador diante das obras de arte discutidas e vivenciadas nos ambientes educacionais. Para saber é preciso saborear. Fruir com a arte é uma necessidade humana em direção ao saber que nos capacita para a vida saudável em sociedade. A negação deste viver constitui uma violência ao direito de ser feliz.

REFERENCIAS

Documentação

CARISE, Iracy. A Arte negra na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, [197-?]

GUIMARAES, V.et al. Artes Visuais-Ensino Fundamental/Autonomia Carioca Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. Prefeitura do Rio de Janeiro, [2011?].

MARTINS, M; PICOSQUE, G. (Org.) Brasil+500 Mostra do Redescobrimento, São Paulo: SESC,2000.

Bibliografia

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

PEIXOTO, Fernando. O que é Teatro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.7ªed.

WEBSTER, Jane. Art as Resistance and negotiation in: ----- Roman imperialism and provincial art., Cambridge University Press, 2003.

Webbliografia

- Nem todo mundo é negro no Brasil – e não há problema nisso. Stephanie Ribeiro. Geledes. Disponível em:<<https://www.geledes.org.br/nem-todo-mundo-e-negro-no-brasil-e-nao-ha-problema-nisso>> acesso em:Jun/2019
- Arte de Negros uma conversa entre forma, tema, autoria e cor em “Territórios”. Helio Menezes, Omenelick 2º ato ed. Setembro de 2016.Disponível em:<http://www.omenelick2ato.com/artes-plasticas/arte-negra-artes-de-negros-2> acesso em: jun. /2019
- De olhos bem abertos ou, algumas poucas perguntas escritas para um punhado de respostas a serem ditas., Nabor Jr. Omenelick 2º ato Ed. Junho de 2019
- Lídia Lisboa entrevista Sheila Ayo´. Disponível em: <<http://www.omenelick2ato.com/artes-plasticas/de-olhos-bem-abertos-ou-algumas-poucas-perguntas-escritas-para-um-punhado-de-respostas-a-serem-ditas>> acesso em: Jun. /2019
- A Arte da Queda ou Como voltar a levantar. Emanuel Araújo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2013/02/1235317-a-arte-da-queda-emanuel-araujo-ou-como-voltar-a-levantar.shtml>>acesso em:08/05/2019 <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa662/emanuel-araujo>>acesso em: 08/05/2019
- Ranking Brasil. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/brasil-fica-em-88o-lugar-em-ranking-de-educacao-da-unesco/> >acesso em: Ago. /2019 <<https://cfa.org.br/brasil-cai-em-ranking-mundial-de-educacao-em-ciencias-leitura-e-matematica/>> acesso em: Ago. /2019

- <<https://www.oecd.org/pisa/PISA-2105-Financial-Literacy-Brazil.pdf>
acesso em: Ago. /2019
- IDH. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/09/14/idh-2018-brasil-ocupa-a-79-posicao-veja-a-lista-completa.htm>> acesso em: Ago. /2019
 - Zé Baiano. Disponível em:<<http://lampionaoaceso.blogspot.com/2018/08/ze-baiano.html> >acesso em 08/05/2019.
<<https://www.academiagloriensedeletras.org/products/jose-bezerra-lima-irmao/>> acesso em: 08/05/2019
 - Ronaldo Pereira Rego. Disponível em:
<<http://www.previ.com.br/revista/outros/detalhes-midia-456.htm>>acesso em: 08/05/2019
 - Manuel Fontoura -Nhô Caboclo. Disponível em:
<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=863&Itemid=1 >acesso em 09/05/2019
 - Fernando Diniz
<<https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Fernando%20Diniz/><acesso em 15/06/2019>
<<http://africabrazilidentidades.blogspot.com/2014/09/fernando-diniz-um-genio-da-arte.html> >acesso em 15/06/2019>
 - Arthur Bispo do Rosário
<http://www2.uol.com.br/vivermente/artigos/as_artes_de_arthur_bispo_do_rosario.html> acesso em:
 - Noemisa dos Santos
<<http://artepopularbrasil.blogspot.com/search/label/Noemisa> >acesso em 13/05/2019>

O Eurocentrismo, como construtor da visão do Racismo religioso. Apontamentos na perspectiva Pan Africana.

Jorge Márcio do Nascimento⁹⁸

Frequentemente nos deparamos com notícias de agressões às pessoas que professam as chamadas religiões de matrizes africanas (Candomblé e Umbanda), bem como invasões e depredações aos templos onde as divindades deste panteão são cultuadas. Estes ataques nada mais são que fruto de uma visão eurocêntrica⁹⁹ e racista a respeito da origem destas crenças que historicamente foram demonizadas inicialmente por europeus que empreenderam o sequestro sistemático de pessoas do continente africano a fim de escravizá-las nas suas colônias. Estes europeus eram geralmente, católicos em sua maioria, casos de portugueses e espanhóis e também protestantes, como são os casos dos ingleses, escoceses holandeses e franceses. Esta desqualificação das crenças dos africanos não é recente, razão do tráfico empreendido por árabes, na região do Saara, a partir do século VII d.C., mas se aprofundou principalmente a partir dos séculos XVI e XVII no contexto das grandes navegações e do tráfico atlântico de almas africanas, ao mesmo tempo em que na Europa, ocorria o Renascimento cultural e posteriormente o Iluminismo.

Do século XVII em diante os traficantes de escravos informavam sobre as religiões que nos interessam; mas como eles estavam mais interessados em fazer “tráfico lucrativo com negros, dentes de elefantes e outras mercadorias” (SNELGRAVE), falam dessas religiões de maneira mais desdenhosa. Para aquela gente eles eram: “Uma massa confusa de superstições ridículas” (d’Elbée). “Eu não creio que haja na terra um povo mais supersticioso” (Bosman). “Sua religião é tão ridícula e tão

⁹⁸ Pós graduado em História da África e docência do ensino fundamental e médio (UCAM-RJ)
Mestrando em relações étnico – raciais (CEFET – RJ)

⁹⁹Eurocentrismo. Cosmovisão que na sua forma mais básica coloca a Europa como centro do universo.

confusa" (Nyendael); "Supersticiosa, ridícula e sem fundamento" (Des Marchais); "Um mundo de costumes supersticiosos" (Snelgrave); "Uma espécie de idolatria de um incrível absurdo" (Pruneau de Pomegorge); "Uma embrulhada de superstições absurdas" (Dalzel). (VERGER, 1966, p. 19).

Aliás, foi no Iluminismo, que, apesar de ser considerado o período em que os europeus estavam se livrando do domínio político, econômico e psicológico da Igreja Católica, marcado pela predominância da visão religiosa nas sociedades - visão essa que se estendia desde o período romano - que foi o auge do tráfico de pessoas negras para as colônias europeias, ao mesmo tempo em que de acordo com a historiografia tradicional as ciências estavam vendo a luz no continente europeu.

Assim, estabelecia - se a separação do homem da igreja, onde os seres humanos eram postos no centro do universo, em detrimento de Deus que era retirado deste lugar. Obras diversas foram produzidas e publicadas, como a Enciclopédia, de Diderot e D'Alembert, que tinha como objetivo apresentar teorias que contrapunham a Bíblia, usada por muitos séculos como única fonte de informação a respeito da história humana, sendo essa exclusivamente controlada pela Igreja. No entanto, esta busca por emancipação dos europeus junto à sua milenar instituição não refletia no seu pensamento em relação às populações negras que ora estavam escravizando.

O tratamento dispensado a estas pessoas era cruel sob todos os aspectos e no que diz respeito à questão religiosa, era paradoxalmente influenciada pela visão bíblica empregada pela Igreja Católica, a mesma contra a qual eles estavam lutando para diminuir o protagonismo de sua perspectiva. Esta opressão se verificava igualmente feroz, uma vez que nos países que foram colonizados pelos protestantes, caso dos Estados Unidos, por exemplo, geralmente os escravizados eram obrigados a abandonar definitivamente suas crenças e adotar o deus dos seus opressores.

Já nos territórios colonizados por católicos, ainda que houvesse a oportunidade do sincretismo religioso, a opressão era igualmente brutal, uma vez que esta estratégia tinha como objetivo a aculturação e o domínio dos

escravizados, para que uma vez que eles acreditassem que estavam cultuando seus deuses, na visão dos senhores de engenho, seus escravizados estavam rezando para o deus católico. Tal fato, no entanto, possibilitou que muitos africanos continuassem a professar sua fé no seu próprio deus e suas diversas representações que são os elementos da natureza, camuflando que estavam cultuando o deus dos escravistas.

Com o passar do tempo naturalizou-se o pensamento de que as religiões de matrizes africanas são politeístas – e, portanto, não poderiam ser comparadas com o catolicismo e protestantismo, que vieram da Europa – tendo em vista a existência de diversos cultos a diferentes entidades do panteão africano, particularmente aquele da costa oeste da África, trazidos para este território pelas diversas nações que perderam muitos dos seus filhos para os traficantes de escravizados. A História, no entanto, tem outras versões. As representações africanas desde o antigo *Kemet* (Egito) sempre apresentaram um único Deus primordial que era denominado de diferentes formas, dentro das diferentes línguas, que compõem o mosaico de povos no continente africano.

Todas as religiões africanas que conheço se referem a um deus supremo único, fonte de toda a existência. Para os bambaras, é Maa n' gala, o “mestre de tudo”, “mestre incriado e infinito”, “aquele que tudo pode”, “a grande profundidade insondável”, “a única coisa impossível de se conhecer (para citar só alguns dos 266 nomes...) Para os fulas é Guéno, “o Eterno”, sem começo nem fim; é o Amma dos dogons, o Wounnam dos mossis, o Olorun dos iorubás etc. Mas os homens consideram este ser supremo muito distante para lhe dirigir seus pedidos. Preferem passar por intermediários: os deuses (que nada mais são do que aspectos ou manifestações específicas da grande força divina primordial, a Sé dos bambaras) e sobretudo os ancestrais, considerados muito eficazes. (BÂ, 2003, p.140)

No entanto, o processo de aculturação ao mesmo tempo em que negava aos africanos que aprendessem a ler e escrever, durante o período escravocrata e as políticas públicas pós “abolição”, que visavam impedir as populações negras de saírem da marginalidade condenando-as a estarem sempre num papel de subalternidade social, graças ao racismo estrutural, fazem parte de uma estratégia dos defensores desta lógica, que objetivam eliminar não só fisicamente estas populações, mas também suas representações culturais,

antropológicas e todas as suas contribuições para o desenvolvimento da humanidade ao longo da história, colocando essas contribuições como obras exclusivamente das populações brancas, negando, assim, todo e qualquer traço civilizatório que as populações africanas, do continente e da diáspora, possam ter desenvolvido e legado para a humanidade.

Com efeito, uma visão eurocêntrica se construiu, ao longo de séculos de história dando conta de que as comunidades negras, enquanto incivilizadas, eram incapazes de produzir ciência, organizar-se minimamente em sociedades, produzir tecnologias e no campo metafísico, suas crenças foram descritas como desprovidas de construções filosóficas. Foi esta visão, que se estabeleceu, não só acadêmica, mas cultural e politicamente em todos os espaços geográficos em que esteve presente. E que as sociedades organizadas, portanto as primeiras civilizações, as contribuições nas áreas das ciências, o monoteísmo, enfim tudo que nos identifica enquanto seres humanos, surgira durante a antiguidade clássica greco-romana.

A distorção da história africana está entre os maiores responsáveis pela perpetuação da imagem dos “negros” como tribais, primitivos e atrasados. Para Georg Hegel (1956, P 91, 96), por exemplo, a África seria “uma terra de criança, que ficou lá longe do dia da história consciente, envolvida que estava na manta escura da noite”. Hegel conclui que, “entre os negros, os sentimentos morais são extremamente fracos ou, melhor dizendo, inexistente”. Esse é apenas um exemplo do discurso eurocentrista que condena os africanos e seus filhos à condição de objetos, e não sujeitos de sua história. Somente ao recuperar o referencial da agência histórica dos povos africanos será possível contestar esse quadro. (NASCIMENTO, 2008, p. 31)

Esta proposta está presente ainda hoje, desde os livros didáticos usados do processo de alfabetização nas escolas, até a produção de teses de doutorado e pós- doutorado nas academias, que são dominadas pelo discurso produzido pelo *Eurocentrismo*, embora este quadro tenha mudado nos últimos anos, em razão da aplicação da Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade da temática África, neste território. No entanto, o que observamos na maioria das obras, é que, há uma clara preponderância dos europeus, no protagonismo histórico mundial dentro desta concepção, com poucas exceções, e estas se

referem ao Oriente, como por exemplo: Chineses, japoneses e as populações conhecidas como semitas e indo-europeias.

Ainda hoje esta visão de mundo, ancorada nesta narrativa vem moldando tradições em diversas sociedades ao redor do planeta muito em virtude do advento conhecido na história como as grandes navegações, verificadas a partir do século XVI d.C, que trouxe este *modus operandi* para as Américas, aculturando nativos e posteriormente os africanos escravizados, com ambos os povos tendo suas manifestações metafísicas brutalmente atacadas e destruídas com a visão religiosa europeia se impondo de maneira intransigente. Assim, esta influência transpassou os séculos, chegando até o momento do início dos estudos de todos os povos que estiveram sob o domínio colonial e imperialista europeu.

Esta imposição tratou de uniformizar a história do mundo, de maneira que os europeus estivessem sempre no lugar de civilizadores enquanto as populações subjugadas apareciam sempre no papel de primitivos, que somente a partir do contato com as populações brancas, teriam nascido para a história sendo, enquanto isso, meros espectadores do desenvolvimento europeu.

Por seu turno, desde a Idade Média, a igreja católica, difundia a visão do que considerava ser, por um lado a virtude de Deus e, por outro lado, aquilo que era arte diabólica. O conhecimento da verdade divina só era possível através dos seus representantes. Estes eram considerados legítimos conhecedores do mistério. Fora deste círculo, circulavam bruxas e feiticeiros que, com a agência do Diabo, podiam ter êxito nas suas ações. É importante assinalar que ao domínio católico da oferta religiosa, subjaz uma lógica de legitimação da ordem estabelecida, imposta pelos estratos privilegiados das camadas desfavorecidas da sociedade. Essa lógica, é baseada na troca - o indivíduo que experimenta uma vida de resignação aqui na Terra, seria compensado com a salvação depois a morte. (SANTOS, 2009, p. 40-41)

Durante sua formação escolar, até chegar à graduação passando pelo mestrado e doutorado, os estudantes brasileiros em particular são sistematicamente ensinados a enxergar a Grécia como berço da Filosofia, da Matemática e da Medicina, dentre outras ciências, e, portanto, local de

nascimento da civilização. Os nomes de Pitágoras, Tales de Mileto, Anaxágoras, Platão, Sócrates, Hipócrates e outros são repetidos em sala de aula, como os iniciadores dos diversos ramos do conhecimento, os quais desfrutamos hoje e a estes homens, são rendidas homenagens diversas, com seus nomes inclusive sendo citados em juramentos durante a cerimônia de formatura dos estudantes de Medicina, que fazem o tradicional “Juramento de Hipócrates”.

Porém, para contrapor este pensamento, o pesquisador Nei Lopes diz que:

“Pitágoras foi para o Egito incentivado por Tales de Mileto para estudar matemática especulativa e lá teria se instruído nos princípios matemáticos e filosóficos que nortearam a fundação de sua Irmandade Pitagórica.” Sobre Platão, o mesmo autor diz que “estudou por 13 anos no Egito onde teria adquirido conhecimentos iniciáticos e científicos”. (LOPES, 2011, p. 238-239).

No entanto, muitos (as) pesquisadores(as) que apresentam em suas obras uma visão destoante do discurso eurocêntrico, não são devidamente valorizados em sala de aula. Assim, o que prevalece para a sociedade, é todo este contexto explicado a partir de um viés eurocêntrico que atravessa nossa formação e está presente praticamente no cotidiano dos estudantes através dos livros, didáticos ou de literatura e peças teatrais de que a Grécia é o centro e a origem de todas as contribuições filosóficas e científicas para a humanidade.

Por outro lado, estudos mais aprofundados em vários ramos do conhecimento, tem demonstrado que se trata de uma falsificação histórica, quando se colocam os pensadores gregos como protagonistas das ciências. Documentos e pesquisas de renomados cientistas, africanos e europeus, têm trazido luz a estas discussões mostrando que praticamente todo o conhecimento grego foi adquirido no antigo Kemet (Egito) tendo inclusive um dos mais notáveis nomes entre os autores gregos, Heródoto, “o pai da História” revelado nas suas obras as origens dos conhecimentos gregos.

Quando Heródoto o visitou, o Egito já havia perdido sua independência um século antes. Conquistado pelos Persas em 525, a partir de então, ele foi continuamente dominado pelos estrangeiros: depois dos Persas vieram os Macedônios sob

Alexandre (333. a.C.), os Romanos sob Júlio César (50 a.C.), os árabes no século VII, os Turcos no século XVI, os franceses com Napoleão, e então os ingleses no final Século Dezenove. Arruinado por estas invasões sucessivas, o Egito, berço da civilização por 10.000 anos, enquanto o resto do mundo estava mergulhado na barbárie deixaria de desempenhar um papel político. No entanto, ele iria continuar por muito tempo a iniciar os povos mais jovens do Mediterrâneo (Gregos e Romanos, entre outros) para o esclarecimento [enlightenment] da civilização. Durante toda a Antiguidade permaneceria a terra clássica para onde os povos do Mediterrâneo iriam em peregrinação para beber na fonte do conhecimento científico, religioso, moral, e social, o mais antigo tal conhecimento que a humanidade já havia adquirido.(DIOP, 1955, p. 42)

Podemos somar a isto, outra incongruência histórica, a que coloca a Grécia, por conseguinte, a Europa, como berço do monoteísmo, fenômeno este que segundo os trabalhos de pensadores europeus, surgiu de um povo traduzido e apresentado a eles como sendo de pele branca, com nítido fenótipo caucasiano e que viveu sob o domínio do império romano, este povo seriam os hebreus, que ao longo dos séculos, graças a constantes deturpações históricas, foram muitas vezes identificados também como judeus e seu filho mais famoso, teria se chamado Jesus, igualmente de feições fenotípicas europeias, cujo um dos seus seguidores, Pedro, teria fundando a Igreja Católica.

Ao que tudo indica, a ideia era apresentar um redentor branco, enquanto se construía uma imagem negativa de um inimigo deste redentor que seria então negro, seu oposto, sua antítese. Diante desta concepção, todos os povos que tivessem este fenótipo, seriam associados ao inimigo de Deus e, portanto, passíveis de serem não só escravizados como mortos. Entendendo que a escravidão como modo de produção já era desde a antiguidade uma prática inserida dentro das estruturas antropológicas destes povos oriundos do berço setentrional, verificou-se já na antiguidade uma escravidão de cunho racial, tal e qual posteriormente veríamos nos séculos posteriores, nas Américas, com o advento do tráfico atlântico de almas.

A expansão colonial transforma esse quadro dando vazão ao desenvolvimento ao que os gregos chamavam de crematística, isto é, a economia advinda do crescimento do comércio, do crédito, das atividades monetárias, dos imperativos da guerra e das necessidades impostas pelo desenvolvimento da

propriedade privada. Esta última é a grande responsável pela generalização do trabalho escravo como modo de produção na Antiguidade. A posse da terra concentrada nas pouquíssimas mãos da aristocracia grega, impulsionou a busca por mão-de-obra barata e extra familiar. A ampla expansão imperial grega ao longo das regiões do Mediterrâneo e do Mar Negro, no Norte da África, deu-se por meio de um processo de exploração e apropriação das grandes rotas marítimas com a finalidade de alimentar o comércio e o tráfico de escravos. (MOORE 2007, p. 60)

As iconografias bíblicas da idade média mostram claramente um inferno escuro, em chamas e punitivo. Lugar em que tinha como regente principal um ser maléfico, mostrado em gravuras desde a antiguidade, passando pela idade média como um ser metade homem, metade bode, com chifres, de pele preta ou vermelha. Uma das características desta punição, foi o chamado inferno, ideia que no período do renascimento europeu, ganhou ainda mais força com a participação do artista Dante Alighieri, lugar onde as pessoas expiariam seus pecados, ao mesmo tempo, que poderiam ser purificadas de suas faltas, por este mesmo elemento, o fogo, que nasceu, segundo Diop, das experiências antropológicas dos povos euroasiáticos desde a mais remota antiguidade.

É difícil não relacionar a presença deste fogo ao caráter frio do clima nórdico: a sua função benfeitora é primordial. Por força da sua utilidade, tornou-se sagrado e foi idolatrado enquanto tal. É deste modo que o culto do fogo se torna característico do berço nórdico; se a “sociologia” da chama da memória fosse realizada, seria difícil não recuar até esta origem” (DIOP, 1982, p. 32).

Para que possamos entender todo este contexto, é preciso fazer um resgate histórico fundamental, a fim de que à luz do conhecimento, possamos atacar esta visão que não nasce de forma espontânea e por acaso. Esta perspectiva nasceu a partir da entrada na História, de povos que se estabeleceram ao norte da Europa milhares de anos atrás e que chamavam a si mesmo de Árias. Este povo muito cedo domesticou os cavalos, tinham forte estrutura militar e sua forma de organização familiar era do tipo patriarcal. Sobre os Árias, o cientista Cheikh Anta Diop em entrevista ao etnólogo Carlos Moore, nos traz a seguinte contribuição.

Quanto à origem dos arianos, vemos que eles aparecem subitamente por volta de 1500 a.C. com um ramo invadindo a Índia e outro progressivamente ocupando o lado oriental da Europa Mediterrânea. Tradicionalmente, pensava-se que essas

populações vieram das estepes da Eurásia e que eram uma espécie de migrantes asiáticos. Agora podemos afirmar categoricamente que os brancos europeus, se originaram na Europa mesmo e que sua origem só pode ser encontrada nas populações negras que migraram da África dezenas de centenas de anos antes. (MOORE, 2007, p, 310)

Estas populações brancas viveram em cavernas, durante longo período de sua história, em virtude das condições climáticas terríveis a que estavam submetidas. Não havia espaço para diferentes estações do ano no paleolítico superior, e sua localização geográfica contribuía, para que o frio intenso, com temperaturas da ordem de -100° , fosse um companheiro constante. Estes povos passavam muito tempo confinados no interior de suas cavernas, a fim de se proteger não só deste frio, mas também dos animais ferozes que habitavam aquela região e com os quais eles tinham contato, através da caça.

Estes espaços compartimentados eram aquecidos pelo fogo, para que pudessem se proteger das baixas temperaturas, e o fogo servia também para cozinhar a carne dos animais que eram abatidos, uma vez que a pesca e a agricultura eram atividades econômicas desconhecidas para estas populações, em razão do clima que congelava rios, lagos e lagoas e a neve que cobria todo o solo. Foi esta convivência durante milhares de anos com o fogo, que fez com que estes povos o transformassem num elemento filosófico de sua cosmogonia. O que não significa afirmar, que na mais remota antiguidade, as populações africanas desconhecem este elemento. A questão fundamental aqui é demonstrar, que apesar de se tratar do mesmo elemento, as profundas diferenças climatológicas experimentadas por estes dois grupos populacionais que se desconheciam, determinou construções opostas do imaginário popular a partir da utilização do fogo.

O uso do fogo, por exemplo havia sido atribuído ao espécime de *Homo erectus* chamado Homem de Pequim, encontrado no sistema de cavernas Zhoukoudian, ou Choukoutien, perto de Beijing, há cerca de quinhentos mil anos. Em 1982, porém, foram descobertos em Chesowanja, no Quênia, restos de um fogo doméstico feito por africanos há 1,4 milhão (DIOP, 1985, p. 25 APUD NASCIMENTO 2008, p. 57).

Foram estas populações brancas em destaque, que ao saírem da sua zona climática predominantemente fria, ao término da última glaciação, já como *Homo Sapiens Sapiens*, inseriu-se noutro espaço geográfico, desconhecido para eles, porém, não para outro grupo populacional que já habitava esta região, que (DIOP, 1982) denominou de berço Meridional, o que hoje conhecemos como África, Oriente Médio, a Índia e a Austrália. Essas populações pretas, já estavam assentadas nesta área, há mais de 15 mil anos, desenvolvendo práticas de agricultura e formando as primeiras civilizações, será desse meio que se formarão os povos egípcios (África) elamitas, sumérios (Oriente Médio) e dravídios (Índia) todos os povos apresentando características fenotípicas negras e similaridades culturais, como organização matrilinear, uso da escrita e da metalurgia, predominância da agricultura e a consequente domesticação do gado para esta finalidade, além do uso de tótems e organização social em castas¹⁰⁰.

No âmbito religioso, a tradição monoteísta, que se espalhou não só por estas regiões, mas também para o interior do continente africano, que recebeu diversos aportes civilizatórios do antigo Kemet (Egito), assim como Kush teria contribuído decisivamente para o surgimento do povo sumério, dado suas diversas concordâncias culturais, fenotípicas e linguísticas. De acordo com a Bíblia, os seres humanos teriam surgido na região que na antiguidade era conhecida como “Crescente Fértil”, por abrigar rios que deram a oportunidade do surgimento de civilizações.

¹⁰⁰ Castas: Corporações hereditárias de profissões que sempre desempenharam um papel social e mesmo religioso importante na sociedade tradicional da savana. Distinguem – se de um lado os artesãos (ferreiros, tecelões, sapateiros, etc) e de outro, os “animadores públicos (*diêli* em bambara, chamados de griôts em francês (...)) os membros de “castas” (palavra pouco apropriada em razão do sentido que lhe é dado no Ocidente) chamam – se *nyamakala* em bambara, o que quer dizer “antídotos do nyama”, força oculta inclusa em todas as coisas. Consideradas como possuidores de poderes especiais, antigamente eram mais temidos e respeitados que desprezados. Não podem, em nenhum caso ser submetidos à escravidão e os nobres lhes devem presentes, consideração e sustento. (...) (BÂ, 2003 p. 110)

Consultando-a temos a seguinte passagem em (GEN. CAP. 2. VER. 14) (...) “E o nome do terceiro rio é Tigre: este é o que vai para a banda do oriente da Assíria. E o quarto rio é o Eufrates”. Esta região hoje é conhecida como Iraque, no entanto, na antiguidade, abrigava diversas populações africanas.

A História, por consenso, aponta Sumer como primeira presença político-cultural organizada na Ásia ocidental. Como Estado e nação, Sumer floresceu no vale dos rios Tigre e Eufrates durante o terceiro milênio antes de Cristo. Tudo indica que Sumer se originou como uma colônia de Kush, entre várias outras; portanto, sua população e cultura tinham raízes no vale do rio Nilo. De acordo com (RASHIDI, 1985 p. 15 APUD NASCIMENTO, 2008, p. 84), os próprios sumerianos denominavam – se “cabeças pretas”, auto -identificação que os distinguia de outros povos da região. O povo responsável pela construção e florescimento da cidade – Estado de Ur se compunha de “cabeças pretas”. Gudea era um dos governantes da terceira dinastia de Ur (2142-2122 a.C) que subjugou grande parte de Elam, outra nação antiga daquela região. Ele construía templos ao deus Anu. Grandes construções urbanas caracterizavam Ur, como suas pirâmides, as chamadas zigurates, cujas laterais subiam em forma de escada, no estilo núbio de pirâmide. (NASCIMENTO, 2008, p. 84)

A isto, geralmente se dá o nome de civilização, e geralmente este termo não é empregado quando o assunto é África, ou populações negras, no entanto, autores de renome, baseado em investigações sérias a cerca do passado remoto das civilizações negras, nos trazem outro panorama sobre este tema.

“(...) aquele complexo de elementos culturais que primeiro apareceram na história humana entre 8 mil e 6 mil anos atrás. Nessa época, com base na agricultura, na criação de gado e na metalurgia, começou a aparecer especialização ocupacional extensiva nos vales dos rios do sudoeste da Ásia (Tigre e Eufrates). Apareceu lá também a escrita bem como agregações urbanas bastante densas que acomodavam administradores, comerciantes e outros especialistas. Esses assentamentos das populações africanas mencionado acima possibilitou o surgimento de civilizações.” (HARRIS e LEVEY, 1975, p. 565 APUD NASCIMENTO, 2008, p.62)

A primeira delas, o Kemet (Egito) no nordeste do continente africano. Suas origens remontam ao sul do que é hoje o Saara, a região atualmente conhecida como Sudão, do árabe *Bilad Al Sudan*(terra dos negros) (BÂ, 2003), mas que na antiguidade era conhecida pelos kemetyu (egípcios) como Ta-Neter, o país do arco (LOPES, 2011) e também o local onde hoje situa-se a Etiópia, denominado

de Ta-Neter, o país do sagrado (idem) também conhecido com país de Punt, o lugar de onde vieram seus ancestrais. Ambas as regiões legaram culturas para o Kemet.

Em 1977, surgiu a evidência arqueológica que faltava para confirmar a origem africana da civilização egípcia, até então atribuída a influências exógenas. Em 1962 durante escavações realizadas para preservar os dados arqueológicos do local na antiga Núbia, ao sul do Egito, onde seria construída a represa Assuan, arqueólogos fizeram o levantamento de um sítio chamado Qustul. O material ali colhido só foi organizado e analisado quinze anos depois, revelando a existência de um reino chamado Ta-Seti. Antecedendo por treze gerações a unificação do Egito (3200 a.C) essa cultura já trazia em sua cerâmica as imagens de Osíris, Ísis e Hórus, marcas simbólicas da filosofia religiosa e da estrutura de Estado do Egito (WILLIAMS, B, 1995 APUD NASCIMENTO, 2008)

Sabe-se que é recorrente a informação de que foi o povo judeu quem teria dado início ao que se conhece como Monoteísmo. De acordo com a tradição Abraão teria descido ao Egito (GEN. 12 CAP. 10) para servir aos desígnios do seu Deus, sendo aquela terra, então um lugar de múltiplos deuses, portanto politeísta e que o único e verdadeiro Deus, seria aquele que estaria orientando Abraão, que também de acordo com a tradição seria feita dele uma grande nação a começar por sua esposa Sarai, que posteriormente se tornou Sara, no entanto, esta já teria uma idade avançada, assim como seu marido e, portanto não poderia engravidar.

No entanto, Sara permitira a Abraão que se deitasse com Agar, sua serva egípcia e assim Abraão o teria feito, engravidando a serva. Posteriormente, Abraão - que segundo a Bíblia nascera em Ur, cidade já destacada neste trabalho como sendo povoada por populações pretas – engravidou Sara e desta concepção teria nascido seu filho Isaac, o “filho da promessa”, que Deus teria pedido à Abraão que o sacrificasse num altar, ao que Abraão teria atendido se não fosse a intervenção do próprio Deus, pedindo que ele sacrificasse um carneiro no lugar de seu filho. Para muitos Abraão seria o introdutor do culto a um único deus. (GEN. CAP. 22 vers. 8 ao 11)

Sobre o culto à um único Deus, recorremos mais uma vez aos trabalhos do cientista Cheikh Anta Diop, que afirma:

“Monoteísmo com toda a sua abstração, já existia no Egito, que tomou emprestado do Sudão Meroítico [Meroitic Sudan] a Etiópia dos Antigos. Embora a divindade suprema, vista nas mais pura das visões monoteístas, como o único gerador no céu e na terra que não foi engendrado...o único deus vivo de verdade” Amon, cujo nome significa mistério, adoração, um dia, encontrou – se a si mesmo rejeitado, ultrapassado por Ra, o Sol, ou convertido em Osíris ou Hórus.” (DIOP, 1974, p. 36 APUD D.P. PEDRALS, 1957, p. 37)

As sociedades africanas são tributárias das contribuições no campo das tradições e culturas de Kemet (Egito). Sua cosmogonia, suas formas de organização social, política e economias, podem ser amplamente observadas em diversas das sociedades africanas, que as reproduzem há muitos séculos, uma vez que estas guardam nas suas tradições orais, que suas origens, remetem ao norte do continente, e particularmente o canto nordeste, onde se localiza o Egito. As representações faraônicas como o uso da cobra em suas coroas, podem ser vistas nos turbantes dos sacerdotes iorubás. Sendo assim, a gênese contada na cosmogonia deste povo que habita onde hoje se situa a Nigéria, também remete a um deus único supremo, criador de todas as coisas e que não se comporta como uma entidade vingativa ante os erros de sua criação. Lendo sobre a cosmogonia tanto egípcia quanto iorubá, fica claro que a segunda conservou e reproduziu as representações filosófico-cosmogônicas da primeira.

Diop (1955, p. 213) diz que “na cosmogonia Egípcia, também no início havia caótica, iniciada matéria, o primitivo Nun (cf. Nen= Nada em Wolof). Esta matéria primitiva, continha, sob a forma de princípios, todos os seres possíveis. Ele também continha o deus desenvolvimento potencial do Kepru. Assim que o nada primitivo criou Rá, o demiurgo, o seu papel terminou. Daí em diante a linha seria ininterrupta até o advento de Osíris, Ísis e Hórus, os antepassados dos Egípcios. A Trindade primitiva, então, mudou-se a partir da escala do universo para aquela do homem, assim como o fez mais tarde no Cristianismo.”

A fim de realizarmos uma análise comparativa observemos o que diz Pierre Verger, que em sua pesquisa, escreveu sobre a unicidade de um ser todo poderoso, na cosmogonia iorubá, e sua intrínseca relação com a cultura egípcia.

O Rev. Olumide Lucas acha que Olorum, o Deus supremo possui atributos muito altos, muito abstratos e refinados para ter sua origem na mente de um povo primitivo. Ele enumera certos e epítetos dados a Olorum que mencionarei depois e termina por afirmar que as ideias sublimes que esses nomes implicam são evidência contra a possibilidade de terem eles sido concebidos pelo pensamento iorubá. Ele toma então o partido de Farrow, que afirma terem os iorubás uma clara concepção de um Deus supremo e depois de uma sutil e talvez muito engenhosa argumentação declara que a origem das ideias sublimes sobre Olorum deve ser buscada no Egito. (VERGER, 1966, p. 28).

Talvez o início das descobertas da contribuição egípcia para os diversificados campos do conhecimento, tenha surgido partir do processo de imperialismo e colonização do continente africano, pelos países europeus, particularmente a França que subjuguou o Egito sob o comando de Napoleão Bonaparte, tendo a partir daí, surgido a Egíptologia, pelas mãos de cientistas do Iluminismo como Champolion¹⁰¹ que decifrou os escritos numa pedra, encontrada a partir das escavações de arqueólogos no solo egípcio, no século XIX. Esta escavação na cidade de Rosetta encontrou um artefato que mudaria toda a concepção a respeito da história do Egito e faria surgir uma série de debates acalorados e tentativas de manipulações absurdas, para criarem a imagem de um Egito branco, uma vez que era inconcebível, ainda mais do ponto de vista europeu, que a primeira, a mais organizada e mais poderosa civilização da antiguidade fosse um produto criado por negros africanos.

Causou surpresa, portanto, quando decifrada a Pedra de Roseta, no século XVIII, e ficou evidente que praticamente todo

¹⁰¹ Sobrenome comum a dois egiptólogos franceses, irmãos. O primeiro Jacques (1778 – 1867) ficou conhecido como Champollion Figeac, em alusão à cidade e seu nascimento. O segundo, Jean François (1790 – 1832), celebrou-se pela pesquisa que forneceu a base para o deciframento dos hieróglifos do antigo Egito. Segundo Obenga (1973), Jean François Champolion foi o pioneiro no reconhecimento da anterioridade da cultura egípcia sobre a grega, bem como da unidade cultural existente entre a antiga Núbia e o Egito faraônico (LOPES, 2011, p. 66).

o conhecimento científico e filosófico da Grécia antiga teve origem no Egito, ou seja, na própria África. O eminente conde Constantin Volney (apud DIOP, 1974, p. 27-8) refletiu sobre essa questão, do alto de sua experiência como historiador, filósofo e membro da Academia Francesa: Lembrei-me desta passagem onde diz Heródoto: “E, quanto a mim, julgo ser os colchianos uma colônia dos egípcios porque, iguais a estes, são negros de cabelo lanudo.” Em outras palavras, os egípcios antigos eram verdadeiros negros, do mesmo tipo que todos os nativos africanos [...] Pensem só que esta raça de negros, hoje nossos escravos e objeto de nosso desprezo, é a própria raça a quem devemos nossas artes, ciências e até mesmo o uso da palavra! (NASCIMENTO, p. 63-64)

Cabe destacar, que foi exatamente neste período, conhecido como Iluminismo que coincidiu com o processo de imperialismo e colonização do continente africano por parte dos países europeus que estavam em franco processo de Revolução Industrial, quando diversos pensadores emergiram das academias europeias com ideias sobre raças. A construção de uma visão de hierarquização de grupos humanos, diferentes fenotípica e culturalmente estariam sobrepostos a outros grupos, levou ao desenvolvimento do desenvolvimento de imaginários sociais que até hoje impactam decisivamente na vida de milhões de pessoas em todo o mundo.

Voltaire, Montesquieu, Kant, Hegel, Karl Marx, Frederich Engels, dentre outros, estavam produzindo obras em que apresentavam suas visões a respeito do continente africano suas sociedades e os negros nas Américas, que estavam emergindo de séculos de escravidão racial, a única verificada na história, em que seus corpos foram animalizados, seus nomes destruídos, seus deuses satanizados e suas culturas desintegradas e transformadas em meras construções sem nenhuma organização política e social. Para estes autores, a África era um território de uma selva impenetrável, um lugar sombrio, cheio de animais e os seres humanos que a ocupavam, jamais teriam desenvolvido qualquer trama na história da humanidade, a não ser aquela iniciada a partir da chegada dos europeus.

O racismo é o sintoma de uma neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. O racista é a pessoa que se afirma pelo ódio, construindo o Outro não como seu semelhante, mas como um objeto ameaçador do qual seria necessário se proteger, se desfazer ou ao qual caberia simplesmente destruir em virtude de

não o conseguir dominar inteiramente. Em grande medida, o racista é uma pessoa enferma, carente de si mesma e falha. (MBEMBE, 2018, p. 13)

Há quem defenda a ideia de que a “criação” do elemento Negro, ou seja, a redução de um grupo em particular a uma palavra apenas que o identifique, sendo essa palavra, algo que no pensamento ocidental denote negatividade, algo ruim, coisas maléficas etc, tenha surgido neste contexto de início do processo de globalização, quando os europeus se aventuraram ao mar em busca de novas terras para dominar. Sendo a partir daí, de posse do controle dos meios materiais em suas colônias e do paulatino processamento desta visão racial, a construção da ideia negativa do outro, no caso os africanos, associando-os ao pejorativo - para eles - nome “Negro”.

Há também que defenda que as sociedades africanas não se reconheciam dessa forma (negro) mas dentro de seus nomes étnicos, que são consequências de milhares de anos de suas caminhadas dentro da trama política e histórica que desenvolveram no interior do continente africano. Aqui cabe uma breve reflexão, a respeito da “criação” do nome “negro” para se referir a determinado grupo social. A primeira talvez esteja realmente correta, já a segunda, é preciso um olhar ainda mais atento na história, pois como descrevemos acima, haviam povos na antiguidade que se identificavam como pretos, além dos sumérios um povo africano do continente na antiguidade que se reconheciam como pretos. Eram os egípcios, como já pudemos demonstrar nas páginas iniciais deste trabalho.

Sendo assim, não se pode mais afirmar que esta construção do nome *Negro* seja exclusividade de uma Europa racista. A questão fundamental que se deve discutir é o que representa a palavra em destaque para o Ocidente e para os próprios povos melanodermos. O que fica exposto é que para o primeiro esta palavra tem significado negativo, por razões antropológicas, já para os africanos da antiguidade, seja do continente ou da diáspora, esta mesma palavra simboliza identificação positiva.

Os egípcios tinham apenas um termo para designar a si mesmos: kmt= “os negros” literalmente. Esse é o termo mais forte existente na língua faraônica para indicar a cor preta; assim é escrito com um hieróglifo representando um pedaço de madeira com a ponta carbonizada e não com escamas de crocodilo. Essa palavra é a origem etimológica da conhecida raiz kamit, que proliferou na moderna literatura antropológica. Dela deriva, provavelmente a raiz bíblica kam. Portanto foi necessário distorcer os fatos para fazer com que essa raiz atualmente signifique “branco” em egiptologia, enquanto na língua mãe faraônica de que nasceu significava “preto-carvão” (DIOP, 2010, p. 18)

Diante de mais esta afirmação de um Egito negro, podemos desenvolver o seguinte pensamento: A Bíblia relata que para fugir das hordas de Herodes Antipas, a família do então menino Jesus, teria fugido para o Egito para se esconder. (MT, CAP. 2 VER. 13 a 18). É no mínimo curioso pensar como uma família supostamente branca, iria se esconder numa sociedade repleta de pessoas negras. Acredita-se que seria o mesmo que um habitante do Sudão, país africano, localizado ao sul do Egito, se perseguido fosse, se exilasse na Noruega, na Dinamarca ou Finlândia. Fatalmente sua presença seria detectada de maneira imediata, pois suas feições fenotípicas negras bem retintas, são incompatíveis com a maioria da população do norte da Europa. Face ao exposto acima, partiremos para analisar a presença do povo chamado Hebreu no antigo Egito, o mesmo povo de onde saíra Jesus de Nazaré. Suas tradições, de acordo com sua história revelam que no seu interior, existe uma tradição de professar uma religião de cunho familiar, eles usam a Menorah (candelabro de sete braços) para acender velas para seus ancestrais e também fazem o sacrifício - do Latim Sacri=sagrado, fici= fazer - de animais. Como a já citada passagem bíblica em que Abraão estaria disposto a sacrificar seu próprio filho a fim de provar sua obediência a Deus, que o livrara do fardo, lhe exigindo apenas fazer o ritual utilizando um carneiro, animal de seu uso cotidiano e que eles já os sacrificavam normalmente dentro de seus rituais religiosos.

Posto isso, é inevitável fazer sua comparação com os ritos do Candomblé, que também faz uso da sacralização de animais, uma religião de matriz africana, muito praticada no Brasil que foi trazida para este território no processo da escravidão atlântica, e a fim de resistir àquelas violências cotidianas, recriaram

neste território suas práticas milenares para que não perdessem a conexão com seus ancestrais.

Sobre a circuncisão, outro tema bastante recorrente na Bíblia protestante e que é tida como uma tradição exclusivamente hebraica, uma vez que segundo a tradição, Moisés e Davi foram circuncidados, pesquisas destacadas de pensadores africanos, mostram que esta prática, já era conhecida em África desde a mais remota antiguidade, não somente em razão de seu clima, mas também, de suas atividades econômicas, e por razões religiosas. Sabe-se ainda que os egípcios assim como os hebreus, eram povos pastores, a base de sua economia estava nos animais que faziam não só parte de sua dieta, mas também, de sua renda familiar. Ao que parece, ao permanecerem por 400 anos no Egito, os hebreus teriam adquirido esta prática e as assimilaram, adotando-as assim através de suas gerações. Sobre esta questão Cheikh Anta Diop diz que:

Por causa das exigências da vida agrícola, conceitos tais como matriarcado e totemismo, a mais perfeita organização social, e religião monoteísta nasceram. Eles engendraram outros: assim, a circuncisão resultou do monoteísmo; na verdade, foi realmente a noção de um deus, Amon, criador incriado de tudo que existe, que levou ao conceito andrógino. Uma vez que Amon não era criado e uma vez que ele é a origem de toda a criação, houve um momento em que ele estava sozinho. Para a mentalidade arcaica, ele deve ter contido dentro de si todos os princípios masculinos e femininos necessários para a procriação. É por isso que Amon, o deus negro por excelência do Sudão “Anglo-Egípcio”(Núbia) e todo o resto da África preta, estava para aparecer na mitologia sudanesa como andrógino. A crença nessa ontologia hermafrodita produziria a circuncisão e excisão no mundo Preto. (...)(DIOP, 1982 p. 220).

A fim de fundamentar ainda mais esta explanação, recorreremos novamente aos trabalhos do pensador Nei Lopes que, em suas pesquisas, destacou não apenas o conceito da palavra circuncisão, mas também os povos que a praticaram desde a antiguidade.

Circuncisão. Ritual religioso de retirada cirúrgica do prepúcio. Entre os egípcios e etíopes, segundo Heródoto, o costume da circuncisão remontava à mais alta Antiguidade, tendo sido esses povos, além dos cólquidos, os primeiros a adotar tal prática (LOPES, 2011 p. 66)

Diversas sociedades africanas, casos de Núbia e Kemet, desde a antiguidade, construíram seus monumentos, castelos, pirâmides, templos religiosos etc, em formato de pedra. Uma tradição africana, que ao que parece, foi abraçada pelo próprio Jesus de Nazaré que numa famosa passagem bíblica, diz a Simão Pedro: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra, edificarei minha igreja”. (MT, 16, 18) Embora Jesus não esteja dizendo literalmente que vai construir sua igreja utilizando pedras, o nome de Simão, é mudado nesta passagem para Pedro=Kephas em aramaico, significando pedra em grego a língua para a qual a bíblia foi traduzida.

Hoje, católicos e protestantes, constantemente usam a palavra Amém, nas suas missas e seus cultos, respectivamente. O que não deixa de ser curioso, é que ao fazer isso, embora não notem, estão verbalizando uma palavra que existe há milhares e anos e que teve sua origem no continente africano, para se referir a este deus único descrito acima. Infelizmente, graças às deturpações históricas mencionadas neste texto, para muitos destes religiosos, que entendem, talvez por senso comum, que a origem de sua fé, está ligada à Europa, a palavra Amém (Amen) tem significado de “Assim seja”. No entanto, no seu trabalho Dicionário da Antiguidade Africana, Nei Lopes nos traz a seguinte informação:

Amon (Amen, Amun, Mon). Uma das manifestações do deus-sol dos egípcios, cultuado principalmente em Tebas. Segundo alguns autores, o deus, manifestava-se de três formas, correspondentes às posições do sol: Amon ou Amen, na aurora; Set no crepúsculo e Re ou Ra no ocaso. Seus animais votivos eram o carneiro e o ganso; as vezes, era simbolizado por um falo. Segundo Bernal, em torno do mar Egeu, os cultos dos deuses-carneiros eram baseados tanto no culto de Amon quanto no carneiro Mendes, no Baixo Egito; e Amon, como Osíris, era também representada como um negro. (LOPES, 2011, p. 30)

Conclusão

A ideia de produzir este artigo surgiu, a partir de um debate realizado na Colônia de Pescadores de Sepetiba, onde pudemos discutir a questão do racismo religioso que vem se verificando de forma recorrente no estado do Rio

de Janeiro em particular, a partir da ascensão das igrejas neopentecostais, ainda que a história nos mostre que este tipo de visão veio sendo construída ao longo de séculos, a partir de uma perspectiva eurocêntrica da história e que coloca as contribuições dos africanos nos mais diferentes campos da sociedade, num lugar de menor valor, ou associando-as à existência de uma entidade que historicamente não era cultuada em África e que cada vez mais o mundo se dá conta, de que esta visão, foi construída a partir das experiências dos povos que entraram na Europa e partes do Oriente Médio, vindo das estepes da Eurásia, a partir de 1700 a.C.

Este trabalho teve o objetivo de mostrar, ainda que de forma bastante resumida, as diversas distorções históricas ocorridas ao longo dos tempos, a cerca das tradições, culturas e história da África e dos negros no mundo. Este é um assunto extenso e que dá pauta para muitos desdobramentos, pois que é um campo extremamente vasto, fecundo e ainda muito pouco explorado, dando ainda bastante margem para discussões. É um tema que historiadores, arqueólogos, antropólogos e sociólogos continuam se debruçando tendo em vista a sensibilidade da questão que impacta a vida e o imaginário de milhões de pessoas ao redor do planeta.

Neste trabalho, tínhamos como norte, apenas demonstrar discrepâncias existentes nos discursos de quem ataca a visão de mundo africana, frutificadas e estruturadas pelo racismo que atinge diretamente seus sistemas de pensamento, corriqueiramente chamado de “religiões”, suas ligações com as raízes da crença que veio a se chamar Cristianismo, a inexistência do culto a uma figura maléfica em seu panteão e suas profundas diferenças no que diz respeito a esta visão que faz com que muitos terreiros de Candomblé e Umbanda, bem como seus praticantes, sejam sistematicamente atacados por pessoas que desconhecem totalmente sua real função social e espiritual.

REFERÊNCIAS

- BÂ, Amadou Hamapâté. Amkoullel, o menino fula. São Paulo: Palas Atena. Casa das Áfricas, 2003
- BÍBLIA Sagrada. Contendo o Antigo e o Novo Testamento. Traduzido para o português por João Ferreira Lima. 78ª edição. Imprensa Bíblica Brasileira. Rio de Janeiro, 1994
- DIOP, Cheikh Anta. A Unidade Cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Presença Africana. 1982
- _____. A origem dos antigos egípcios. História Geral da África. Vol. II. 2ª ed. ver. Brasília: UNESCO. 2010
- LOPES, Nei. Dicionário da Antiguidade Africana. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011
- MBEMBE, Achille. O Fardo da Raça. Entrevistas com Achille Mbembe a Arlette Fargeau e Catherine Portevin. Philosophie Magazine. Fevereiro 2018
- MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade. Novas bases epistemológicas para se entender o Racismo – Belo Horizonte – Mazza, 2007
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. A matriz africana no mundo. Selo Negro Edições. 2008
- SANTOS, Edmar Ferreira dos. O poder dos Candomblés. Perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia. Edufba. 2009
- VERGER, Pierre. O Deus supremo Iorubá. Uma revisão das fontes. Odu. University Of Ifé. Journal of African Studies. Vol. 2. Nº 3. 1966.

A Roupas das ruas

Crônicas de Izabela de Jesus

Quem puxa aos seus... Neste capítulo do Asas e Raízes temos o privilégio de contar com “os escritos” de uma mulher forte, cheia de personalidade, de voz marcante, Mãe zelosa do Oranyan, proveniente de uma família de artistas, todos e todas dotados de talento extraordinário, especialmente seus pais, a incrível Chica Xavier e o brilhante Clementino Kelé.

Nossa artista e cronista afirma ter começado a desenhar durante uma aula tediosa no tempo em que estudava no Colégio Federal Pedro II do Centro da cidade do Rio de Janeiro, seu pai apelidou suas primeiras criações de “magrinhos”, tinha como principal inspiração a dança, e especialmente os musicais Hollywoodianos, foi construindo ao longo dos anos um estilo único e inconfundível com influências segundo ela mesma de Lan, da negritude em Jean Baptiste Debret, na suavidade de Matisse, e ainda nos conta que os impulsionadores, a força motriz de seu trabalho foram as canelas de Chica Xavier, sua mãe, a versatilidade do seu tio Milton Cobrinha em suas aparições nos musicais da extinta Atlântida e seu “mergulho na religiosidade afro-brasileira”. Bela desenha séries de carnaval desde sempre, hoje “traça” como diz “o panteão dos orixás”, samba, capoeira, o funk da periferia, o futebol, o basquete de rua, suas obras estão imersas no universo do povo negro e reafirmam a identidade negra, a função social de sua arte é retratar a sua raça, nos elucida Bela.

Uma artista brilhante, interessante, e que possui uma faceta de escritora, cronista, que assina Izabela de Jesus, escreve em sua página no *Facebook.com* e em seu Blog de mesmo nome “A roupa das ruas” crônicas do seu cotidiano no seu Recanto, carinhosamente chamado por ele de “Sapezal”, de forma irreverente, sensível e sincera. Aqui fomos agraciados com as duas facetas desta pessoa que irradia luz! Deleitem-se com as crônicas de “A roupa das ruas”!

A ROUPA DAS RUAS

Publicado em 26 de janeiro de 2019

Eu, minha aFILHAda, meu filho e minha irmã estávamos fazendo compras numa feira de moda feminina, no Clube do Olaria, mesmo bairro, da zona norte do Rio, onde há uma casa de Cultura, que leva o nome de nossa mãe.

A vendedora nós tratou com muita cortesia. Conversa vai, conversa vem, ela nos contou ser oriunda de Itabuna, cidade no interior do Estado da Bahia. A vendedora é mulata, com cabelos pintados de louro. Ela tem direito de se auto descrever como quiser, mas ela é negra.

De repente, a baiana, olha para mim e dispara: -" Você está com esse turbante, porque você vende acarajé ou porque você não quis pentear o cabelo?!?!?!"

Oiiiiiiii!

Ela é baiana, eu não sou. O meu turbante, em nada parecia com aqueles ojás lindos, brancos e engomados das baianas de acarajé, era uma pashmina amarelo claro com um grande nó na frente. Ela arriscou perder toda compra que nós estávamos fazendo. Mas estava "claro", que ela não sabia nem que estava sendo preconceituosa e alimentando estereótipos.

Eu relevei, e respondi alguma coisa engraçada, porque o calor era insuportável e com a adição do preconceito eu só conseguia pensar que Olaria immortalizou o nome e a face de Mãe Chica, que é sinônimo de arte, cultura, educação e orgulho de ser negra! Um dia, ela, a baiana dos tecidos, se encontrará, eu tenho fé!

A ROUPA DAS RUAS

Publicado em 23 de março de 2015 .

Chuva torrencial sobre o Sapezal. Eu sai de casa meio triste, porque mais uma vez entrou água na minha casa. Peguei o ônibus, saltei em Santa Cruz, fui para o ponto do frescão e lá fiquei sentadinha rogando a São Pedro para que a chuva parasse. De repente, eu vejo um conhecido desse horário, mas que na verdade nunca foi meu companheiro de viagem. Ele passa pelo ponto, onde eu espero o frescão.

Ele estava sumido. E como ele sempre conversava comigo, eu o cumprimentei com dois beijos no rosto, por ser um conhecimento de uns três pra quatro anos. Ele me contou que estava trabalhando na Barra, por sete meses e retornou a Niterói essa semana. Ele parecia bem alegre em me ver, largou os companheiros de ônibus dele, falando sozinhos e veio ter comigo.

Na despedida a surpresa; ele me confundiu com uma carta e me deu um selinho! É isso mesmo senhoras e senhores, ele me deu um beijo na boca e saiu dando pulinhos, como naqueles desenhos animados. Ainda olhou para atrás como uma criança que fez uma travessura. Eu desenhei para vocês terem a noção do ocorrido, e da diferença de altura entre Adailton e eu.

Até romance, quando eu protagonizo, vira comédia!

Quando o ônibus finalmente chegou, eu me levantei e ao começar a subir os degraus do coletivo, eu ri muito, muito, muito e alto.

Ô Madrugada!

A ROUPA DAS RUAS

Publicado em 19 de agosto de 2016

Que Sepetiba ou Sapezal como eu gosto afetuosamente de chamar, é um lugar incomum, vocês já estão cansados de saber. Pois fiquem sabendo que nossas relações comerciais também fogem dos padrões dos outros lugares. Temos notícia de um morador que trocou um carro por um pássaro raro! Claro que foi um pássaro em extinção, e a transação foi ilícita. Mas acontecem coisas bem bizarras aqui "nessa aldeia"!

Essa semana, eu fui a uma loja que conserta celulares. A mocinha atrás do balcão me atendeu sem levantar os olhos da telinha do celular, que dedilhava avidamente. Eu falei o que queria assim mesmo. Para meu espanto, quando pedi o orçamento da troca da tela que havia trincado, eu ouvi uma voz, que vinha detrás de um muro de caixas de som, que se encontravam atrás da mocinha pouco atenciosa. A voz masculina pedia a marca do celular. Eu falei, buscando com o olhar o dono da voz. Aí veio um rapazola, e me respondeu assim:

- No amor, eu posso fazer pra você...mas no amor mesmo....quatrocentos reais. Qualquer autorizada vai te pedir mais de seiscentos, porque só a tela tá valendo , atualmente quinhentos e cinquenta sem a mão de obra.

Eu fiquei meio bolada, porque "no amor, no amor mesmo", o que tia Bela teria que fazer pra completar a diferença??????

Ele mesmo me desaconselhou a negociação, talvez pela minha idade, não sei. Mas, pilhérias a parte, quando eu disse quanto paguei pelo aparelho na época, eu e "meu amor mesmo" vimos que não valeria a pena.

Agora pensa comigo: como que um comerciante coloca um gerente, que não sabe nem falar de forma minimamente comercial para atender o público?

E eu pensando que as pragas de gambás e caramujos africanos, que vira e mexe assolam nossa aldeia, seria o máximo de agitação que poderia ter num lugar como esse. Mas todo dia tem uma coisa estranha!!!!

Eu hein!!!

A ROUPA DAS RUAS

Publicado em 2 de fevereiro de 2015

A praia, perto do coreto do Bem-amado estava lotada de jovens, por conta de algum baile funk ao ar livre. Só algumas moçoilas de mau proceder, se arriscavam na areia com garotos bem novinhos, entre canoas, redes, peixes, e não sei mais o que!

Quando o ônibus em que eu viajava passou pela galera, eles começaram a correr, e gritar para o motorista parar o coletivo. Ele acelerou para que o ônibus não fosse invadido. Aí os funkeiros começaram a xingar palavras de baixo calão e atirar pedras . Deu um medinho!

Mais adiante vimos vários carros parados, e a pista fechada: um motoqueiro (não imagino como) havia acabado de atropelar um cavalo, que jazia morto no asfalto!

Detalhe: até aí, nós não havíamos saído de Sepetiba. Depois não houve mais nenhum contratempo.

Peguei o frescão e vim dormindo até o ponto final!

Êta manhã agitada!

A ROUPA DAS RUAS

Publicado em 1 de dezembro de 2015

Cinco pretinhos foram passear

Em Madureira para festejar

RA TÁ TÁ , TÁ TÁ TÁ TÁ

Nenhum dos pretinhos

Voltou de lá !

Quando eu fiz um extra no Norte Shopping, nos anos noventa, no dia que eu recebi o pagamento final, eu embarquei num táxi de Del Castilho rumo a Sepetiba, com medo de ser assaltada no coletivo. Dias antes, uns policiais haviam sido filmados, extorquindo dinheiro de motoristas que estavam em situação irregular, durante uma blitz. Como eu havia malocado meu din din dentro da roupa, eu separei e estava segurando em minhas mãos, o dinheiro da corrida.

Quando passamos sob um viaduto em Campo Grande, havia uma blitz! Fiquei muito assustada, porque o local era muito escuro e o policial, mandou que eu descesse do táxi com uma abordagem bem estranha. Eu que estava com mais de cem reais nas mãos, estava toda me tremendo por dentro, e nem me toquei que estava exibindo o dinheiro. Aí os guardas revistaram o táxi, mas eu notei que era impossível ler o nome deles nos uniformes.

Um deles de repente olhou para mim com cara de mau e gritou: - "Guarda esse dinheiro para ninguém pensar que eu estou aceitando suborno. "

Eu, que naquele tempo ainda não era mãe, respondi: - Qual que é? Esse dinheiro é pra pagar meu táxi, que eu não tô aqui pra dá dinheiro pra polícia não!!!

Eu a essa altura já estava me vendo no saco mesmo, então queria morrer com dignidade! Os canelas pretas nos liberaram, e quando eu cheguei em casa ,com certeza eu tomei todas! Depois disso nunca mais quis trabalhar de noite!

Incrível saber que nem na periferia, onde a maioria é negra, a gente pode ir e vir em paz. Tenho mais estórias como essa no meu baú , e fico pensando, sorte minha que tive finais felizes prós meus pequeninos dramas cotidianos .Sorte minha ter voz e letras!

Estou enlutada!

Cinco pretinhos foram passear...

A ROUPA DAS RUAS (BLOG)

Publicado em 18 de novembro de 2011

Quem me conhece faz tempo, também conhece essa estória. E na Semana de Zumbi, ela serve de reflexão. Eu morava no Humaitá, e estava voltando para casa de 438 - Barão de Drummond/Leblon. Eu havia comprado alguns pares de sapato numa liquidação no Centro. Embarquei no ônibus, na Praça XV, e quando entrei, vi que todo banco traseiro estava ocupado por rapazes negros.

Eu pensei cá com meus sapatos: -"sei não, essa negrada toda no último banco deve estar olhando quem entra pra depois assaltar!" Na mesma hora me penitenciei por aquele pensamento preconceituoso. Afinal, eles poderiam ser meus irmãos, meus namorados, meus amigos.....Só porque estavam de bermuda, num dia de semana, no horário em que a maioria está trabalhando.....eles podiam ser guardas noturnos, enfermeiros.....mas não custava eu guardar meu relógio, meu anel de prata com ouro, meu dinheiro no sapato.....não custava eu ficar olhando o movimento negro pelo retrovisor.

Conforme os outros passageiros iam embarcando, a postura era a mesma, davam uma respirada, quando viam o grupo, passavam na roleta e ficavam de olho no espelho. Quando alcançamos o Hotel Novo Mundo, eu respirei aliviada, porque minha experiência dizia, que se ninguém se apresentava como assaltante até ali, o resto da viagem era tranquila. Mas assim que chegamos no outro ponto, os "meus irmãos de cor" já haviam iniciado o assalto, que na verdade era direcionado a um cidadão só, mas quando eu escutei que era assalto, que vi que o ônibus estava parado, e com a porta da frente aberta, eu lancei mão das minhas sacolas e rumei para a porta.

Senti uma mão me segurar, e uma voz falar carinhosamente no meu ouvido:

- "não precisa saltar não, nós já estamos saindo". E saíram sem incomodar mais ninguém. Eu, que caí de volta no banco, depois de tanta deferência, agora me penitenciava por não ter acreditado no meu faro. Ontem, entrei no mercadinho lá da esquina de casa, no Sapezal e depois de colocar os suquinhos do meu filhinho no balcão, esperei um sujeito, que vocês estão vendo no desenho fazer a compra dele, para eu pagar os suquinhos.

O cara era pra lá de caidinho, e tinha as pernas inchadas de tanto álcool, embora fosse magrinho. Não pensei que ele fosse meu irmão, ou meu namorado desta vez, mas

a imagem dele era de dar dó! Ele pediu várias marcas de cigarro e trazia uma nota de dois reais entre os dedos, como os trocadores antigos faziam. Depois de muita escolha ele optou por um tipo X de cigarro e o comerciante, disse a ele que aquele cigarro era dois reais e sessenta centavos. Ele então colocou a mão sobre o balcão.... parou.....olhou para Seu Antônio e disse: -"..o sinhô não vai me levar a mal, mas....." , e colocou um pé para atrás..... Eu pensei que ele ia surgir com alguma arma e dizer que ia levar o cigarro e mais alguma coisa de graça. Nada disso! Ele colocou a mão para se apoiar no balcão e o pé atrás do outro, para descalçar um tênis!

Aí, ele olhou pra mim, meio constrangido e eu vi que no lugar do salto do calçado, ele camuflava as moedas dele. Ele me disse: -"moeda é fácil de perder, e dinheiro não dá pra dar mole não". Eu balbuciei um: "- é...". Ele então pegou uma moeda de cinquenta centavos e outra de dez centavos de chulé e entregou para Seu Antônio, que teve que aceitar. Depois que ele saiu, perguntei ao comerciante luso descendente se ele conhecia o gajo, e ele disse que ele era carroceiro e que pelo aspecto, talvez ele até dormisse com aquele tênis calçado. As vésperas do Dia da Consciência Negra, a gente ainda tem muito tópico pra debater com nossas próprias consciências.

MEU ESPELHO É O TEXTO

Anderson Assis

Muitas das vezes acreditamos que a representatividade é um viés único e que parte do princípio de se ver no outro e tê-lo como ponto de referência para a posição que se busca. Porém, esquecemos que ser representado não está apenas na figura de outrem, mas também nos espaços com os quais nos identificamos e que nos representam, não apenas como pessoas, mas como identidade cultural. Afinal, lugares também podem dizer muito sobre nós (psicológica e socialmente), nossos pensamentos e ideias, bem como expor nossos posicionamentos culturais e objetivos. Por isso, falo a seguir e em poucas linhas, sobre minhas ambições, o lugar comum que me motiva e o cenário que me inspira e direciona, assim como aponto parte do que é meu objetivo com base no que escrevo e leio, tendo em mente o legado cultural que visio a registrar e deixar para posteridade na tentativa de que a literatura possa salvar um pouco do que são os lugares que me ensinaram quem eu era e sou.

SALVO POR MINHA FRAQUEZA.

Há diversas palavras que nos assustam e FRAQUEZA com certeza é uma delas. Temos um medo terrível de não conseguir. De não ser capaz. Mas é justamente isso o que nos motiva a ir adiante. Somos impelidos pela necessidade de não falhar. Pelo desejo de superar a nós mesmos. E são as adversidades que muitas das vezes nos mostram esse caminho e as qualidades que não acreditamos ter. Pois são em momentos tensos que percebemos a força que possuímos e não exploramos. E geralmente são nossas fraquezas que nos revelam isso. O que no meu caso acontece na condição de baixa autoestima, que é um dos gatilhos para meus momentos de depressão.

E foi justamente a depressão que me fez superar uma das minhas fraquezas: A deficiência com a língua portuguesa e a crença de que eu não era capaz de escrever, de construir um texto longo e conciso. O que se revelou uma grande inverdade, já que depois disso mergulhei nas águas profundas da literatura, não apenas me dedicando à escrita, mas também me tornando um

leitor insaciável. Todavia, no que diz respeito à escrita, graças a essa fraqueza, hoje tenho diversos textos escritos na forma de ensaios com os quais pratiquei e melhorei meu contato com a palavra bem como tenho 6 (seis) livros escritos e publicados de forma independente. Obras que me moldaram e revelaram em mim traços que eu mesmo desconhecia. Sendo um deles o próprio prazer pela escrita. Pela necessidade de me expressar com textos. Inclusive, não apenas me tornei romancista como encontrei meu poeta interior na categoria dos haicais – poesia japonesa de métrica singular, na qual as “rimas” são escritas com versos de 3 linhas compostas de hiperssilábicos na sequência de 5/7/5.

Com isso, hoje minha depressão não tem mais a força que tinha, e quando tenta se impor, a literatura toma as rédeas e minha dor é transformada em palavras, versos e textos das mais variadas formas.

Claro que as coisas não são tão simples. Afinal, todo escritor enfrenta uma coisa chamada bloqueio criativo. Mas voltando um pouco e explicando a minha autodescoberta, tudo se deu em um momento de crise de existência e aparentemente sem explicação, uma vez que eu estava no auge da minha carreira como produtor de eventos e vinha crescendo cada vez mais nesta profissão. Porém, como todo jovem, eu sentia que faltava algo, talvez no âmbito pessoal, e isso culminou em um estado de baixa estima, no qual eu acabei por me trancar dentro de mim mesmo, me achando incompleto e incapaz.

Sem forças para ir adiante e tampouco sem motivações. Admito que nunca soube de fato o que me levou aquele momento da vida, mas sei exatamente que foi este momento que me revelou quem sou hoje. Na segunda noite daquele estado fatídico, eu decidi declarar para mim que se era para morrer, eu precisava terminar pelo menos uma coisa em minha vida. Com isso, decidi que iria escrever um livro, já que todo homem precisa na vida fazer pelo menos 3 coisas: plantar uma árvore, ser pai e escrever um livro. Essa última opção era a mais prática e a que realmente poderia me salvar.

Assim, imbuído de novo vigor e um novo norte, me dediquei durante os próximos dias à escrita e pouco a pouco fui recuperando partes de mim. Já

voltava a me alimentar melhor. Já começava a me socializar novamente. E a escrita ia se tornando uma parte maior de mim. O que ao final de 2 meses se mostrou uma obra de ficção fantástica com cerca 90 laudas de narrativa. Dali em diante eu não largaria mais a prática da escrita, me tornaria cada vez mais exigente comigo mesmo neste quesito. Iria, inclusive, enfrentar uma crítica razoável com base nas falhas da minha obra. Mas tudo seria uma base de construção para o autor que venho buscando ser. E digo isso porque ser escritor é um processo constante e nunca estamos plenos. Sempre podemos melhorar em algum aspecto ou técnica.

Por isso, ao longo dos últimos 9 anos e graças ao livro “Pré-Mortais – livro 1: O despertar”, hoje eu tenho uma trilogia concluída, cuja mesma tem em seu último volume um grande exemplo da minha evolução na escrita, bem como tenho mais 3 títulos que expressam as mudanças e crescimento pelos quais passei nesse processo. Isso também me fez enxergar novos horizontes e alçar novos voos. O que lhes apresentarei a seguir.

MINHA VOZ, MINHA FERRAMENTA, MEU LEGADO

Sair da depressão utilizando-se da literatura foi um grande marco na minha vida e hoje eu não tenho dúvida disso. Inclusive, apesar de não conhecer a fundo, sei que esse ato é chamado por alguns bibliotecários, senão por todos, de biblioterapia. Uma espécie de terapia através da escrita e leitura. Entretanto, o mais importante nisso tudo é que graças a minha imersão na escrita e no mundo literário, meus horizontes se expandiram e eu descobri novas ferramentas com as quais me envolver e que me ajudariam a ajudar outras pessoas, ou pelo menos, dar a elas oportunidades. Ou seja, com o ato da minha personificação em autor, me aproximei mais do mercado, percebi alguns buracos e com isso tomei a decisão de ser mais uma ferramenta transformadora nesse sentido.

E isso me levou a dois projetos que eu mesmo não imaginaria no passado realizar. O primeiro deles foi o Papo Leitura. Encontro de leitores em parceria com a livraria Leitura, que gentilmente nos cedeu espaço para os encontros,

permitindo assim que jovens de Campo Grande e adjacências pudessem se reunir para falar de suas leituras e experiências com o livro.

Os encontros ocorreram na unidade do Park shopping Campo Grande, sempre aos Sábados. Depois disso e inspirado pela Bienal do Livro Rio, foi a vez de dar à zona oeste do Rio uma feira literária de presente. O evento teria o nome do bairro que o sediaria: FLISC – Feira Literária de Santa Cruz. Aqui o objetivo ia além de uma pequena reunião de leitores. O evento era tecido para envolver toda a comunidade local e aproximá-la da literatura através de suas principais vertentes: o livro, o cinema, os quadrinhos, o teatro e a música. Todas as atividades em que o texto escrito está presente de alguma forma, sendo a base do combustível delas para suas manifestações.

E foi com muita dificuldade e empenho que FLISC conquistou 5 edições e deu à zona oeste luz através da literatura. Recebendo diversos convidados, desde personalidades famosas a artistas desconhecidos, mas de talentos enormes. Mas você deve estar se perguntando: E o que isso tem a ver com o tema? Onde está a representatividade?

Bem, ela está na voz que dou aos bairros da zona oeste e na sua inserção num mercado que os ignora. Mostro através destes eventos que o morador de Santa Cruz pode bater no peito e dizer que seu bairro tem evento literário. Que está representado na cultura. E ainda, que seu bairro tem artistas que os representa nessas vertentes culturais. Que sua formação cultural não está pautada apenas na marginalidade. Que os jovens não possuem apenas o tráfico como referência. Que existem artistas que podem inspirá-los e fazer com que aspirem a lugares ao sol, onde o texto é a sua arma e suas variações são os seus estilos. E que principalmente seus tiros podem ser em forma de verbos e que estes podem transformar toda uma geração. E isso é o que faço enquanto escritor. Fujo em minhas obras do estereótipo entregue pela mídia, apresentando um universo, talvez, nunca pensado e imaginado enquanto zona oeste. Mostro que é possível termos um lugar como o nosso habitado por heróis com poderes e que enfrentam monstros míticos. Um universo onde o bandido

sai de cena e a fantasia serve de pano de fundo para apresentar bairros comuns, geralmente esquecidos pelos escritores renomados.

Faço do livro, assim, uma ferramenta para dar voz e visibilidade a localidades como Santa Cruz e Sepetiba. Por exemplo, no caso do primeiro, o utilizo como um dos cenários principais da trilogia Pré-Mortais e ainda me utilizo de um monumento histórico da região para ligar o local à narrativa fantástica, que é o caso da Fonte Wallace. Já no caso de Sepetiba, a utilizo em dois textos: um conto/ensaio, onde narro minha própria ida ao bairro, num domingo de manhã, para visitar e participar do passeio do Ecomuseu de Sepetiba. Evento este que ocorre geralmente sempre no primeiro domingo de todo mês. E também utilizo Sepetiba (na verdade Nova Sepetiba) como um dos cenários do meu romance (uma história juvenil curta) “Danilo e o Evento de Anime”, onde Danilo, protagonista da história e amante de Just Dance, é descrito numa das cenas chave, utilizando a pista de skate do bairro.

Desse modo, utilizo-me da literatura para eternizar lugares como estes e permitir que gerações posteriores os conheçam não apenas por suas mazelas, mas também por suas peculiaridades e história de formação e cultura. O que, por sua vez, me leva a um texto curto que escrevi, pelos olhos de um garoto de doze anos, mostrando minha visita pela ala cultural do Batalhão de Engenharia Vila Gran Cabrita, em Santa Cruz, que não apenas é um dos quartéis mais importantes do Brasil, como foi também Fazenda da Família Real.

Com isso, posso dizer que a literatura não apenas me salvou, como é minha maior representação. Pois é nela que me espelho. Em cada página posso viajar e vislumbrar os mais diversos tipos de culturas, situações e problemas e soluções. E ela quem me representa como indivíduo e que me constrói a cada página lida. Cada narrativa absorvida. E por mais que você possa me dizer que há um narrador responsável por cada um desses textos, é a narrativa em si e seu teor quem torna importante a construção do indivíduo. E ela quem apresenta situações, nem sempre vividas pelo autor, com as quais o leitor se identifica e nas quais o leitor se encontra.

REPRESENTADO PELA PALAVRA

Por isso, posso dizer que sou representado pelos textos nos quais eu mergulho e naqueles que hoje também escrevo. São eles que me ajudam a superar cada dia e suas dificuldades. São eles que me preenchem e certamente a todos, afinal, nos utilizamos deles o tempo todo em nossas redes sociais para demonstrar como nos sentimos ou como gostaríamos de nos sentir. É o verbo, palavra transitória e que possui diversas formas, quem nos ajuda a expressar o que sentimos. São os adjetivos e os substantivos que dão forma as nossas ideias e qualificam nossos sentimentos e pensamentos. Portanto, é palavra quem nos alimenta e nos classifica. Ela que nos ajuda a definir quem somos e quem queremos ser. Afinal, basta uma palavra para nos erguer ou nos afundar, mas uma ideia para nos transformar.

FOTOGRAFIA DE DANIEL BARREIROS

**AS PASSAGENS, AS CORAGENS
SÃO SEMENTES ESPALHADAS NESSE CHÃO...
UMA HOMENAGEM À ODALICE PRIOSTI**

Bianca Wild

Ecomuseu de Sepetiba - Associação brasileira
de Ecomuseus e museus comunitários

Os viajantes, visitantes, ilustres ou não, que em suas viagens e passagens pisaram nesse chão, jamais imaginariam o quão segregado seria, este território, largado à revelia, um dia tão importante, por longo período sua extraordinária história desapareceria, não fosse ela, com maestria, motivando a alegria, de quem nesse chão se criou e ganhou coragem, Santacruzenses, como diria, uniu-vos em sua homenagem!

Doula, do grego, mulher que serve, talvez na Grécia ainda possua um sentido negativo, como alguém que serve compulsoriamente, mas aqui falamos Doula, como aquela que auxilia nos partos, aquela que dá suporte a outras mulheres antes, durante e após darem a vida, Odalice tornou-se Doula, de tantas iniciativas museológicas, foi aquela que deu coragem, espalhou sementes, entendeu rizomas e construiu mais do que teias, contribuiu na edificação de redes, pensou na libertação das forças vivas da comunidade em que viveu por e pela musealização do espaço vivo, sendo aquela que trouxe ao mundo iniciativas de memória enquanto resistência, que não se assujeitam aos modelos hegemônicos. falou da libertação das forças vivas das comunidades no processo de tornar-se sujeito, do ato de produzir subjetividades.

Nos mostrou através da experiência de Santa Cruz o museu que privilegia os sujeitos e não os objetos e coleções, cujo escopo principal é o desenvolvimento consciente e responsável de uma comunidade para agir, criar e transformar capacitada para a construção e gestão de sua memória e para o pleno exercício de sua cidadania. Parece-nos fácil comparar, mas aprender e ensinar são as ações mais generosas que se pode imaginar, o conhecimento transforma e Odalice, com seu jeito apaixonado, vibrante, dedicou a vida a

transformar, levando a experiência de Santa Cruz a viajar, foi doula porque foi capaz de sem interferir no processo de criação, sem forçar, sem pressionar, trouxe “à vida” diversas iniciativas que como ela mesma chegou a mencionar, encontraram seu porto seguro, como rizomas errando na superfície à procura da sobrevivência, , capazes de resistir de forma criadora, de construir algo novo transformando conteúdos de origem em outra coisa. Seu legado, como em seu poema “(...) impávida guerreira

Me bastam os que souberam ler
Indecifrável esse jeito torto de ser
Invulnerável....
Doar-se não foi mais
Que responder sedenta
A regalos tantos
Em cada carinho, cada sorriso amigo
Louros, sons e cores
De uma ritual missão...”

Através desta, como ela chamou, “ritual missão” lições tirar, aprender a ser, viver e amar, através da história e da memória transformar um lugar, admiramos o mundo por meio do que amamos, Odalice concretizou isso em seu lugar e hoje, neste chão, estão suas sementes a germinar.

PELAS TRILHAS DO TEMPO: SEPETIBA HOJE E SEMPRE

Jorge Luiz Alves

Muitas luas passaram pelos céus tamoios, datas religiosas em calendários caucasianos atravessaram os séculos, as agendas governamentais inseriram urgências supérfluas e eleitoreiras a cada quadriênio. Lideranças locais, nobres de além-mar, coronéis e terratenentes, soberbas presenças em casarios e latifúndios, cada qual com seus títulos e privilégios, subiram palanques e beijaram crianças no afã de vãs promessas.

Mas a terra do farto sapê continua a sua insistente presença.

Sob os pés de milhares de construtores, moradores, dinastias patrícias e plebéias, além da escravaria e tribos indígenas, Sepetiba prosperou e decaiu, conheceu a pujança e urbanidade, mas transitou pelo esquecimento dos governantes e das elites que, pelo governo, fazem seus trampolins. O bairro que sobrevivera ao biorritmo histórico – altos e baixos dignos de um país bipolar como o Brasil – representa um impressionante achado em nostálgico e esperançoso acervo urbanístico. E sem precisar de balaústres imperiais ou alpendres para significá-lo.

As pedras do cais que, feridas pelas botas dos alabardeiros ou lambidas pelas ondas, contam momentos de intensa movimentação na baía hoje castigada pelos detritos de criminosos produtores de lucro à toda vaga.

Um calmo passeio pela extensão da Rua da Floresta, cortamos para a Piaí e o sossegado zum-zum dos moradores revelam a colméia produtiva dum comércio que se amalgama no favo dos moradores e transeuntes, doce interação de comunitárias abelhas cidadãs, sabedoras do mel cidadão que produzem, nas atividades que buscam manter o sabor de um viveiro histórico mais protegido dos descasos público-predadores.

Não tão simétricas, mas irmãs do mesmo mar: a sé de Pedro, que tanto protegera e abençoara o povo caiçara na busca pelo maná dos oceanos, conjuga

o belo verbo das marés com sua conterrânea divina; Iemanjá guarda a coragem dos pescadores no início do Recôncavo, estende-se em pérolas protetoras pelo Cardo e, até a curva do manguezal da Brisa, vai tomando conta das traineiras que desafiam as incertezas abissais e as certezas poluidoras. Redes que arrastam peixes e impurezas. Almas valentes, que aguardam um Messias a caminhar por suas águas e lodaçais, antes terapêuticos, agora arriscados para a saúde...

A pracinha e o coreto que assistira aos discursos de Odorico Paraguaçu na simbiose entre o coronelismo novelesco dum Bem Amado e o ponto de encontro da comunidade e suas iniciativas construtivas: ficção e realidade, o povo será sempre o mesmo espectador dos dramas da urbe, mas protagonizará os destinos do bairro, destinado a não mais servir de cemitério da esperança cidadã: a fanfarra eleitoreira abre espaço para a voz do povo e a agenda cultural do distrito.

Desde o Castelinho da Cigana, passando pelos anos do Telhado Azul, muitas “segundas-sem-lei” animaram o balneário e inspiraram diversas histórias pessoais com finais, ora felizes ora infelizes; assim foi, é e sempre será o ritmo das noites sepetibanas, que oferecem, ao marear dos deleites, a sizígia repleta de águas vivas, também ora belas em suas transparentes alegrias, ora perigosas, no queimar a pele com excessos noturnos.

Sepetiba persiste. Insiste. Vence os séculos e as marés. Poluidoras fainas humanas e predadoras realidades sociais. Mas o “lugar do farto sapê” não fica indiferente no mapa carioca das inclusões e inconstâncias; pelo contrário: mais um ano de vida se passa, e atravessa a linha do tempo com a mesma coragem que os primeiros tambois, acossados e perseguidos pelos europeus, instalaram em terras de rubro madeirame. Nenhum de nós pode notar, à primeira vista; mas a proteção que envolve o bairro mais afastado da cidade aproxima-nos da certeza de eternizar os esforços aqui feitos calafetando com cidadania, cultural, coragem e respeito essa comunidade de gente operosa e capacitada.

Fotografia da Obra de Tonn Alves

Fotografia de Glauco Vital

Fotografia de Glauco Vital

Os “Construtores”

Conheça um pouco de todxs que contribuíram na construção deste projeto!

ANDERSON ASSIS, Brasileiro, carioca, escritor e produtor de eventos. Um Leitor compulsivo. Anderson Assis é carioca de nascença, morador da zona oeste do Rio e apaixonado por cultura pop. Se encontrou na literatura após um breve período de depressão, de cujo mesmo emergiu através da escrita. Desde sua imersão na literatura, o autor tem diversos textos produzidos ao longo dos anos com o objetivo de ajuda-lo na melhoria de sua construção textual e narrativa. Alguns, inclusive, estão publicados em seu Facebook e em seu Wattpad. Além disso, tem em seu currículo seis romances. São eles: A “trilogia Pré-Mortais”, o livro “O Mensageiro das Estrelas – um prólogo para as Crônicas do Cosmos”, o livro “Danilo e o Evento de Anime” e o livro/spin-off “As Crônicas Pré-Mortais: O Humano e a Irmandade”. Todos publicados de forma independente. Além de escritor, Anderson Assis é produtor de eventos, tendo o Anime Point e FLISC como os principais projetos dessa parte de sua carreira. Participou das duas últimas edições do colóquio Asas e Raízes e um ferrenho apoiador do trabalho do Ecomuseu de Sepetiba.

Andressa Oliveira é enfermeira e ativista nas áreas da saúde, raça, gênero, juventude e religiões de matriz-africana. Nascida e criada na zona oeste do Rio de Janeiro, no bairro de Sepetiba, encontrou facilidade no contato com o Ecomuseu Sepetiba, fortalecendo assim, o compromisso histórico, político e social do ecomuseu com o bairro. Participa atualmente do GT Juventude de Terreiro

organizado pela Rede Nacional de Religiões Afro Brasileiras e Saúde - Renafro.

Bianca Wild é mestre em letras e ciências humanas pela Universidade do Grande Rio, especialista em gênero e sexualidade pela UERJ, graduada em ciências sociais pela FEUC, Vice – presidente da Associação brasileira de Ecomuseus e museus comunitários, membro do conselho editorial da Revista Café com Sociologia, fundadora do Ecomuseu de Sepetiba.

Clementino Junior é doutorando em Educação (GEASur/UNIRIO), cineasta, educador Audiovisual e ambiental, e Fundador do CAN - Cineclube Atlântico Negro. Participou da Edição do Colóquio Asas e raízes: Ancestralidade no ano de 2018, é apoiador do Ecomuseu de Sepetiba e produziu no ano de 2019 o documentário “BAÍÁ” com Coprodução do Ecomuseu de Sepetiba e GEASur.

Izabela de Jesus ou Bela, depende da faceta apresentada, artista ou cronista, é autora dos textos da página no Facebook.com “A roupa das ruas” e do blog de mesmo nome, começou a desenhar os seus “magrinhos”, como seu pai batizou suas criações quando criança durante as aulas enfadonhas, Bela desenha séries de carnaval desde sempre, hoje “traça” “o panteão dos orixás”, samba, capoeira, o funk da periferia, o futebol, o basquete de rua, suas obras estão imersas no universo do povo negro e

Izabela de Jesus narra o cotidiano de forma leve, sincera e com uma certa dose de humor.

Joice Alves Vargas Soares Acácio é pós-graduanda em Direito Constitucional pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), licencianda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Residente Jurídico na Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE/RJ) e Advogada, com experiência nas áreas cível e consumerista. Atuou como voluntária no Ecomuseu de Sepetiba.

Jorge Márcio do Nascimento é graduado em Arquivologia(Uni Rio), Pós - Graduado em História da África e do Negro no Brasil (UCAM) Pós- Graduado em Docência do Ensino Fundamental e Médio (AVM/UCAM) Mestre em Relações Étnico-Raciais (CEFET RJ) e Professor de História da África em Prés Vestibulares Comunitários. Conheceu o Ecomuseu através de um ex-aluno que atua na instituição e que o convidou para uma roda de conversa sobre racismo religioso. Foi uma experiência ímpar, a qual tenciona repetir.

Jorge Luiz Alves (16 Jul 1961 – Madureira, Rio de Janeiro/RJ), graduado em História pela Universidade Candido Mendes, é membro da cadeira nº 8 da Academia de Letras do Brasil e Militar Especialista da Força Aérea Brasileira (Reserva 1); autor de Viagens e Delírios (Editora Muiraquitã, 2008), Sagitário (2011), O Percurso da Paixão (2013) e A Palavra e a História (2019), todos esses pela Litteris Editora. Reside na Zona Oeste do Rio desde 1969,

e participou do evento “Asas e Raízes”, promovido pelo Ecomuseu de Sepetiba, em novembro de 2018. Crê na essência do movimento em prol não só da natureza local como da inserção da comunidade (uma das mais antigas e influentes no contexto histórico da região) nos destinos da cidade e do país no que tange à inclusão e participação política , social, econômica e , principalmente, ecossustentável.

Maria Carolina Almeida de Azevedo é Graduada em Letras(Português/Inglês) pela Universidade Estácio de Sá e especialista em Educação e Relações Raciais pelo Universidade Federal Fluminense. Trabalha como professora de Língua Inglesa na rede municipal de ensino do Rio de Janeiro (SME/RJ) e também é membro do Coletivo Docente Agbalá, formado por professores da SME/RJ que trabalham práticas pedagógicas antirracistas. “Através do convite de Bianca Wild, participei do evento “Asas e Raízes: Resistência e Representatividade”, falando sobre a necessidade de uma prática docente crítica e antirracista, principalmente no ensino de línguas estrangeiras. Tenho uma ligação afetiva com Sepetiba, pois é um espaço muito rico e que faz parte das minhas memórias afetivas , e acho de uma importância visceral o trabalho de resgate, manutenção e preservação da memória do bairro feito pelo Ecomuseu de Sepetiba”.

Matheus Melgaço é formado em comunicação social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduando em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Paulo Melgaço da Silva Junior é Pós doutor em educação, atualmente atua como diretor adjunto da Escola Estadual de Dança Maria Olenewa. É autor de diversos livros entre eles: Mercedes Baptista: a criação da identidade negra na dança. Conheceu pessoalmente o EcoMuseu de Sepetiba em 2018, quando participou das comemorações da Consciência Negra. A partir de então começou a acreditar e apoiar, mesmo que distante, as ações propostas pela direção do Museu.

Renata Macedo Maia da Silva é mestre em História Comparada pela UFRJ, especialista em Metodologia do Ensino Superior pela UniverCidade, e graduada em Artes pela Bennett, com quarenta anos dedicados à educação através da arte. Professora da ETESC/FAETEC. É moradora do bairro de Sepetiba, parceira e apoiadora do Ecomuseu de Sepetiba.

Rita de Cassia Oliveira Pedreira é museóloga; educadora Ambiental; idealizadora da Biomuseologia; Gestora da ARCABOUÇO - Ensino de Cultura, Artes e Sustentabilidade. O EcoMuseu de Sepetiba “é afetividade. Afetividade em estágios profissionais, contemplativos e de crença... Aquele local, que ao imaginar você reconforta! Sabe, que ali tem boa vontade! Tem coragem para enfrentar os desafios de sociedade desigual! Onde pode deitar e aconchegar sem sobressalto suas sensações de bem querer. O EcoMuseu de Sepetiba é salto para futuro de verdade... Território de Gente!”

Rodrigo Carneiro é graduado em Ciências Biológicas, atualmente é mestrando na Uerj em Ensino de Ciências e demandas Socioambientais, iniciou sua trajetória ambiental e religiosa ainda na infância no candomblé, onde aprendeu a importância da natureza para nossa vida e nossa religiosidade. Chegou à Sepetiba no ano de 2009 para iniciar sua jornada como Sacerdote do Terreiro chamado Ile Omi Orun (A casa das Águas do Céu) onde permanece até os dias atuais. Tem como propósito de vida a luta para Meio Ambiente e o amor pelos Orixás. Rodrigo é apoiador e parceiro do Ecomuseu de Sepetiba.

Sinvaldo do Nascimento Souza possui graduação em Licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia de Campo Grande (1982), graduação em Museologia pela Universidade do Rio de Janeiro (1983), Pós-graduação lato sensu em Educação do Ensino Superior, pela Universidade Candido Mendes (1999), Pós-graduação em História do Brasil Pós 1930, pela Universidade Federal Fluminense e mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor I regente de história da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Educação, professor assistente da Associação Educacional Machado de Assis. Sinvaldo do Nascimento é fundador do NOPH – Núcleo de orientação e pesquisa histórica de Santa Cruz , bem com do Ecomuseu de Santa Cruz, um grande incentivador e conselheiro do Ecomuseu de Sepetiba e um dos maiores pesquisadores da Região de Sepetiba/ Santa Cruz.

Responsáveis pelas ilustrações/imagens – Artistas e fotógrafos responsáveis pelas imagens contidas na obra

Bela D'Oxossi, cronista, artista plástica e ativista, filha da maravilhosa Chica Xavier e do Ilustríssimo Clementino Kelé, incentivadora e parceira do Ecomuseu de Sepetiba.

Daniel Barreiros – Fotógrafo, produtor cultural, ativista, morador de Sepetiba, parceiro do Ecomuseu de Sepetiba.

Flavia Dart (Flávia Almeida) é artista plástica, professora de educação artística com habilitação em artes plásticas e história da arte pela UERJ, professora da Rede municipal do Rio de Janeiro, mestre em história comprada pela IFCS-UFRJ, parceira do Ecomuseu de Sepetiba e criadora da capa desta obra.

Dona Otávia Vital e seu Filho Glauco Vital, ambos parceiros do Ecomuseu de Sepetiba, Dona Otávia é pintora, artista plástica autodidata, um exemplo de vida, Glauco Vital é fotógrafo e ativista LGBTI+.

Ricardo Rodrigues é artista plástico, militante das causas sociais, ambientais e da museologia social, membro fundador do Coletivo Cerro Corá Moradores em movimento e do Museu comunitário Memórias do Cerro Corá.

Tonn Alves é artista plástico, morador do bairro de Sepetiba e parceiro do Ecomuseu de Sepetiba.

Comissão de Revisão

Arlene da Fonseca Figueira

Graduação e Licenciatura em Letras (Português-Literaturas /UFRJ);Especialização em Língua Portuguesa (FEUC); Mestrado em Letras (Estudos da Linguagem- UFF); Doutorado em Letras (Estudos da Linguagem-UFF); Professora de Língua Portuguesa - Secretaria Municipal de Educação- SME/ RJ); Professora do Curso de Letras (FIC/ FEUC);Presidente do Conselho de Ensino da Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC).

Rogério Costa de Oliveira

Bacharel e licenciado em Letras (Português/Francês) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em literatura Brasileira pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor de Língua portuguesa na Rede Estadual de Educação/SEEDUC e nas Faculdades Integradas Campo-Grandenses/FIC/FEUC.

José Ricardo Dordron de Pinho

Doutor em Língua Espanhola pela UFRJ e professor de Espanhol do Colégio Pedro II, onde também atua como Coordenador Pedagógico do Campus Realengo II e como Coordenador Adjunto do Departamento de Espanhol. Ainda é professor de Português e de Espanhol da FEUC. Pesquisa, principalmente, o ensino de pronúncia e o tratamento da variação linguística nas aulas de línguas.

Dany Thomaz Gonçalves

Mestre em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Licenciado em Letras Português/Inglês pela FEUC. Professor do curso de Especialização CEPOPE/FEUC e, também, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME).

Victor Gil Mazzoleni Reis

Possui Mestrado em Geociências (ênfase em Geologia e Paleontologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É graduado em Geologia (bacharelado) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e em Licenciatura Plena no curso de Letras (Português e Inglês) pelas Faculdades Integradas Campo-Grandenses - FIC / FEUC. Também é especialista em Literaturas em Língua Inglesa pelas Faculdades São Luís e professor do Curso de Letras das Faculdades Integradas Campo-Grandenses FIC/FEUC.

Tatiana Reis Fontes Monteiro

Licenciatura em Letras (Português/Literaturas - UFRJ); Mestrado em Estudos Linguísticos (PUC/Rio), Professora de Língua portuguesa da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro (SME), Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro (SEEDUC)SME/RJ e professora do Curso de Letras das Faculdades Integradas Campo-Grandenses FIC/FEUC.

Fabio Ferreira Coutinho

Mestre em Ciência da Literatura (Teoria da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bacharel e licenciado em Português - Literaturas pela mesma universidade. Licenciado em Língua Inglesa pela FEUC. Professor do Curso de Letras das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FEUC/FIC), professor de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Ensino do Rio de Janeiro (SME) e professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro (SEEDUC).

Comissão de Organização

Arlene da Fonseca Figueira - Presidente do Conselho de Ensino da Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC).

Bianca de Moura Wild – Vice- presidente da Associação brasileira de Ecomuseus e Museus comunitários ABREMC, Fundadora e coordenadora do Ecomuseu de Sepetiba.

Héio Rosa de Araújo – Diretor da Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC).

Rosilaine Souza de Araújo da Silva – Coordenadora Acadêmica das Faculdades Integradas Campo-Grandenses (FIC/FEUC).